Ata da Assembleia Municipal de Tondela de vinte e dezassete de novembro de dois mil e catorze

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela, no auditório municipal em Tondela, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Foram apresentada duas credenciais: do senhor presidente da junta de freguesia de Canas de Santa Maria e do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, à luz das quais se fizeram representar por Maria Zelia Martins e Firmino dos Santos Melo, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados:

Sandra Patrícia Almiro Coimbra e Ventura Correia Gonçalves.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a falta do segundo secretário da mesa da assembleia foi convidado o deputado Diamantino Costa para ocupar o lugar que este aceitou, dando-se, de seguida, inicio à sessão.

1- Período de antes da Ordem do Dia

1.1.Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2014

Iniciado os trabalhos o ponto, e não tendo havido intervenções, foi colocada à votação a ata de 29 de setembro, sendo a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções dos deputados: Felisberto Figueiredo Marques, António Pereira, Rita Rosa e Jorge Soares, por não terem estado presentes na sessão de setembro.

1.2.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram apresentados à assembleia:

- Ofícios do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre informação enviada à AMRPB de apresentação de queixa ao Tribunal Administrativo relativo à falta de resposta de requerimentos anteriormente enviados a esta instituição; ofício das Águas do Planalto sobre a atribuição de prémios de qualidade dos serviços de água e resíduos.

Convites da Associação Nacional de Municípios Portugueses para seminário sobre poder local e setor solidário, da empresa de Consultadoria In Loco para seminário "Empoderar, comunidades, desenvolver regiões – Viseu Dão Lafões na Europa", da Câmara Municipal de Tondela sobre o seminário "Higiene e Segurança Alimentar".

Foi informada a assembleia que dera entrada nos serviços o relatório de atividades e de situação financeira do Município de Tondela.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou os trabalhos deste ponto o Grupo Parlamentar da CDU com o deputado Manuel Veiga. (anexo1)

Seguiu-se o Grupo Parlamentar do PSD, com o deputado Jorge Henriques. (anexo2)

De seguida, o deputado Felisberto Figueiredo tomou a palavra:

"Eu vinha fazer aqui uma intervenção na perspetiva de nos puxar um bocadinho o astral para cima, porque há muita tendência mesmo na nossa sociedade, para o pessimismo e portanto, a crise é uma realidade, não é algo que se possa negar, mas muitas das vezes carregamos demasiado as tintas dessa realidade e acabamos por criar um clima de envolvência que ainda torna as pessoas mais deprimidas e assustadas; por isso quando aparecem alguns aspetos positivos são sinais que podem melhorar o nosso otimismo e, eu sou otimista inveterado, e julgo que, mesmo quando as coisas estão mal, há sempre oportunidade de melhorar, isso cabe-nos a nós e por isso, se nós fizermos aquilo que nos cabe a nós, as coisas podem melhorar. Eu vinha aqui só fazer uma referência a três indicadores de três entidades: o Instituto Nacional de Estatística, a OCDE e a União

Europeia. Estes indicadores vão apontando para sinais positivos e de esperança, no âmbito daquilo que se chama o combate ao desemprego. O Instituto Nacional de Estatística apresenta-nos um balanço de 20 meses sucessivos, em que o desemprego não aumentou e isso é muito bom, antes pelo contrário tinha diminuído; 20 meses é praticamente dois anos, o que deixa alguma tranquilidade em relação aquilo que nós poderemos considerar a estabilidade de uma situação que tinha vindo a agravar-se há muito tempo e deixou de ter essa aceleração no sentido do agravamento. Por outro lado, para além da própria fiabilidade que o Instituto Nacional de Estatística nos merece, também a própria OCDE nos refere que o ultimo trimestre apresentava indicativos positivos e nós eramos o segundo país, no conjunto dos países da OCDE, a ter a melhoria mais significativa nesse índice, ficando abaixo da Hungria e ficando acima do próprio Reino Unido. Isso é bom e é nessa perspetiva que eu aqui venho, no sentido de irmos alimentando o ânimo e não nos deixarmos abater diante daquilo que, muitas das vezes, os profetas das desgraças estão sempre a carregar e a dar um contributo, no meu modo de ver negativo, para que nós possamos encarar a realidade como é ela e encara-la com otimismo, acreditando que seremos capazes de vencer mais esta batalha. Muito obrigado"

A deputada Vera Machado interveio. (anexo 3)

Os trabalhos continuaram com a intervenção da bancada do Partido Socialista, através da deputada Marta Franco. (anexo 4)

O deputado Joaquim Santos fez a sua intervenção. (anexo 5)

De seguida, o deputado Jorge Henriques voltou ao debate:

"Senhor Presidente

No que concerne à moção do Partido Comunista sobre descentralização de competências, uma das grandes conquistas do 25 de abril, foi precisamente a emancipação do poder local e porquê? Porque o poder local é o poder mais próximo dos cidadãos e aquele que melhor pode satisfazer os interesses e as legitimas espectativas desses cidadãos. Sinceramente, a mim, não me choca que esta autarquia assuma estas competências, desde que, obviamente, acompanhadas dos devidos meios económicos.

Vamos discutir o orçamento para o nosso município para o ano de 2015, e o senhor verá que se não fosse através das autarquias, um conjunto de coisas que agora acontecem na escola, desde as AEC's, as refeições escolares, os transportes escolares, um conjunto

de obras no espaço escolar, penso que dificilmente o poder central a realizaria. Isto é muito complicado. Gostava de saber qual é a opinião dos autarcas da CDU e dos seus presidentes de câmara, relativamente a esse centralismo que o senhor aqui veio defender. Portanto, daí que me parece que, para as autarquias esta transferência, não sei se é para se consolidar ou não, para além daquilo que já existe e vetores que já lhe falei, mas a mim não me choca que seja a autarquia a gerir os transportes escolares, a mim não me choca que seja a autarquia a promover as AEC's nas escolas, porque já o faz, a mim não me choca que sejam as autarquias locais a assegurar essas atividades. Vamos aqui discutir contratos com as juntas de freguesia que irão descentralizar mais, portanto, a mim não me choca de todo e, isso parece-me de todo até que, será garantia de uma boa gestão e uma garantia eficaz de gestão dos dinheiros públicos".

O deputado António Dinis tomou, de seguida, a palavra:

"Senhor presidente da assembleia e restante mesa. Senhor presidente da câmara e restantes membros. Público.

No momento oportuno irei falar de alguns temas que aqui foram referenciados antes do período da ordem do dia, mas, como não cheguei a tempo e como está em causa apenas esta moção, a nossa opinião e aquilo que vos queria transmitir é que a ideia de defender a escola pública é uma ideia a que estamos todos associados; acho que ninguém nesta instituição não defende a escola pública e um bom serviço de educação para os nossos filhos. Nesse preâmbulo estamos todos de acordo. Agora a forma como isto vai ser conseguido, eu tenho dúvidas legitimas, entre os diferentes modelos. Também compreendo a argumentação aqui aduzida, tanto mais que este ano foi um ano particularmente difícil no arranque do ano letivo e acho que não há memória de ter corrido tão mal o que deve merecer alguma reflexão e que este modelo deverá ser aprimorado, porque as coisas não correram nada bem. Por isso, tudo o que seja feito na melhoria daquilo que é o resultado final que são os nossos jovens, as nossas crianças aprenderem na escola, quer seja pública ou privada, independentemente do sistema, acho que, no principio em si, estamos consentâneos em relação a isso. É evidente que estas experiências, ainda que se fale muito pouco disso, teremos de averiguar quais serão as ideias efetivas e o objetivo final dessas reformas que se pretendem implementar mas, sinceramente, estas questões só depois de aplicadas é que vê muitas vezes o resultado prático e aquilo que são os efeitos finais. Como no caso das reformas na educação e quem

está ligado à educação, vejo aqui muitos professores, sabem que isto, reforma/contrarreforma, mais reforma da reforma, andamos nisto há muitos anos e, este ano, foi um ano paradigmático. Depois de tantas coisas feitas, ainda continuamos numa coisa que a nós e a mim, em particular, por estar ligado ao sistema de ensino, acho que não nos deve envaidecer, antes pelo contrário, deve-nos pôr a todos a pensar seriamente nestas questões da educação, por isso, o CDS-PP já conversou sobre isto, não analisámos com detalhe aquilo que era o conteúdo da proposta mas, nos princípios, naquela preocupação, partilhamos dela toda. Depois, do resto de algumas ideias que ali foram referenciadas, não partilhamos e, por isso, iremos abster-nos na votação da moção".

O deputado Felisberto Figueiredo pediu a palavra e disse:

"Eu começo por saudar a Rita porque há bocado quando cá vim, me esqueci. Bem-vinda, que se sinta bem.

Penso de modo diferente do engenheiro Dinis. Nesta moção não está em causa a escola pública ou a escola privada, porque com estas parcerias de municipalização também continua a ser pública. Por enquanto os municípios ainda não são privados. Eu não conheço o conteúdo em pormenor da moção, mas venho aqui apontando apenas, princípios genéricos que poderão estar na base da minha posição relativamente a isso. Julgo que quando se aponta para a "municipalização da escola" e, isto entre aspas porque não é municipalizar a escola, haverá sempre uma componente que terá de ser definida e controlada a nível nacional, logicamente. Mas, quando se aponta para a municipalização da escola, nesta perspetiva, eu julgo que ela é um bocado resultado daquilo que tem sido a demonstração ao longo destes anos de democracia em Portugal, comprovada pelas parcerias permanentes que as escolas fazem com os municípios. Eu tive o privilégio de, durante muitos anos, estar à frente deste sector na câmara municipal e é das gratas recordações que eu guardo, o trabalho que se fazia de parceria, entre as escolas e o município. Era com essas parcerias que nós resolvíamos imensos problemas que o poder central não tinha capacidade de resolver. Recordo-me muito bem de a própria CCDRC ao nível da Direção Regional da Educação do Centro nos pedia a nós, câmaras, para tomarmos em mão determinados processos, porque se fossem resolvidos e conduzidos por eles, não teriam forma de serem resolvidos ou então ficávamos décadas à espera que eles se resolvessem. Agora, é claro que o engenheiro Dinis já foi apontando aqui aquilo que foi o escândalo do próprio concurso de professores este ano e que foi uma vergonha.

Porque é que há-de existir um concurso nacional de colocação de professores? Não existe concurso nacional para mais nada, neste mundo, em termos de colocação de profissionais e continua a haver um concurso nacional de colocação de professores. Para mim é uma coisa absolutamente inadmissível porque a colocação de professores julgo que deveria estar descentralizada e darmos realidade e verdade a uma coisa que toda a gente reclama e que é da autonomia das escolas. As escolas não têm autonomia absolutamente nenhuma. É uma falácia falarmos da autonomia das escolas. As escolas têm, inclusivamente, muitas das vezes para uma simples decisão burocrática ou de aquisição de produtos de consumo do dia-a-dia, obedecer a normas que são impostas a nível nacional.

Eu sou adepto da descentralização e, portanto, tudo aquilo que possa ser bem feito pelas estruturas que existem mais perto da população deve ser feito. Por isso mesmo, eu julgo que o descentralismo que o engenheiro Dinis achava estranho na sua perspetiva, eu não acho nada estranho porque sempre o entendi. Nunca vi o Partido Comunista, aqui no caso é a CDU, a defender outro tipo de posição que não seja o centralismo, é claro que a autonomia local, sim senhor em termos de municípios, mas fora disso a sua posição vai toda para ficar tudo muito centralizado.

Muito obrigado".

O deputado Alfredo Cabral pediu a palavra para intervir e, atendendo a que o tempo do seu grupo parlamentar se tinha esgotado, foi-lhe cedido tempo pelo PSD para a sua intervenção:

"Muito boa tarde a todos

Peço imensa desculpa ao senhor presidente da assembleia, não estava a atacá-lo pessoalmente, mas não há dúvidas que quem entra nesta assembleia, eu pensava que o Felisberto ia enveredar por esse discurso. Perdeu-se um pouco daquela alegria que havia nestes encontros, nestes fóruns. Eu acho uma violência à minha consciência, quando o partido pelo qual estou a representar esgota o tempo e os seus deputados não podem emitir opinião ou não podem intervir. Amo a liberdade, amo a democracia, parece-me até que com este regimento que estas coisas se prolongam muito mais. Desculpem lá. Eu sentia-me mal não vir aqui falar. Em primeiro lugar, agradecer ao Joaquim Santos que, na assembleia de São João do Monte, me deu liberdade de consciência para poder exprimir aquilo que me vai na alma e isso tocou-me muito fundo, porque me sinto um pouco mal e porque no outro mandato estava de um lado e agora estou noutro. Quero referir que não

vai ser por ser do Partido Socialista ou Partido Comunista ou CDS ou PSD, que vou abdicar de alguns princípios da minha vida que são estes: nunca direi mal do bem, nunca direi bem do mal, nunca direi do que é que não é, desculpem lá isso, são coisas da filosofia e também nunca direi do que não o que é; isso mandem-me para a prisão, eu não saio daí e peço desculpa por isto por isso, se for para elogiar o município, elogio, se for para criticar, crítico, se for para estimar as intervenções, estimo, e por aí fora.

Em relação à proposta do Manuel Veiga, eu estou de acordo com ele e falo aqui para pessoas que passaram muito tempo no ensino, não há dúvida que ninguém nega que esta relação, esta cooperação entre o Ministério da Educação e as câmaras municipais é extremamente positiva. Agora o que não me parece muito seguro, Felisberto e Jorge, é por exemplo, municipalizar até o concurso dos professores. É um perigo e vocês sabem bem ao que me refiro. Hoje é esta câmara que está aqui, entram os colegas da minha cor, amanhã é outra. Para além de uma relação muito grave em relação ao currículo nacional e as funções do estado que queiram atribuir dentro do liberalismo. Há funções que são fundamentais no núcleo nacional: a saúde, a educação, a defesa, a justiça. Nunca podemos abdicar disso. Reparem, exames nacionais, depois serão exames municipalizados, os vossos ideólogos deixam de ter razão como, David Justino, que eu concordo, absolutamente, que são precisos os exames nacionais. Outra coisa fundamental: e o currículo? Eu sou agora colocado aqui pelo senhor presidente da câmara na área da filosofia e vou discutir um currículo à minha maneira, de acordo com São João do Monte ou Tondela. Há coisa que me parecem ser essenciais e, por isso, penso que era aqui, Veiga, que estavas a discutir.

Era só isto que eu queria dizer. Obrigado ao PS e ao PSD por me terem cedido este bocadinho de tempo senão ia-me embora e pedir desculpa, mais uma vez, ao senhor presidente da assembleia".

Tomou da palavra o deputado Manuel Veiga:

"Senhor presidente, senhores membros da assembleia.

Este é que é o problema mesmo. A parte central não são as parcerias. Vieram aqui, várias vezes pôr em causa a questão da educação tão centralizada e não haver a intervenção do município. Não é nas parcerias, não é em determinados pontos pontuais, é no que concerne à essência da escola, ou seja, a contratualização do pessoal ser feita pelo

município na totalidade, os currículos serem feitos pelo município na totalidade, aquilo que é pedido, na municipalização. É este o princípio que já está a ser feito noutros países, é este que ser quer adotar, é aquilo que eu ponho na moção, são estas dúvidas a ter em conta. Que seja feito o debate devidamente com os intervenientes: a escola, o município e a população. Não estou a dizer que não haja parcerias com os municípios, não estou a falar no papão da centralização e do centralismo, não é esse o ponto. O ponto é precisamente o contrário, é nalgumas coisas de fundo que têm a ver com a parte central, tem que ser igual para todos, universal para todos no país e não ser feito única e exclusivamente aqui no concelho ou nos outros concelhos".

O deputado Joaquim Santos tomou a palavra para apresentar um requerimento à mesa, no sentido de que, atendendo à preponderância do tema abordado pela bancada da CDU, transitasse esse debate para o ponto "Outros assuntos de interesse para o concelho". O requerimento anexa-se sob o nº 6.

Continuou a sua exposição oral:

"Senhor presidente, o requerimento passa a ser um pouco extemporâneo e eu explico porquê. Porque, quando alguém manifesta o interesse em fazer um requerimento deve ser atendido de imediato. Porque assim perdeu um pouco o contexto disto.

O requerimento que quero fazer é o seguinte: O período da ordem do dia é destinado a intervenções políticas e houve moções. O período da ordem do dia não é para moções, é por exemplo, para votos de congratulação, de louvor ou de pesar e que não tenham discussão. E uma moção tem que ser discutida. Esta moção e eu quero pronunciar-me sobre ela ou sobre elas devem passar para "outros assuntos ou de interesse para o Concelho", porque tenho moções para apresentar. Perante uma situação nova eu tenho direito em pronunciar-me. O nosso tempo estava programado para as intervenções políticas. Venho pronunciar-me sobretudo sobre a segunda moção do PSD, embora o Prof. Alfredo Cabral já tenha feito referência à nossa vontade em votar a favor da moção da CDU, mas queria explicar porquê. Ou me dão tempo para a debater a moção ou então requeiro que essa moção seja transferida para o período "outros assuntos de interesse para o Concelho".

Atendendo as abordagens efetuadas sobre o tema da "descentralização da educação" o presidente da mesa da assembleia considerou importante a possibilidade da

intervenção do presidente da câmara, no sentido da prestação de alguns esclarecimentos sobre o desenvolvimento do projeto piloto e, no seguimento de questões colocadas pelas bancadas, cedeu a palavra ao presidente da câmara municipal, de seguida:

"Senhor presidente da assembleia, digníssima mesa, senhores membros da assembleia.

Independentemente da questão da forma em que estamos julgo que, aberto este debate, não teria sentido, pelo menos não o fechar agora neste momento sobre esta moção e neste debate. Antes disso, naturalmente, há um conjunto de questões tomadas e feitas antes do período da ordem do dia que também não descurarei de ter uma opinião sobre elas.

Mas queria, neste momento, contextualizar, começando por desejar à Rita Rosa que tenha um excelente mandato, acima de tudo bem-vinda à assembleia municipal e ao Dr. Alfredo Cabral dizer-lhe que aprecio, como sabe, o seu sentido de crítico, a sua ética política, naturalmente, que nunca esta assembleia terá, porque no dia em que o aconteça perde a sua essência, a veleidade de privar alguém da sua liberdade e do seu estado de espirito.

Questões práticas sobre esta moção: se, por ventura, nós tivéssemos esperado pelo ponto da apreciação da atividade da câmara, eu teria colocado algumas questões e dado algumas respostas sobre este domínio. Primeiro ponto é desmistificar aquilo que não é verdade e, portanto, quando nós raciocinamos sobre o modelo que não é a matriz verdadeira, somos levados a falar em municipalização da educação. Na verdade o que está em causa é o arranque de um projeto-piloto que irá envolver uma vintena de municípios. Neste objetivo serão envolvidos municípios de vários quadrantes políticos e de várias amplitudes do ponto de vista territorial, quer municípios de maior expressão, como Cascais, se for o caso, mais litoralizados, quer municípios de menor expressão e, se por ventura, até do interior e, portanto, verdadeiramente, trata-se de um projeto-piloto. Segunda questão: este projeto-piloto será monitorizado com elementos ligados ao ministério, à DGESTE, ligados aos municípios, ligados às estruturas locais, terá um período de avaliação correspondente a quatro anos letivos, o que quer dizer que se iniciará em 2015/16 e terminará em 2019 e daqui irá resultar uma avaliação deste modelo. O que é que o modelo prevê ou o que é que está presente neste modelo? Convém que nós tenhamos a noção de quais são hoje, já, as grandes responsabilidades, em particular do

município de Tondela na área da educação. Hoje, o município desenvolve a componente de apoio à família, a todas as redes do pré-escolar que inclui o acolhimento, o prolongamento do horário e o serviço da refeição. O município disponibiliza, a mais de duzentas crianças, refeição no primeiro ciclo. O município disponibiliza mais de quarenta recursos humanos a que não estava obrigado, mas que, em particular e em articulação com o centro de emprego, seja através de estágios, seja através de CEI'S ou CEI'S +, recursos humanos que se não fossem colocados poriam em causa o funcionamento das escolas. O município promove e gere, hoje, o programa das atividades de enriquecimento curricular, dizendo mais, quem pode gerir as AEC´S são ou municípios ou associações de pais ou agrupamentos; o município até disse mais no início deste ano letivo: aquilo que é a deficiência financeira da exploração deste projeto, isto é, aquilo que o município tem que investir nas AEC´S para além daquilo que é a transferência do Ministério da Educação e que ronda cento e vinte mil euros, estamos disponíveis para colocar essa verba nas mãos, seja dos agrupamentos, seja da associação de pais se, por ventura, estas instituições quiserem desenvolver o programa das AEC´S. Isto, pelo trabalho, pela burocracia, pela incompreensão que, por vezes, dá este projeto. O município tem, hoje, a seu cargo o regime da fruta escolar implementado, tem uma rede de transportes escolares que não só satisfaz a sua obrigação legal, isto é, uma rede pública como, em muitos dos casos, tem quase uma segunda rede sobreposta, em particular, por força do reordenamento da rede escolar e de procurar garantir que, para o transporte do primeiro ciclo, sejam assegurados transportes diferenciados, com vigilância quando necessário, com horários mais próximos do arranque do período do ano letivo e, portanto, criando uma situação específica, em muitos dos casos, em parcerias com juntas de freguesia. Este é o ponto de partida. O que é que hoje pode incluir este projeto-piloto, que nos parece importante perceber?

Nota fundamental a ter em conta, porque se esta nota não estiver bem presente, então, estaremos a fazer uma análise errada. Em momento algum está em causa a possibilidade de haver a contratualização dos docentes por parte dos municípios, em particular os que são do quadro da zona pedagógica dos QZP ou dos quadros de escola. Poderá haver a possibilidade de o pessoal não docente técnico superior e estamos a falar de terapeutas da fala, psicólogos ou de outros técnicos superiores não docentes, os mesmos poderem ser enquadrados nesta perspetiva, mas o presidente da câmara não tem

particular apetência para ser gestor de recursos humanos nesta matéria, isto é, não se pense que, a eventual inclusão deste projeto é para ter mais poder. Ao município, já bastam os trezentos e muitos funcionários com que temos de nos preocupar. Mas estamos a discutir três ou quatro postos de trabalho, neste caso. Passarão, neste modelo, para o quadro do município todos os recursos humanos do pessoal não docente, mantendo naturalmente, a sua subordinação hierárquica em relação aos respetivos diretores a quem assistirá a condução do processo inspetivo, ou de tutela, ou fiscalização. Do ponto de vista dos recursos humanos as duas grandes questões são estas: pessoal docente do quadro de escola ou do quadro de zona pedagógica, não estão de forma alguma, incluídos neste projeto. Pessoal não docente, ainda que técnico superior, está integrado neste projeto, discutimos no caso, duas/três pessoas do pessoal não docente. Que vantagens pode ter um projeto desta natureza? Eu direi: terá, naturalmente, uma preocupação para qualquer município, que é ter que integrar na sua orgânica, em particular no domínio de gestão financeira, alguém ou uma equipa capaz de acompanhar estes movimentos todos.

Do ponto de vista curricular, não haverá o modelo aqui desenhado, isto é, existirá um projeto educativo municipal, para este projeto educativo municipal terão que concorrer todos os agrupamentos do território, terá que ser um projeto participado e aprovado, neste caso, se for o concelho de Tondela, pelos dois conselhos gerais. Portanto, a participação e o envolvimento é obrigatório. Implicará a reformulação da carta educativa municipal, matéria, aliás, que já tinha anunciado na última ou penúltima assembleia, a propósito da rede escolar do primeiro ciclo em que disse, claramente, que iria promover uma revisão da carta educativa e já tenho o meu gabinete da educação a abrir esse processo. Incluirá, nesta perspetiva, um contrato de transferência dos edifícios, hoje do Ministério da Educação, sejam eles do ensino secundário ou segundo ou terceiro ciclo para a esfera do município, se o município os desejar, dependendo isto do estado de conservação dos mesmos.

De uma forma geral, nesta perspetiva, tem estas variáveis e poderá ter uma carga horária curricular adaptada ao projeto educativo municipal, isto é, se por princípio, e repito, determinada escola diz ou defende que deve ter uma área de excelência, nas artes, ou na música, ou no desporto, ou no turismo, então é admissível, e eu vejo isso como uma vantagem, que o respetivo plano curricular possa incluir dentro de uma determinada percentagem, porque há pilares estruturais que não são mutáveis como a matemática, o

português, a história, mas possa incluir em alguns pilares uma adequação curricular, de acordo com o projeto educativo da escola, porque se eu quero diferenciar o meu território ou a minha escola nesta oferta formativa, então eu tenho que o ajustar para essa oferta formativa. Pedagogicamente é isto que está em causa. Em momento algum, haverá interferência do município com a gestão pedagógica a cargo dos diretores. Em momento algum o município nomeará diretores, estes continuarão a ser nomeados no quadro legal que hoje já existe, com base legal num processo eleitoral de avaliação, em sede dos respetivos conselhos gerais.

Estão a afastados todos os "demónios" da municipalização, como seja a contratualização dos docentes, como seja a nomeação de diretores, isto está bem claro nessa matéria, portanto, do ponto de vista prático tratar-se-á de agilizar algumas questões, na medida em que, se no futuro faltar um assistente operacional ou um assistente técnico, caberá ao município promover o respetivo concurso para essa vaga. É isto que se trata. Na prática julgo que esta reflexão terá que ser feita com muita ponderação, mas feitas aqui um conjunto de questões como seja, o efeito devasto do município sobre os docentes eu quis clarificar esta questão.

Vejo algumas virtudes para o processo pedagógico e vejo muito trabalho para o município, mas se isto corresponder a um ganho do ponto de vista da autonomia, do reforço da eficácia, da capacidade das direções de escola se poderem articular, claro que este processo será feito e, portanto, está neste momento meramente um processo muito embrionário, não há nenhuma proposta formalizada, não deixo de dizer que tenho partilhado com os respetivos diretores e com os respetivos presidentes dos conselhos gerais, a amplitude e o alcance a que estas medidas podem levar, sabendo que, como sempre, só tem sentido desenvolvermos um processo desta natureza se ele for partilhado e desejado por todos e é esse o caminho que, naturalmente, a seu tempo julgo que deveremos fazer. Agora não me parece que não tivesse a obrigação de, perante as questões colocadas no tempo e da forma como foram, que não esclarecesse tudo, mas tudo o que está em cima da mesa. Mais, este projeto-piloto, pode a qualquer momento ser suspenso por vontade de uma das partes e poderá até, no limite dos quatro anos letivos, não se justificar nesta ou naquela escola. O projeto-piloto ainda terá outro vínculo que são objetivos e metas, isto é, para cada escola são avaliados objetivos e metas que se prendem, em particular, ou com o resultado do sucesso escolar, ou com a redução da taxa de

abandono escolar ou com os níveis de qualificação do ponto de vista das respostas e se esses contratos com estes objetivos forem estabelecidos e no primeiro, segundo ou terceiro ano não forem atingidos, naturalmente, que o próprio ministério dirá que o caminho não está a resultar e, portanto, vamos parar por aqui. Portanto, não tenho nenhum dogma em analisar esta questão, julgo que poderá haver algum ganho para os territórios se em particular, o projeto educativo municipal de onde dependerão os projetos educativos de escola ou de agrupamentos de escola forem desenhados, no sentido de permitir uma efetiva qualificação dos nossos territórios.

Já agora, permitam-me só um parêntese para, também, poder partilhar convosco aquilo que sinto e que são preocupações cada vez mais fortes. Nós estamos a entrar num tempo, onde ao contrário de há cinco ou de há seis, ou de há oito anos ou de há dez anos, onde as escolas escolhiam os seus alunos e de alguma forma se criavam escolas mais atrativas ou menos atrativas, hoje, as escolas têm que disputar alunos para o seu território e se a autonomia corresponder a um ganho de combatividade para disputar estes alunos, isto poderá ser positivo. Já agora, não querendo fugir do assunto, mas os números tão alarmantes e as referências feitas pelo Joaquim Santos nas outras matérias, irei falar da educação, os setecentos milhões de orçamento têm que ser interpretados. No ano em que nós estamos a viver foram feitos acordos de rescisão com um conjunto significativo de profissionais da educação, todos que estavam acima dos cinquenta e seis, cinquenta e sete anos em quem lhe era vantajoso, com a indeminizações compensatórias por antecipação de reforma que rondam os cem, cento e vinte mil euros/mil euros por professor e não são poucos os casos, aqui no concelho, quer isto dizer que, em 2014, se eu paguei cem mil euros ou cento e vinte mil euros a uma pessoa e ela vai deixar de estar no quadro do próximo ano, eu no próximo ano terei duas deduções nessa fatura. Eu não vou pagar indemnização e salário, portanto, destes setecentos milhões, trezentos e muitos milhões devem-se a acordos de renegociação ou de rescisão neste caso, e a não transferência destes salários para 2015 e quando for o caso, estou em condições de lhe mostrar que há mais investimento na investigação e inovação, mais investimento na cultura e mais investimento na rede pré-escolar. Estes dados são oficiais".

Continuados os trabalhos, o presidente da mesa colocou à votação o requerimento do Grupo Parlamentar do PS, apresentado pelo deputado Joaquim Santos. O mesmo foi rejeitado por maioria com os votos contra dos deputados: Carlos Cunha, Marina Leitão,

Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Cristiana Ferreira, António Pereira, Diamantino Costa, Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, José Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Viegas, Carlos Silva, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes e as abstenções dos deputados: Felisberto Figueiredo e Abílio Santos.

O deputado Jorge Henriques interveio, para apresentar uma declaração de voto:

"Obviamente, que o Partido Social Democrata votou contra, não que queiramos fugir ao debate, mas vem sendo prática há um ano, sensivelmente, nesta casa, que as moções apresentadas neste período de tempo são discutidas e são votadas neste período. Agora se a moção for apresentada noutro ponto da ordem de trabalhos, designadamente nos outros assuntos de interesse para o concelho, obviamente, aí será debatido e será analisado. Foi apresentada neste ponto, entendemos nós, na sequência daquilo que vem sendo a prática, que ela deve ser discutida e deve ser votada neste ponto. Muito obrigado."

O deputado Joaquim Santos pediu a palavra e continuou:

"Obviamente, que eu votei a favor o requerimento, porque ele foi feito por mim. Continuo a dizer que não há abstenções nos requerimentos e eu hei-de provar isso ao senhor presidente da assembleia. Quero dizer que me sinto envergonhado com o que se passou aqui com esta votação, sinto-me envergonhado e toda a gente sabe porquê. Quero dizer que o PSD é mais uma vez responsável por uma atitude antidemocrática, isto é, evitar que as coisas se discutam; aliás, o meu requerimento diz: ou se discute e vota agora, mas tem que se discutir ou se vota depois para ser discutido, mas eu discuti-lo-ei na mesma. Eu sei o que é que vou votar nas moções, mas elas voltaram à discussão, quando deviam voltar, embora já sem efeito prático, mas os senhores hão de ouvir aquilo que eu terei para dizer e digo mais, é lamentável o que os senhores acabam de fazer aqui e isto, mais uma vez, digam que é populismo, vai ser tornado público. Muito obrigado". (anexo7)

Seguidamente, o presidente da mesa colocou à votação a moção apresentada pelo deputado Manuel Veiga da bancada da CDU. A mesma foi rejeitada por maioria. Votaram contra os deputados: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Cristiana Ferreira, Cristiana Ferreira, António Pereira, Diamantino Costa, Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, José Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira,

João Paulo Tavares, José Viegas, Carlos Silva, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes. Abstiveram-se os deputados: António Dinis, António Dias e Firmino Melo.

O deputado Alfredo Cabral apresentou uma declaração:

"Depois de ouvir o Dr. José António, certamente que tem outros canais de informação e que o informam pela verdade. Eu falei sobre a moção por aquilo que li na imprensa e o que a imprensa falava era municipalização de currículo, de critérios, de averiguação de competências e para além da confusão que o David Justino também dizer: uma coisa é a educação outra coisa é ensino. Ensino implica aprendizagem e não vamos entrar na guerra de escolas privadas e escolas públicas, não vamos entrar em guerras de exames, de matérias classificadas internamente que é uma inflação. Eu quero salvar vinte alunos, a quem devia dar sete? Sei que eles no exame tiram oito, o que é que eu tenho que fazer? Dar doze ou treze. Acho que o assunto é muito sério. Eu agradeço aqui, a intervenção do senhor presidente da câmara que me elucidou, que foi digna, autentica e agradeço-lhe isso, agora cuidado com esta superficialidade na discussão de um assunto que é a educação. A educação, o ensino não pode vir muito para o plano da localização porque há critérios. Oiçam, sejam grandes as nações, sejam pequenas as nações, concordo de forma absoluta com tudo o que o Dr. José António disse. Há coisas que não concordo. Aquilo que não concordo é a questão da essência da aprendizagem, do ensino, porque eu não vou avaliar o meu bisavô que tinha muito mais educação, talvez, do que eu, mas de aprendizagem de ensino e de escola não tinha nada. Valia vinte, em matemática não valia nada. Não sabia ler nem escrever, por isso, muito cuidado. Era só neste sentido: concordo absolutamente com aquilo que, o Dr. José António disse. Não lavemos as mãos de coisas que nos parecem sérias, porque desculpem uma coisa: sim senhor, até sabemos de gente que concorre em concursos e que fazem a mesma prova. Olhem a pouca vergonha depois das entrevistas e há situações lamentáveis, porque numa entrevista em concurso nacional, de enfermeiros, psicólogos, de médicos, é o que está lá, na entrevista admitiu-se o mais incompetente e aquele que menos merecia e isto é muito sério. Hoje, estou a discutir perante um município que é, na maioria, PSD, mas amanhã pode não ser e situações destas são lamentáveis. Desculpem, eu vou-me embora, Joaquim Santos, talvez seja a última assembleia que cá venha, não aligeirem coisas que são sérias mesmo para a maioria, hoje. Para amanhã pode ser minoria e amanhã eu esteja do outro lado. Eu respeito muito o Dr. José António que é uma pessoa perita em educação, desculpem dizer isto: trabalhei com

ele nos conselhos gerais, admiro-o profundamente. Dominava, sabia, mas acho que este assunto não devia passar pela ligeireza, pela superficialidade de requerimentos, de pontos de ordem. Senhor presidente da assembleia desculpe-me isto. É um desabafo, não quero ofender ninguém, conhecem-me há muitos anos, mas há coisas que nós não podemos admitir. Pode vir o neoliberalismo defender uma nova função do estado. Há quatro coisas que o estado nunca deve perder: a segurança, a justiça, a educação, a saúde. Olhem o que vai por aí! Eu não quero ser moral para ninguém, mas sinto-me triste com isto".

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

"Obrigado senhor presidente da mesa.

Eu depois entregarei, por escrito, a declaração de voto, mas queria dizer que votámos a favor porque, efetivamente, eu compreendo o espírito da proposta, é mais uma moção de recomendação do que uma moção efetiva. Nós já estamos escaldados com o que se passou, ainda há muito pouco tempo com os colégios privados e penso que há aqui uma grande confusão que o senhor presidente da câmara fez com o espirito desta proposta. Eu sei o que é que quis dizer, mas não é isso que está em causa. Toda a gente sabe ou compreende que tem que haver uma participação ativa entre as escolas, os agrupamentos escolares e os municípios e autarquias locais, mas não é isso que estamos a falar. Estamos a falar de uma coisa muito mais ampla. Estamos a falar num estado em que cada vez este governo pretende ser mais redutor, inibindo-se das suas responsabilidades, sobretudo, constitucionais. No nosso entender, isto é apenas o alerta, embora eu acredite que qualquer alteração neste sentido teria que passar por uma revisão constitucional e, aí, as coisas são mais difíceis. Muito obrigado, senhor presidente". (anexo 8)

O deputado Jorge Henriques voltou ao debate e continuou:

"Senhor presidente.

Naturalmente, que o Partido Social Democrata votou contra, pelo conjunto de argumentos que aqui vieram, quer por mim, quer pelo Dr. Felisberto, sabiamente e naturalmente, completados pela informação que aqui foi prestada pelo senhor presidente da câmara. A nossa declaração de voto vai nesse sentido, com compilação dos argumentos que aqui trouxemos, do Dr. Felisberto e senhor presidente da câmara. Dizer também e repudiar obviamente, as palavras do meu amigo Joaquim Santos, de um PSD antidemocrático. Não vejo porquê, a moção foi apresentada, foi discutida, foram trazidos aqui, os argumentos do PSD, foram dados esclarecimentos pelo senhor presidente da

câmara, naturalmente e o assunto foi votado. Nós estamos abertos à discussão que se volte a convocar uma nova assembleia, que se volte a convocar um outro género, um fórum para debater a educação, a municipalização. Estamos sempre abertos à discussão. Se calhar, antidemocrático foi o senhor quando esgotou o tempo do seu partido e não deixou falar os membros da sua bancada. Não se esqueça também, de tornar público que o PSD cedeu três minutos para que os membros da sua bancada pudessem falar. Muito obrigado".

O deputado Sérgio Rodrigues interveio:

"A minha declaração de voto é só no sentido de que comece a haver mais sentido de reflexão e mais alguma calma no desenvolvimento dos trabalhos da assembleia, porque nós temos de votar contra, a favor, ou abstermo-nos, mas devíamos ter uma base de trabalho mais profunda. Se estamos aqui a falar de uma moção, é uma moção. Não podemos vir para aqui querer debater um documento como é esse pretenso documento, por enquanto, porque ainda não são totalmente conhecidos de todos os pretensos critérios da municipalização, aqui vertidos, sobre uma moção. A CDU apresenta uma moção, é para votar, segundo o entendimento que temos sobre a moção. O PSD apresentou uma moção, é para votar segundo o entendimento que temos sobre a moção. Não há possibilidade nos sessenta minutos, que até estão regulamentados, de andar a fazer debates que se querem profundos, mas que não podem ser feitos com a ligeireza que parece que se quer fazer. Coloca-se à assembleia uma moção e agora vamos fazer um debate. Há sempre a possibilidade de fazer o debate e temos ali um outro ponto, se o quiserem fazer, mas eu acho que este assunto deve ser debatido com alguma assertividade, mas quando todos nós tivermos na mão os elementos essenciais para uma discussão séria, porque tanto quanto me é dado a perceber, e a acreditando naquilo que o Dr. José António, nos explicitou aqui, se calhar a maioria, ou quase a totalidade das pessoas não teria conhecimento daquilo que estava na mesa, nem tem conhecimento do que é que vai ser a municipalização da educação. Quero dar-vos nota também, só vim aqui porque se tratava de educação, porque conheço os pressupostos desse processo, quero aprender e saber comò é que isso se vai desenvolver. Mas desde já vos digo, com a minha experiência como profissional de ensino, já ouvi aqui coisas que não batem a bota com a perdigota. Ou defendemos autonomia, ou não defendemos autonomia, ou defendemos municipalização ou não defendemos municipalização. Não podemos defender autonomia

para as câmaras e depois tirar autonomia às escolas, não podemos dar autonomia às escolas e querer que ela fique na mão do governo. Não vale a pena ficarmos tão inflamados uns com os outros, acho que isto se deve debater com mais calma para conseguimos fazer algo de útil e sério para o concelho e a sua população".

Foi cedida a palavra ao deputado Manuel Veiga:

"Senhor presidente, senhores membros.

Claro que votei a favor, fui o proponente. Aqui, só quero dizer que aquilo que fala na moção é isso mesmo, é quando isto vier, que a gente o discuta amplamente em todas as frentes e é essa a proposta que vinha na moção, é esse o texto que lá vem. Há algumas interpretações que estão feitas da nossa parte e que há alguns riscos em que não seja feito esse debate, mas assumimos isso. É bom que o debate se tenha aberto e é bom que isso não se esqueça. Vai aparecer mais vezes com certeza, porque parece que é essa a vontade por parte do governo, a tendência é essa, é desresponsabilizar-se cada vez mais das suas coisas e passando a outros e abrindo caminhos a outras coisas mais graves"

O presidente da mesa continuou os trabalhos e procedeu à leitura do moção do PSD, por proposta da assembleia, para de seguida, ser colocada à votação.

O deputado António Dinis solicitou entretanto ao presidente da mesa a possibilidade de intervenção que lhe foi concedida:

"Sobre esta temática da água, eu vou de acordo com o que o Dr. Alfredo aqui disse. Pedi ao senhor presidente da assembleia que lesse novamente os considerandos, porque foi dito aqui uma coisa que me incomoda particularmente. Diz que o único partido que apresentou uma moção séria sobre esta temática foi o PSD. Eu, sinceramente, não me revejo nessa expressão e, por isso, é a razão por que votamos contra. O CDS também já apresentou nesta assembleia moções sérias, estamos cá todos com a mesma dignidade, não é só o PSD que tem a dignidade de apresentar as moções que entende. O CDS também o fez, foi séria sim senhora, nós fundamentámos aquilo que viemos aqui dizer. Até me lembro de ter feito uma apresentação, um PowerPoint para fundamentar o que aqui vinha dito, portanto, choca-me muito. O Dr. Alfredo nisso tem razão, parece que aqui temos de pedir autorização para pensarmos diferente, eu não penso assim e, portanto, não me revejo e acho que devia ser retirada esta moção, porque nos ofende a todos. Nós somos democratas ou não somos democratas? Dizer que é o único partido que apresenta uma moção séria sobre a questão das águas, quando o CDS já apresentou moções sérias, aliás,

só lembrar ao senhor deputado, porque é importante fazer este ponto de ordem. Na última assembleia, foi o próprio PSD que viabilizou uma moção séria do CDS, essa pelos vistos era séria, pelo menos abstiveram-se em relação à questão das águas. Eu acho que me sinto tão sério como qualquer um dos que estão presentes a discutir estas e outras matérias, não é por pensar diferente que acho que eu seja sério e vocês estão todos errados ou o contrário. E tal como não gosto das palavras que o deputado Joaquim Santos vem aqui usar ao falar de "roubo, roubo, roubo", não acho piada nenhuma a isso. O meu amigo já distingue o furto do roubo, acho que é preciso ter algum cuidado com isso. Venho aqui dizer que o CDS votou contra, porque continua a defender seriamente aquilo que deve defender nesta assembleia e não venham aqui dizer que são os outros que não são sérios, porque não pensam como eu."

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

"Em primeiro quero agradecer ao CDS pela facilidade que me dá ao conceder-me alguns minutinhos, para dizer umas palavras.

Queria dizer, que quando o PSD refere que o PS tem uma linguagem de populismo, obviamente que, quando se trata de dizer a verdade, para o PSD é tudo populismo, mas eu continuo a dizer que e repito: efetivamente, o PSD quer esconder a verdade e se não quisesse esconder dava hipótese, teve oportunidade de o demonstrar nas várias votações desde há quatro ou cinco anos para cá, nas moções que aqui foram apresentadas pelo Partido Socialista. Aquela moção que o PSD apresentou e no qual o PS votou contra, que não é uma moção séria, que foi em São João do Monte. O que está em causa na discussão do custo da água, não é a questão de haver uma taxa social para a água, tal como há para a eletricidade, isso nem sequer havia de ser preciso fazer uma moção. É uma competência da própria autarquia que deveria ser pró-ativa e zelar pelos mais desfavorecidos, mas o que está em causa não é isso, senhor deputado. O que está em causa são os quase cinquenta euros que eu pago todos os meses pela água, não sei se aqui alguém paga isso ou não. Com certeza a maior parte das pessoas que aqui votam nunca receberam uma fatura da água, não cumprem sequer o seu papel em ligar o saneamento. Não sei se há aqui pessoas dessas, se calhar não, porque se sentissem iriam compreender melhor, mas não é só o meu caso. É o caso dos munícipes que nós temos obrigação de defender e mais, não estou a fazer aqui nada mais que não fossem promessas eleitorais que fizemos. Desafio os senhores: cumpram também as vossas promessas eleitorais,

cumpram-nas, que é esse o vosso dever, isso é que se exige de vocês e não estão a fazê-lo. Nós estamos de acordo, até nos vamos abster na moção e fica já uma declaração de voto. Vamo-nos abster, porque aquilo que está proposto, nós queremos saber a verdade o mais rapidamente possível. Não estamos de acordo é com estes ridículos considerandos e que os senhores já viram o buraco em que se meteram e agora deitam a mão de fora a pedir socorro. Nós não alinhamos nisso!

Muito Obrigado." (anxo9)

O deputado Jorge Henriques voltou ao debate:

"Respondendo também ao senhor Engenheiro Dinis, eu quando falo aqui na questão da seriedade, fomos o único partido que apresentou uma proposta nesta assembleia sobre a questão das águas com repercussão nas famílias mais desfavorecidas. Uma moção séria e com vincado cunho de preocupação social. Está aqui o porquê do sério. Obviamente que nós não somos nem mais nem menos do que vocês. A proposta é muito simples, Dr. Alfredo, irmos junto do TAF de Viseu e de Coimbra, para conhecimento desta assembleia, obter informação sobre o estado dos processos intentados junto daqueles órgãos jurisdicionais pelo MUAP. E que pelo principio da independência daqueles tribunais e não querendo de todo esta Assembleia imiscuir-se no natural curso dos prazos processuais, solicitar que a decisão a proferir, o seja no mais curto espaço de tempo possível. ".

O presidente da mesa colocou à votação a moção apresentado pelo deputado Jorge Henriques que foi aprovada por maioria com o voto contra do deputado Alfredo Cabral e as abstenções dos deputados: Joaquim Santos, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Batista, António Almeida Dias, Marta Franco, Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Firmino Melo e Sérgio Almeida.

O deputado Alfredo Cabral apresentou uma declaração de voto:

"A minha declaração de voto é esta: respeitei a intervenção do senhor presidente da câmara municipal de Tondela, na assembleia de São João do Monte, sobre o problema das águas e até disse que se o tivesse ouvido antes da votação, que o meu voto não teria sido no sentido em que foi, que foi este Dr. José António: respeite-se os tribunais, o seu tempo e a sua ordem. A mim Jorge, não me convence que isto não é uma coação sobre o serviço a quem vai pedir informação e por aí fora, desculpa lá. Não violente a minha

consciência, Jorge e, por isso, votei contra neste sentido. Acho que os tribunais têm toda a sua autonomia, que há separação de poderes e que quem vai pedir isso vai sentir-se um pouco mal, porque deixou de respeitar a não ser que eu esteja muito enganado. É neste sentido de consciência, de verdade que me parece uma forma de pressão e coação sobre um órgão que deve ser respeitado de acordo com a minha declaração de São João do Monte".

O deputado António Dinis continuou os trabalhos:

"Isto vem no sentido, daquilo que foi a nossa votação pela abstenção e como disse há pouco, o importante era realmente os considerandos, que não nos revíamos sequer neles e foi essa a razão que nos levou a abstermo-nos nesta proposta. É evidente que queremos que as coisas sejam clarificadas. Não foram o único partido, nós também apresentámos nesta assembleia, votaram todos, vão às atas. Jorge recomendo-te que vás lá e que saibas se é ou não é verdade que o CDS apresentou uma moção séria para reduzir aquilo que estava ao nosso alcance que era a sobretaxa, mais, também deves estar lembrado que fomos nós, na última assembleia que apresentámos uma moção a solicitar para que as coisas andassem, concordando com o espírito daquilo que aqui disse. Portanto, o CDS também já fez o seu trabalho naquilo que eram as suas competências, no sentido de tentar também aliviar não só os mais carenciados, mas também a população de uma forma geral aos encargos da água, porque assumimos claramente, que é muito elevada relativamente àquilo que são as condições de vida dos portugueses que cada vez mais têm dificuldades em pagar as suas contas no seu dia-a-dia. É essa a razão. Senhor presidente da mesa era isto que queria dizer, em relação ao conteúdo final estamos de acordo, em relação aos considerandos não estamos e, por isso, abstivemo-nos".

2- Período da Ordem do Dia

2.1Eleição do representante dos presidentes de união / juntas de freguesia para a Assembleia Distrital de Viseu

O presidente da mesa esclareceu que na assembleia extraordinária de 28 de outubro de 2013 tinha sido sufragado um membro eleito da assembleia municipal de Tondela como representante deste órgão na Assembleia Distrital de Viseu, quando deveria ter sido eleito um representante das juntas de freguesia do concelho. No sentido

de regularizar esta situação, o presidente da mesa da assembleia informou que deveriam ser efetuada nova votação. Foram apresentadas as duas propostas.

O deputado Jorge Henriques apresentou proposta do PSD, onde foi referido o nome do presidente da junta de freguesia de Parada de Gonta, Luís Fernando Pereira. (anexo 10)

O deputado Joaquim Santos apresentou a proposta do PS:

"O Partido Socialista apresenta como candidato, o presidente da união de freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, António Sérgio Gonçalves de Almeida. Tem uma vantagem em relação ao candidato do PSD representa um território muito maior e que são duas freguesias, porque é efetivamente, uma união de freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas". (anexo 11)

O presidente da mesa para facilitar o ato eleitoral decidiu atribuir a designação de lista A à proposta do PSD e lista B à proposta do PS.

Colocadas à votação, as propostas, receberam os seguintes votos:

Lista A – 14;

Lista B – 2;

Foi, por isso, designado o deputado Luís Fernando Pereira para fazer a representação da assembleia municipal de Tondela na assembleia distrital de Viseu.

2.2. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

Para iniciar os trabalhos deste ponto, fez a sua intervenção o senhor presidente da câmara:

"Começarei por fazer referência a um conjunto de comentários ou de observações a algumas questões já feitas, não as do domínio da educação, mas não deixo de dizer aqui uma coisa que parece ser muito clara: ouvi expressões como "não se tenha ligeireza sobre este processo". Não quero tomar isso como ofensivo, mas já deveriam conhecer que o presidente da câmara não aligeira situações desta natureza e que no tempo em que

tenhamos que promover essa discussão, ela será feita da forma mais participada e mais profunda, não só no fórum desta assembleia, mas também e, em particular, com aqueles que são os pilares fundamentais do projeto educativo, as associações de pais e os respetivos agrupamentos, quer com as suas direções, quer com os respetivos conselhos gerais. Nisto, seremos intransigentes nessa matéria. Não há quaisquer receios, dúvidas, inquietações sobre a forma mais profunda como desejaremos que este debate seja feito. Agora, há uma coisa que também não ouvirão dizer neste debate que é a palavra municipalização. Esta é uma palavra que está carregada de uma semântica que não corresponde ao processo que está em causa. Delegação de competências não é igual a municipalização. Municipalização é tomar a gestão de todo o universo das nossas mãos, não é esse o caminho que defendemos, tal como e, ainda a propósito desta matéria, ouvi falar em mudanças de cor.

Nestas matérias só deve haver uma cor que é a da exigência, da qualidade e da forma como nos devemos relacionar com as nossas funções e, portanto, não só porque estou convicto que teremos sempre uma cor que assenta numa construção coletiva de futuro, e essa é a nossa cor, mas já lá vai o tempo em que matérias desta natureza tinham uma carga tão ideológica em que pudesse fazer-se esta separação. O tempo hoje é de convergência, é de olharmos o futuro com outro quadro, com outra perspetiva, quero dizer, por essa razão, que os termos "ligeireza", e "cor", são termos que aqui não estarão presentes. No tempo certo faremos esse debate.

O presidente da câmara tem uma noção muito clara sobre o que é a delegação de competências e fará esse debate no tempo e no momento em que tal venha a acontecer, nunca, repito, utilizando termos como municipalização. Portanto, queria deixar isto muito claro. Como todos constatámos durante esta hora e meia houve alguma turbulência, alguma crispação que não é normal nesta assembleia.

Não deixo de dizer que durante este ano tenho sentido uma elevação mais profunda no debate e acho que todos devemos ter isto bem claro: ninguém se deve preocupar, em demasia, em demonstrar para o exterior onde está a oposição. A oposição está cá dentro legitimamente eleita e, portanto, não olhem tanto para as redes sociais, não se preocupem em demonstrar ao "A" ou ao "B" que "eu sou o líder da oposição", "eu faço oposição". Percebam uma coisa, eu acho que esta questão é importante: nós temos que seguir as nossas convicções, e seguir as nossas convicções é fazer o debate com a

seriedade que é necessária. E nós, permitam-me que diga isto se não tivermos este clima de cooperação, no que deve ser de cooperação, mas afastar a crispação que causa entropias ao processo, julgo que com isso nada se ganha. Portanto, não há necessidade de mostrar lá para fora quem é quem é mais convicto ou mais combativo, em relação a alguns processos.

O debate faz-se aqui dentro, faz-se com quem cá está e faz-se com o público que queira assistir e, portanto, isso é o princípio da democracia. Nessa matéria não há questões que julgue serem criticas. Queria ainda fazer duas ou três referências, uma delas ao Dr. Felisberto, por indicadores que me parecem ser extremamente importantes para todos nós e não se trata, tão só, de falar na taxa de redução do desemprego, sendo isso importante. Eu noto só, que no primeiro trimestre de 2013, a taxa de desemprego em Portugal era 17,5% e, neste segundo trimestre, a taxa de desemprego em 13,9%. Dir-me-ão: Já descontaram aí os cem mil que são obrigados a emigrar ou que foram convidados a emigrar? Eu direi: mais importante são os noventa mil postos de trabalho, entretanto já criados e que se perspetivam outros tantos a criar, e isto é que eu acho ser fundamental. É neste quadro, que um conjunto de referências que aqui fizeram, acho que são importantes neste debate, porque mais dia, menos dia, o país será confrontado novamente com o modelo que quer seguir. Se quer um modelo que aposta no investimento onde a baixa do IRC é determinante. Dir-me-ão: "para que alguns se encham?" Foi mais ou menos a expressão que aqui foi dita. Eu digo: isso sim, é um problema ideológico. Nós, se não olharmos para a descida da taxa de IRC como um instrumento favorecedor ao incentivo do investimento, é um problema ideológico, mas eu respeito todas as opiniões contrárias, agora espero também que respeitem as dos outros e, portanto, nessa questão parece-me importante isso, como parece importante que possamos continuar com rigor e realismo e que possamos ter uma visão daqueles que menos têm e que durante anos tiveram as suas pensões mínimas congeladas e, que apesar da situação ser tão crítica no país nos últimos quatro anos, tem, agora, um cumulativo de 6,5% de aumento das suas pensões mínimas. Dir-me-ão: "mas o que é que são 6,5% para quem recebe duzentos euros?" Eu direi: é melhor congelar do que dar 6,5%. Este quadro, penso, que deve merecer esta questão.

Agora, quero dizer-vos também que não me revejo num conjunto de questões, nomeadamente sobre as questões do Serviço Nacional de Saúde. Todos nós queremos ter,

dizia a Marta, que está em causa a salvaguarda deste direito à saúde. É um direito universal que está em causa, agora. Nós só podemos ter direitos ou melhor, só podemos exercer os nossos direitos quando as contas públicas do país o permitirem. Eu sinto que estão os nossos direitos em perigo, quando aquilo que se pagava em juros da dívida pública era igual à despesa total durante um ano do Ministério da Saúde. Isto sim deve ser uma preocupação de todos. Enquanto não baixarmos o custo da nossa dívida pública claro que está em causa, o estado social, claro que tem que estar em causa quando o valor de 7,5 mil milhões de euros que é a despesa que temos na saúde, é igual à despesa que pagamos de juros da nossa dívida. Ora, isto não é possível. Se nós não reduzirmos o deficit público nunca vamos reduzir a nossa dívida pública, porque sempre que o deficit é maior que zero, quer isto dizer aquilo que todos nós percebemos, estamos a aumentar ao bolo da dívida mais um bocadinho de dívida. E se fosse para se nunca se pagar, como alguém pensa? Bom, quem vier a seguir, que pague, parece ser o entendimento de alguns. O problema é que o que se deve tem que se pagar e paga-se caro e paga-se muito caro. Defender a redução da despesa pública ou da dívida pública é condição necessária para garantir o estado social e isto é uma questão importante e, é por isso, que me custa que não se interiorize este princípio como um princípio que deveria unir todos os partidos em Portugal, na busca deste equilíbrio, porque não o fazer é estar a aumentar constantemente a dívida, logo mais juros, logo menos dinheiro, menos receita para aquilo que são as funções básicas que são as funções associadas ao nosso estado e, portanto, isto parece-me ser importante.

Ao Joaquim Santos: "Repor o que nos roubaram". Eu pergunto: Até que ano é que nos roubaram? A questão é: nós chegámos ao estado em que chegámos, quando todos não fomos capazes de fiscalizar o estado. Quando todos deixámos que, algumas medidas tomadas, tivessem ainda agravado a nossa situação de debilidade. Eu acho que nós ainda não percebemos que vivemos num período excecional de emergência. É que se não o percebermos corremos o risco de amanhã cometermos os mesmos erros e isto é que eu acho que é grave. Eu até nem sou tão condescendente como possa parecer em algumas matérias, mas eu até aceito ter uma tolerância para quem de uma forma não consequente, não pensada, conduziu ao descalabro até março de 2011. Agora, preocupo-me se ainda não percebemos as consequências desse percurso, porque se não percebemos quer dizer que na primeira oportunidade poderemos voltar a cometer os mesmos erros e isto é o que

eu acho que é grave. É grave porque o país não tem a solidez que pensamos ter para fazer este percurso. Nós todos temos que dizer: sinto constrangimento do que é receber menos eu ou qualquer português. Sinto esse constrangimento, agora, devo eu olhar para aquele que me receitou uma receita ou para aquele que me causou a doença? Este é que é o problema que está em causa e, portanto, não se tratam de questões ideológicas, tratam-se de questões de princípio racional e isto deve levar-nos a refletir.

Não gostaria que o meu país voltasse, independentemente das cores que quem venha a governar e é absolutamente menos relevante essa questão do que a questão do rumo. Eu não gostaria que o meu país não mantivesse um rumo que o conduzisse por caminhos a que esteve no passado e que se demonstrou não serem os indicados e quando necessário faremos esse debate, mas de forma desapaixonada, isto é, com a razão e não com a convicção da militância, porque aí é que não conseguimos um caminho tão profundo quanto aquele que se quer fazer. Esta é uma questão séria e eu não me revejo em questões como seja o aumento da carga fiscal para este ano. Nós ainda não percebemos que está em causa uma alteração do modelo no que diz respeito, em particular, ao crescimento verde. Nós não teremos mais 150 milhões de euros de cobrança de impostos, porque aqui há uma variável muito importante. A história dada do saco plástico é que eu aqui tenho uma opção. Eu gasto se quiser gastar, mas quando me é aplicado um imposto sobre o rendimento, eu não posso dispensar-me de pagar aquilo que outros me estão a impor e o que está aqui em causa com a fiscalidade verde, é a possibilidade de haver uma receita e que podemos detalha-la quando quiser, estou habilitado para fazer esse debate. 150 milhões de euros que sejam abatidos em sede de declaração de IRS, isto é, se aquela receita existir, estaremos todos em condições, de poder beneficiar com o coeficiente familiar na redução da sua carga fiscal. Eu sei que isto é a transformação de um princípio, mas temos que perceber que caminhos queremos seguir e, portanto, não me revejo nessas questões de crime de colarinho, não me revejo nisso por uma razão muito simples: nós às vezes confundimos os patamares da avaliação política. O caso do SEF julgo que é uma questão paradigmática. Eu não quero fazer um juízo de valor sobre ninguém, há uma coisa que eu sei: há onze ou doze pessoas indiciadas, entre elas o responsável máximo do SEF foi nomeado por aquele que é hoje líder do PS e reconduzido pelos governos seguintes. Não estou com isto a fazer juízos de valor, agora julgo que também não é sério que se atire uma pedra para o ar à espera que

só caia no telhado dos outros e, nestas matérias, domínios em que há crime, não escolhem cores políticas. Quando há um crime, não há escolhas de cores políticas e, portanto, o que eu exijo e solícito ao estado é muito simples: que averigue, que defina qual é o grau de implicação e que atue do ponto de vista judicial.

O que se espera de um estado de direito, não é que nos surpreenda com uma investigação, mais grave e preocupado fico eu, com todos aqueles que cometem crimes e não são apanhados na teia, isto é que é falha do estado democrático. Quem nos dera que isso aconteça, porque é sinal que funciona. Eu com isto quero dizer uma coisa muito simples, não quero entrar em análises mais profundas, para não me desviar do tema que é importante. Só quis focalizar-me aqui para dizer uma coisa que parece ser muito clara, muito objetiva: nós devemos fazer os debates da forma que quisermos, principalmente nas implicações que têm no nosso território, sobre as nossas populações, agora, nunca devemos perder a racionalidade que é perceber qual é o grau e o alcance do que temos à nossa frente e neste caso em concreto

Para concluir esta parte, nós só teremos estado social no tempo e no momento em que formos capazes de reduzir a nossa despesa. Enquanto não o fizermos à conta da nossa dívida pública nós teremos sempre, um célebre problema em cima que é não saber onde é que vamos buscar dinheiro para pagar as respetivas despesas dos direitos a elas associadas.

Dito isto, e sem me querer alongar nestes preâmbulos, queria-vos dizer que no concreto da análise da atividade da câmara, no que diz respeito ao relatório de execução financeira, a que estamos obrigados e dando cumprimento ao mesmo, o município neste momento tem uma convergência com o que vinha acontecendo em período homólogo, em que comparativamente a vinte e dois de setembro de 2014, período em que se fez o anterior relatório, estamos a contribuir para uma diminuição da nossa dívida em 2,2 milhões de euros.

Penso que isso deve merecer toda esta avaliação. No quadro dos compromissos plurianuais a que estamos obrigados a dar conhecimento à assembleia, importa aqui acrescentar que os compromissos plurianuais que constam deste relatório se prendem com a contratação de serviço em sede da formulação de políticas municipais de desenvolvimento económico (RUCI), financiadas de 7382 mil, em 2014, 11070 mil, em 2015.

Como sabem, a assembleia municipal concedeu uma autorização genérica, para que todas as despesas plurianuais até ao limite de três anos, e sem excederem 99 mil euros em cada um dos anos, possam ser assumidas e comunicadas à assembleia. Para o ano de 2015, o contrato de fornecimento de gasóleo será de 73 250 euros, o protocolo do judas 9 mil euros, Tom de Festa 22 mil euros, programação ACERT 72 mil euros e protocolo Finta 11 mil euros. Tomámos estas deliberações já, para todo o ano de 2015, tal como um conjunto de contratos interadministrativos que virão aqui para vossa apreciação.

Quer isto dizer que, para além da atividade financeira do município, durante este período, ocorreram também, um conjunto de reuniões de atividades e que eu destacava algumas com alguma precisão, desde logo reuniões com a empresa UBC. A UBC foi a empresa associada à construção do relvado sintético do campo do Bairro Novo, em Nandufe. Como sabem já está há três semanas em utilização, não só esse investimento, custou 330 mil euros, como adicionalmente houve necessidade de requalificar os antigos balneários, para que se possa otimizar na plenitude aquele novo equipamento, na medida em que haverá, em média, quatro equipas a treinar, entre as cinco e meia e as dez da noite, sejam elas três equipas de escalões de formação de iniciados, juvenis ou juniores do CDT ou a equipa principal do Nandufe, a equipa sénior. O que quer dizer é que nesta fase houve a necessidade de articular um conjunto de reuniões tal como com a empresa Bodum, para além de outras. Temos pouco investimento na nossa comunicação, tenho que o reconhecer, mas não faremos como os outros e não deixo de dar aqui dados que me parecem importantes.

A empresa Bodum está a concretizar o seu plano de investimento alargando e duplicando as suas instalações e, portanto, já neste fim-de-semana se iniciaram os trabalhos em todo lote que estava na sua posse e tinha sido objeto de venda, o processo está em fase de evolução, sendo que se estimam 6 milhões de euros de investimento, 4 milhões em infraestruturas, 2 milhões em equipamento.

Também a este propósito, como é sabido, estava previsto deslocalizarmos o ecocentro, porque na zona industrial não existiam mais terrenos disponíveis. O lote onde está o ecocentro tem 5 mil metros quadrados e para podermos disponibilizar esse apoio à logística da Bodum, a câmara deliberou ceder, vendendo, também esse espaço à empresa. Faz hoje oito dias que foi efetuada a venda deste espaço, onde estava até agora o ecocentro à Bodum, para que tudo se concretize dentro do plano previsto de negócios. Isso implicará

que seja desativado dali o ecocentro. Já estão em fase muito avançada os trabalhos para que na zona do estaleiro municipal, ao lado da nova Etar se crie aí, a instalação do ecocentro, valorizando ambientalmente aquele espaço. Também, um dia destes, teremos a oportunidade de perceber o que ali está a acontecer.

Houve, também reuniões com a empresa Civibérica, que é a empresa que está a ultimar os trabalhos dentro de Campo de Besteiros, em particular na estrada 230- Campo-Caramulo, tal como com outra empresa, EnergieKontor, que será, responsável pela instalação de quinze novos aerogeradores na zona de São João do Monte. É um processo que se vinha desenvolvendo ao longo de várias negociações. Como sabem, a produção de energia eólica ou a microprodução de outras áreas implica um contrato de concessão que o estado português lança, em que as empresas concorrem, que implica estudos de impactos ambientais e, portanto, neste momento esta empresa em particular, já fez esse percurso todo. Se tudo correr bem, e eu faço a devida reserva, no primeiro trimestre de 2015, estaremos em condições de colocar este investimento, este grande investimento no nosso concelho e estamos também a acompanhar com muito ênfase tudo o que tem a ver com investimento e desenvolvimento económico.

Efetuamos, também, reuniões com os presidentes de junta, muitos deles até por força da preparação deste orçamento que vos traremos. Reuniões também, com o professor Correia de Oliveira, do Instituto Politécnico, no âmbito do orçamento participativo, uma matéria que estamos a desenvolver. Reuniões dos conselhos gerais de escolas, em particular, do Agrupamento Tomaz Ribeiro, da assembleia geral da Adices e visita de trabalho ao Centro Escolar Campo de Besteiros. Como sabem estão a decorrer trabalhos de requalificação do espaço envolvente ao espaço exterior e também, como é sabido, aliás, nós fizemos uma revisão orçamental por força disso, estamos à espera de fechar um protocolo com a DGESTE, para que seja o município o dono da obra no sentido da remoção da cobertura de amianto daqueles pavilhões e da colocação da nova cobertura. Naturalmente, estivemos também em várias reuniões do conselho intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões e quinta-feira teremos nova reunião. Também visitas de trabalho ao complexo desportivo do Vale da Pata-Molelos, aliás, com quem viemos a estabelecer um protocolo de apoio com a respetiva junta de freguesia de Molelos, para cofinanciar parte dos trabalhos feitos, diminuindo despesas de funcionamento daquele parque. Explicamos que nós instalámos um sistema de produção de águas sanitárias quentes, apoiadas em

painéis solares. O que me parece ser muito importante para reduzir a fatura energética. A este propósito também já estamos a trabalhar no sentido de ultimar um projeto de valorização energética para também no caso das piscinas, avançar com este tipo de solução.

Estivemos presentes, a convite do presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, na feira da "Maça de Bravo de Esmolfe, na sessão de organização territorial do Estado, promovida pela Associação de Municípios Portugueses, em reuniões com a associação de freguesias do Caramulo, em visitas de trabalho a projetos de desenvolvimento no Fundão com a Câmara de Fundão, para possível estabelecimento de algum tipo de parcerias e que, dentro em breve, poderemos vir a desenvolver com maior amplitude, nomeadamente na localização de empreendimentos de base tecnológica, uma área que nos está a merecer muito cuidado e muita atenção, de referir, também, reunião com os responsáveis do POVT.

Aproveitarei na explicitação do orçamento para explicar um pouco o que está a acontecer no acesso à informação, no que diz respeito ainda à gestão atual do quadro comunitário do nosso QREN. Estão a abrir alguns concursos em sede de "Overbooking" e ter informação é determinante para este processo. No caso em concreto, este concurso de "Overbooking" para o POVT (Plano Operacional de Valorização do Território), onde financiamos redes de água, de saneamentos e Etar´s. Desde o passado dia 12 e até 19 de dezembro está com uma candidatura aberta no valor superior a 1,2 milhões de euros, para a requalificação da rede de água e saneamento ao Caramulo. Implica ter projetos preparados, implica ter ação de rapidez sob pena de não conseguirmos projetar estas candidaturas a tempo e a horas. Estas reuniões no POVT também ocorreram tal como, e penso ser do vosso conhecimento, um protocolo estabelecido com o grupo dos GIPS da GNR para também, num projeto pioneiro, na área territorial de Castelões e Barreiro-Tourigo, principalmente nesta área, podermos ter uma ação de fiscalização preventiva. Já está a decorrer este projeto. Pressupõe que, em particular, nos perímetros envolventes às áreas habitacionais e nas áreas de proteção à rede secundária possa haver sensibilização para que os respetivos proprietários possam manter estas áreas devidamente limpas no quadro legal. A GNR terá, com o nosso apoio em termos de cartografia e de recursos do gabinete técnico florestal uma primeira ação de sensibilização. Envolvemos as juntas de freguesia respetivas e também o respetivo movimento associativo como uma plataforma

de divulgação. Terminada a fase de sensibilização, haverá uma segunda visita: se foi resolvido, muito bem, se não foi, tem que a ver uma intervenção coerciva, nessa perspetiva. Julgo que é fundamental este projeto principalmente nesta área que estou a definir, e em particular, do lado direito da estrada 228 até, praticamente, ao cume da serra. Esta área é vital que tenha uma intervenção de prevenção.

De referir reuniões várias, também, com a ACERT, com a CCDR, com o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde por força do estado, e em particular, das implicações que veremos no nosso orçamento, tenho tido várias reuniões nessa matéria, com responsáveis da CESPA Ferrovial também por força da deslocalização do Ecocentro. Várias reuniões com o Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Planalto Beirão, visitas de trabalho a Canas de Santa Maria, a Campo de Besteiros, Lajeosa do Dão, Castelões e com o CEIS Caramulo. Acompanhei o senhor diretor regional da segurança social, numa visita que fizemos à Fresenius Kabi, não deixando aqui de reafirmar a importância que esta empresa tem para o concelho, onde, hoje gere praticamente 550 postos de trabalho, fatura 150 milhões de euros dos quais dois terços para exportação, o que diz bem da importância que tem e do investimento que devemos continuar a fazer no alargamento deste parque industrial para acolher os novos investimentos, em particular a nova unidade cinco, que era estimado só poder arrancar, em 2016 e tudo leva a crer que, ainda durante o ano de 2015 avance em termos de construção. São sinais muito positivos, agora, quem nos conhece sabe que gostamos da prudência, do bom senso e da descrição. Trabalhar nestes objetivos implica, em muito, saber gerir expetativas e oportunidades e é isso que estamos a fazer com estas entidades.

Participamos em reuniões, da Assembleia Distrital de Viseu e a este propósito justifica-se fazer aqui um preâmbulo para fazer o ponto de situação da Assembleia Distrital de Viseu. Como sabem a Assembleia Distrital de Viseu é o órgão onde estão presentes os 24 municípios do distrito, ainda da figura de distrito e de cada município há três: o presidente da câmara, o presidente da assembleia municipal e um representante dos presidentes de junta, aliás, no nosso caso, eleito no período anterior a este ponto. Como sabem também, a Assembleia Distrital de Viseu, não reunia com quórum desde 2001/2002. Entretanto, em junho deste ano, saiu uma lei que diz o seguinte muito sinteticamente: se não reúne só há uma coisa a fazer, promover-se a extinção da sua universalidade, isto é, a assembleia distrital mantem-se como órgão consultivo, mas deixa

de ter a personalidade com as funções de gestão, de receita, de despesa, de orçamento que tem até hoje. E, é neste quadro, que, por força desta lei, até 120 dias após a publicação da respetiva lei, e terminou a 27 de outubro esse prazo, teria que a assembleia distrital pronunciar-se acerca do destino que gostaria de dar à sua universalidade, ou seja, o seu património, que neste caso em concreto, é a Casa do Adro que está entre a Igreja da Misericórdia e a Sé em Viseu, duas funcionárias que hoje tem (até há bem pouco tempo tinha três), ao seu património imóvel, algumas peças de arte, algumas coleções e, portanto, o que é que pretende fazer disto. Como é sabido também, já nessa altura, em junho, um ou outro presidente de câmara defendeu que a transferência deste património para a CIM deveria implicar a deslocação da sede da CIM para Viseu, em particular. Como também é sabido, o presidente da Câmara de Tondela, nesse momento reagiu da forma que julgo oportuna, que foi lembrar que a decisão da localização da sede não pertence à assembleia distrital nem a um presidente de câmara, em particular, pertence ao colégio do conselho intermunicipal da CIM, isto é, aos 14 presidentes de câmara e são eles que têm que tomar essa decisão e não um ou outro individualmente.

No dia 3 de novembro, na reunião da assembleia para este efeito e surgiu uma proposta do senhor presidente da Câmara de Viseu, no sentido de esta transferência ocorrer para a CIM com a condição de, aí, colocar a sua sede ou se tal não fosse essa a decisão daquela assembleia, que a transferência da universalidade fosse feita para a Câmara de Viseu. Não entrando nos pormenores da reunião, o que importa é a conclusão final e a conclusão final depois de algumas intervenções, entre elas, a do presidente da Câmara de Tondela foi a deliberação de recomendar ao governo que faça a transferência da universalidade para a CIMVDL, sem qualquer condição dessa natureza. Julgo que não querendo ninguém enfatizar a derrota de outros, importa aqui a saber que defendemos aquilo que desde a primeira hora nos parecia ser ajustado.

Esta semana, haverá uma reunião da CIMVDL para dar sequência a estas decisões, esperando, naturalmente, a solidariedade e a compreensão dos demais autarcas nesta decisão, por uma razão simples: ninguém poderá colocar em causa o centralismo de Lisboa, se à escala local tiver idênticas atitudes ou posições e, portanto, é uma matéria que acompanhamos com especial atenção e com envolvimento pessoal nesta matéria mas, fechando este parênteses, queria-vos dar nota da evolução do processo em sede de assembleia distrital, como também é verdade que a câmara municipal deliberou por

unanimidade, ainda em maio, e, há oito dias fiz chegar essa proposta à CIM, ceder todo o espaço da ala A, agora que se retirou o arquivo municipal da ala A, não só o r/c, o 1º piso e espaços do 2º piso, à CIMVDL, sem qualquer pagamento. A receita que tínhamos era de 750,00 € e não é por isso que ficaremos mais pobres. Portanto, a CIMVDL tem condições para poder tomar uma decisão nos termos que melhor entender. Do nosso lado temos a convicção de que estamos a posicionar as peças certas para que a decisão seja tomada devidamente.

Queria referir também que em reuniões que ocorreram com os serviços de finanças de Tondela, nos foram transmitidas algumas preocupações pelo reduzido número de funcionários, consequente baixas e doenças prolongadas de alguns deles, levando a que praticamente 1/3 do contingente destes funcionários, não estão disponíveis para trabalhar neste momento. Fizemos também, por força disso, a devida diligência junto dos serviços distritais, no sentido de ser colmatada essa falha. Reuniões no âmbito do ponto que foi objeto da proposta e que, o enfermeiro Veiga aqui trouxe, por isso, é que eu disse que se esperássemos um bocadinho teríamos conversado. Vou ler claramente o que está aqui: "reunião com a equipa multiministerial do Ministério da Educação e Ciência da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, do Ministro-Adjunto Desenvolvimento Regional e das Finanças, para a avaliação dos quadros do modelo de contratos interadministrativos". É o que está aqui, vou-me escusar de explicar tudo porque já foi debatido aquando dessa proposta, precisamente para dizer que estamos a interpretar os documentos, a analisar para que, quando fizermos este debate, estejamos devidamente esclarecidos sobre essa matéria e consequentemente haja reuniões com os agrupamentos de escolas Cândido Figueiredo e Tomaz Ribeiro e Associações de Pais.

Fizemos também, uma apresentação na passada semana, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural, "PDR", do novo programa do novo Portugal 2020, abordando duas medidas que no domínio da agricultura já estão disponíveis. Reunimos com a Adices e com a Confagri, para onde se chamaram um conjunto de jovens empreendedores ligados à agricultura, que potencialmente estariam interessados neste domínio. Visitámos também e vamos ver, daqui a pouco, as obras do mercado municipal que me parece ser importante e, portanto, neste quadro julgo relevante dar-vos nota destes dados.

Queria ainda, a este propósito, dizer-vos que em sede de fundos comunitários começa a haver alguma clarificação dos procedimentos a seguir. Como é sabido, as

comunidades intermunicipais definiram, em primeiro lugar, a sua estratégia. Depois ir-se-á dar origem a um plano de ação e finalmente a projetos. No que diz respeito à estratégia, na fase em que estamos, já foi aberto o concurso nacional, na semana passada, para que todas as CIM'S possam submeter a sua proposta. Ora, estima-se que leve aqui a um processo de dois meses, à volta disso. Também já é definido no nosso caso, da nossa zona centro, em que é que nos vamos apoiar. Eu peço desculpa por utilizar esta terminologia, explicar um bocadinho detalhadamente isto, é defeito meu ser demasiado explicativo, mas acho que é necessário.

No caso concreto nós teremos no quadro da nossa CCDRC, grosso modo, 400 milhões de euros para contratualizar com as CIM'S. Contratualizar como? Através de concurso. Ao contrário do modelo passado, 2007/2013, em que as CIM'S tinham um bolo e com este bolo o iam redistribuir dentro de si, esse modelo é passado.

Segunda questão: vi e ouvi alguns presidentes de órgãos políticos preocupados, "isto é muito menos dinheiro do que no atual quadro!". É verdade, mas não nos esqueçamos que no atual quadro, mais de 80% do dinheiro que foi aplicado em sede de CIM'S, foi em vias rodoviária, asfaltagens, arruamentos, mobilidade territorial ou mobilidade urbana. Grande parte, eu diria, seguramente mais do que ¾ deste valor foi aplicado aqui, ora, eu não me cansarei de dizer, como sabem, no novo quadro comunitário não vai haver dinheiro para pavimentações, para arruamentos, para estradas, não há dinheiro para estas rubricas. Eu não estou preocupado em saber, para já, se é muito ou pouco 400 milhões de euros, estou preocupado com o que é que se pode fazer com este dinheiro. Haverá 400 milhões para aquilo que se vão chamar ITI (intervenções territorialmente integradas). Isto é um bolo que ali está. Depois haverá dinheiro, à volta de 200 milhões, para toda a região centro, para outra palavra que se vai chamar "AIDUS". São intervenções de regeneração urbana.

Todos os municípios podem ir à regeneração urbana uns, no caso dez, estão no primeiro lote das cidades de maior dimensão, outros, 21, estão no segundo lote das cidades de média dimensão, onde nós nos posicionamos e depois virão os restantes, neste caso, 69 municípios, já que na região centro há atualmente 100 municípios, de 31 ficam 69. É isto que irá acontecer, não direi rapidamente, porque ainda falta avançar com tudo o que são regulamentos, e é isso que nos vai dar a clareza, só o regulamento é que vai dizer o que é que é, dentro do universo, prioritário ou não prioritário, mas dentro daquele

universo. Isto para explicar que neste momento são várias as reuniões em que temos que estar envolvidos para começar a definir estas questões.

Ainda haverá um outro eixo que é idêntico ao "PROVERE". "O PROVERE", para terem uma ideia, foi onde se investiu muito dinheiro, em particular nas designadas aldeias de xisto e nós ficámos sempre arredados disto. Neste novo "PROVERE", o Município de Tondela, tem interesse em entrar. Queria-vos dar estas notas, já começa a ficar mais ou menos definido quanto é que vai haver disponível na região centro, isto para as autarquias, não se esqueçam, e já vos disse várias vezes, que dos 2,1 mil milhões de euros que a região centro terá, 39% é para economia. As nossas indústrias, as nossas empresas terão 39%, mais de 800 milhões de euros. O que quer dizer que mais do que vem para todos os municípios, é o bolo que está disponível para a internacionalização, o aumento da produção, o aumento da competitividade, isto terá muito dinheiro nessa perspetiva.

Queria-vos dar nota destas questões, como também vos queria falar do "Programa Aproximar", que é um programa que está a ser desenvolvido em 4 CIM'S piloto, entre elas a Viseu Dão Lafões. O Programa Aproximar pressupõe que haja uma reconfiguração dos serviços públicos, no domínio da autoridade tributária, do IRN (Registo Nacional de Notariado), da Segurança Social e do Emprego. Uma reconfiguração quer dizer que poderá estar um serviço com um atendimento num sítio e ter o tratamento de processos noutro sítio. A ideia é que, o cidadão tenha uma facilidade de acesso a estes serviços. É um projeto-piloto que no caso do nosso concelho iremos acompanhar propostas que venham a ser formuladas. Este programa pressupõe a existência do designado transporte porta a porta e, a este nível, já identificámos uma área de teste para este projeto.

O Projeto porta a porta começou por ser desenvolvido em Mação-Abrantes, a área de Tomar teve este projeto a ser desenvolvido e prevê o quê? Que, no nosso caso, a área identificada como piloto gostaríamos que fosse Caparrosa-Silvares, união de freguesias, por ter um misto de maior proximidade de um eixo viário e um misto de serra, totalmente diferente. Pressupõe que os recursos ali localizados, sejam carrinhas de IPSS, sejam da transportadora, neste caso a Transdev, ou do município e que possam permitir que a pessoa atempadamente identifica: "amanhã às x horas preciso de ir àquele sítio". O transporte porta a porta permite-lhe que tenha uma deslocação à porta naquela circunstância.

Em média, o custo é uma vez e meia o custo do transporte público, isto é, não é o preço de táxi, é o custo do transporte público e em territórios de baixa ou de muita baixa densidade poderá ter interesse, nomeadamente para acessibilidade a alguns serviços. São projetos em que nos vamos envolver com o devido sentido crítico, procurando interpretar em cada momento, se há vantagens, se não há vantagens, se há mais-valias ou se não há. Diria que estão um pouco em causa estas questões e em particular sobre o "Programa Aproximar" e sobre a nova estrutura de gestão dos fundos comunitários.

Dito isto, iria sugerir que pudéssemos acompanhar também um conjunto de imagens que são ilustrativas, algumas que já referi e outras que irão enriquecer visualmente e também comunicacionalmente aquilo que estou a dizer". (anexo 12 e 13).

Passou-se de seguida á visualização das atividades da câmara em imagem, do período compreendido entre setembro e a presente data.

O presidente da mesa continuou os trabalhos, dando a palavra ao deputado Abílio dos Santos que interveio:

"Eu, se me fosse permitido e antes de entrar nas atividades da câmara, era só um minuto apenas, para formular um desejo de que as futuras assembleias passem a ter uma componente mais pedagógica do ponto de vista político e sejam menos grosseiras em termos verbais. O contraditório é importantíssimo, é necessário, é urgente, é desejável e em política, mas desde que seja feito e realizado sem as ofensas que normalmente se fazem aqui. Estou aqui há 35 anos, talvez seja o mais antigo desta casa, isto sempre houve, sempre existiu e não estou de forma nenhuma a referir-me a nenhum partido em especial. Todos os partidos sofrem desta doença, todos, até o meu. Ainda hoje assisti aqui a duas belíssimas intervenções, que por acaso e por uma questão de simpatia e porque eu entendo que foram belíssimas intervenções, mesmo, onde o contraditório, como é óbvio, foi utilizado, refiro-me à Marta e ao Veiga. Não é preciso utilizar aquele tipo de palavras que às vezes utilizam aqui que, sinceramente, já ando a ouvir há 35 anos.

Passando, de facto, agora às atividades da câmara, eu começaria, talvez, por aquilo que considero mais importante. Considero muito importante a viatura para deficientes. Senhor presidente, isto é uma forma importantíssima de pôr em prática o chamado estado social. Acho que fazia falta em Tondela, acho que foi uma aquisição absolutamente fantástica para além do apoio que o senhor tem dado em permanência às IPSS. Dou-lhe

os meus parabéns porque, de facto, isto é pôr o estado social a andar sem grandes alarmismos e sem grande demagogia.

Congratular-me também com o avanço do mercado municipal e da casa mortuária. Falar também no 15º convívio do idoso, como o senhor presidente referiu e muito bem, mais importante do que o almoço, mais importante do que as atividades que foram lá realizadas, é sem dúvida nenhuma um encontro de pessoas que normalmente se veem apenas uma vez por ano.

Queria também referir o protocolo com os GIPS para realizar aquilo a que o senhor presidente da câmara se referiu e muito bem, penso que isto nesta altura está confinado ao Barreiro e ao Tourigo, mas penso que futuramente irá para outras freguesias.

Por último, julgo bastante importante a requalificação do parque desportivo de Nandufe. Tondela pode-se congratular de ter hoje um parque desportivo, dos melhores da zona centro.

Permitam-me que mencione as 4 jovens praticantes de rugby que foram chamadas à seleção nacional de sub-21 feminino: a Bruna dos Santos, a Cláudia Lopes, a Daniela Oliveira e a Mariana Sobrino.

Para terminar, senhor presidente, os meus agradecimentos pelo trabalho desenvolvido durante esse período".

A deputada Vera Machado continuou os trabalhos, de seguida com a sua intervenção. (anexo 14)

Entretanto, o deputado Joaquim Santos tomou a palavra:

"Senhor presidente da câmara deixe-me fazer aqui alguma referência à sua intervenção. Eu queria-lhe dizer o seguinte: a oposição que o senhor disse e muito bem faz-se aqui, mas também se pode fazer lá fora, o que interessa é que essa oposição seja feita com lealdade, com lealdade institucional. O senhor pode ter a certeza que da minha parte e do partido socialista terá essa lealdade e deixe-me também só dizer o seguinte: quando se falou aqui que o senhor disse que a baixa do IRC da qual eu falei na minha intervenção é ideológica, estamos de acordo. Quem são os grandes beneficiários da baixa do IRC? São as grandes empresas e aquelas que, com certeza, não investem mais em Portugal, como é o caso da EDP e da PT etc. As pequenas e médias empresas, essas é que

criam riqueza, criam postos de trabalho no nosso país, essas, com certeza, ficam em desvantagem em relação às grandes empresas.

Não vamos agora aqui querer voltar até Março de 2011. Não vamos discutir isso mais. Não é que eu tenha medo de discutir. Há uma linha que separa nas vossas mentes, 2011 para trás, 2011 para a frente, vamos até ao fim, até 1974, vamos até aí e vamos ver quem foram os grandes causadores da situação áquilo em que o nosso país chegou. Mas não é tempo agora para discutir isso, quando quiseram estaremos dispostos para discutir. Quando eu falo aqui num roubo, é verdade, porque se assistirem, como eu assisti, a uma entrevista do ministro da economia, a tentar enganar os portugueses que tinham uma taxa verde, uma fiscalidade verde sobre os sacos plásticos e sobre o consumo dos combustíveis, desculpem, isto é roubar, porque ele podia fazer a mesma coisa, mas dizendo que isto é um imposto, mas não, chama-lhe fiscalidade verde, indevidamente. Ninguém me convence que os quatros cêntimos que eu vou pagar a mais no gasóleo tem a ver com o ambiente. Não tem, isto é um imposto que vale 150 milhões de euros e quando o senhor diz que podemos ter a devolução do IRS, eu já não acredito no pai natal desde pequenino, porque isto não tem a ver com esta fiscalidade verde, tem a ver com a tal sobretaxa que eu digo que é criminosa porque é, e continuo a dizê-lo, que é uma sobretaxa criminosa, a tal sobretaxa do IRS.

Para terminar, só queria fazer uma pergunta ao senhor presidente se ele me puder responder. A propósito da extinção a prazo da Assembleia Distrital de Viseu e da transferência da Casa do Adro para o património da CIM. O senhor disse aqui que a proposta do senhor presidente da Câmara de Viseu foi levada ao conselho da Comunidade Intermunicipal, eu gostaria se me pode especificar qual foi a votação, se é que a houve, da manutenção da CIM em Tondela.

Senhor presidente quero-lhe dar os meus parabéns pela iniciativa de propor que a sede da Comunidade se mantivesse em Tondela, aliás, eu próprio o fiz, em São João do Monte, já tinha dito que estaria disposto também a lutar seja com quem for, no local próprio, para que a Comunidade não saia daqui de Tondela. Muito obrigado".

Foi dada a palavra ao deputado Alfredo Cabral que interveio:

"Eu estimo aqui as últimas palavras do Joaquim Santos. Penso que aquilo que o Dr. José António aqui disse de agir pelo princípio da prudência, do bom senso e discrição, tocou-me profundamente e é neste sentido que eu venho dizer ao Dr. José António e à sua

equipa fico extremamente feliz por aquilo que tem vindo a realizar, foi um pouco essa a última frase da minha última assembleia em São João do Monte. Continue que vai bem, se tivesse aqui outro partido de outra cor e fizesse o mesmo ou melhor teria também o meu voto de estima e de louvor.

Gostei imenso de o ouvir, penso um pouco no preâmbulo que antecede o plano e o orçamento, eu concordo e comungo absolutamente consigo, Dr. José António e sua equipa. Não há dúvida que quem olha, a causa social está muito presente. Quem lê com atenção vê que o problema dos que não têm oportunidades, ou se quiserem estão no limite de maior pobreza, os que não têm tanta facilidade no acesso à escola e à saúde estão protegidos. Eu acho isso fantástico. Comungo absolutamente consigo e aqui acabemos com a fronteira antes de 2011 depois de 2011. Seja quem for que vá para governo nacional, que partido for, há que olhar, que temos de pagar o que pedimos sem perdemos a nossa dignidade de povo, de nação, pagarmos com dignidade e fazemos esta aposta, de que criando riqueza criamos bem-estar, criamos um bem maior comum.

Eu neste sentido, não terei competência para avaliar se tudo aquilo que o governo fez, o fez bem, em algumas coisas poderia ser crítico, mas na maioria penso que houve este princípio ético ou moral de querer servir bem estas causas fundamentais, e por isso acho que encontro mais abertura, em alguns partidos. Por isso sou assim um bocado arrepiante ao partidarismo, ao mono pensamento, à monocultura.

Eu sei, mais ou menos, qual vai ser a inclinação do voto do Partido Socialista, mas vou dizer aqui, em nome da minha consciência, que votarei a favor do plano e orçamento, porque li.

Julgo que o Dr. José António que vai bem, vai bem nesta sensibilização aos grandes princípios da moderação, da prudência, do bom senso e da indiscrição. Já agora uma coisita particular: em relação ao alcatrão, eu não tenho nada a criticar, julgo também que passei há uns tempos na estrada de São Miguel-Sabugosa, aquilo continua com um pavimento um bocadito mau.

Viro-me ali para o senhor Arménio que e um especialista nas questões de condução e ao José Manuel, depois talvez aos senhores engenheiros da câmara municipal de Tondela. Houve um acidente mortal no cruzamento de Nandufe de uma pessoa estimada. Eu julgo, José Manuel, não sei se é da sua competência que deveria e tenho aí o Senhor Arménio, que deveria ser estabelecido uma nova prioridade naquela estrada.

Quem vem do interior de Nandufe tem Stop, mas quem olha para o lado direito não tem visibilidade se não avançar um bocadinho para cima da passadeira. Não sei qual é a solução. Muito obrigado".

O deputado António Dinis interveio, de seguida:

"Gostaria de me referir apenas a três ou quatro notas, uma tem a ver com o campo de jogos do Sporting Clube de Nandufe, acho que é um equipamento excelente, vai ficar dotado de infraestruturas capazes de possibilitarem a prática de várias modalidades e fez bem, senhor presidente da câmara, em requalificar também os balneários, porque conseguiu maximizar aquele espaço. Merece, naturalmente, um elogio por essa iniciativa. Preocupa-me uma coisa que tem a ver com os encargos. Eu percebi que eram 330 mil o custo do campo de relva sintética, quando faço a comparação com o que se gastou em Molelos, eu recomendo ao senhor presidente para verificar a grande diferença do que gastou em Molelos. A mim preocupa-me que nessa altura se gaste muito dinheiro, naquele campo de Molelos e, portanto, nunca percebi bem porque há tanta diferença nos valores. Eu recomendo também que perceba o que se passou entre um encargo de um campo e o encargo do outro.

Depois, também felicitá-lo pelo facto de ter decidido, e bem, quer a parte de ampliações das zonas industriais, quer a opção em relação à Bodum. Devemos criar condições para os nossos empresários se fixarem no nosso território.

Também o facto de ter cedido o espaço à CIM para que não tenham um álibi, porque não tinham condições de expansão, e pudessem sair de Tondela. Acho que foi oportuno e também, como diz e bem, não é por 750 euros que vale a pena estar "a dar-lhes argumentos de que podem ir para outro sito de borla". Fez muito bem. Estou completamente solidário em relação a essa situação.

A penúltima situação tem a ver com os pontos de recolha seletiva na cidade. Aquela solução é uma solução complexa, porque está enterrada.

Finalmente, em relação a questão das eólicas e daquele investimento das eólicas, eu em relação a isso tenho, obviamente, uma reserva que tem a ver com o seguinte: estas questões, às vezes, não são bem ideológicas, mas nós não podemos dizer uma coisa em São João do Monte e dizer outra coisa em Tondela. Não venho para aqui fazer propaganda eleitoral em relação ao CDS, que é o partido da solidariedade social, que se debateu por isto e por aquilo. Não venho aqui fazer esse tipo de campanha, mas eu vou ler só o que

dizia na página 17, mas como todos sabemos o sector das energias eólicas é deficitário. Só existiram esses investimentos porque nas nossas faturas energéticas está lá um coeficiente que todos pagamos para alimentar os sistemas. Mais adiante diz assim: "claro que quando os investimentos eram apoiados em parcerias e era a banca a injetar e a investir, nunca faltou dinheiro para esses setores. Nós hoje temos uma situação de produção de energia limpa que é altamente deficitária porque em horários noturnos o sistema energético não está a injetar na rede nacional porque não há consumo". Eu aí tenho de dar a mão à palmatória, não são as eólicas do Sócrates que são más, nem as do PSD que são boas e, portanto, nós temos de ter algum cuidado em relação a esta matéria. Eu sei que isto é um tema problemático, porque nós exagerámos naquilo que era a nossa possibilidade em termos de energia eólica, isto é, já estamos com o excedente, mas vamos continuar a pagar todos. Vamos pagar na EDP e estamos todos contentes, porque só aumenta 3,5%, portanto, estamos todos contentes porque era para ser não sei quantos, 15%, mas continuamos a fazer isto e a mim preocupa-me esta situação. Eu já sei que isto veio das contrapartidas, tem uma história longa, mas se isto era mau em São João do Monte é mau hoje, acho eu. Não deve ter mudado assim tanto a situação, portanto, senhor presidente, gostaria de deixar só este reparo de que ou é bom numa altura, ou temos de nos entender o que é que é ou não é bom relativamente a esta situação".

O presidente da câmara respondeu às questões colocadas pelos deputados:

"Senhor Presidente, muito obrigado. Procurarei ser objetivo em relação às questões.

Em relação ao nosso amigo Joaquim Santos, eu quando disse que a oposição se faz fora e se faz dentro ou se faz dentro e não se faz fora, foi mais uma preocupação consigo, porque tenho notado nos últimos tempos alguma preocupação em demonstrar a pares que estão fora, pares seus e não aqui dentro, que eles não se preocupem, porque faz a oposição por eles. Eu acho que é um bom sinal, foi isto que eu quis dizer, foi para sossegar alguns companheiros seus, outros meus, que não se preocupem, porque os órgãos funcionam e a democracia funciona. Felizmente que há debate plural e democrático. Foi neste sentido que lhe quis dizer para não se preocupar com o que está lá fora.

Sobre as questões colocadas eu não coloquei uma linha assim que separa março de 2011 do resto das nossas vidas, mas não disse onde é que ela começava. Provavelmente

está muito atrás de 2011, só quis dizer isto, agora, que eu disse e repito é que março de 2011 deve-nos ajudar a olhar o mundo, e em particular o nosso país, de forma diferente. Sobre a Assembleia Distrital provavelmente houve um lapso meu de expressão ou de interpretação. O que eu disse foi o seguinte: em 3 de novembro na Assembleia Distrital, o presidente da Câmara de Viseu faz uma proposta para que a assembleia deliberasse a cedência do espaço à CIM para que esta fizesse desse espaço a sua sede. Depois de muita discussão e de algumas intervenções vigorosas, a proposta votada cortou esta expressão que estava entre vírgulas, "que faça desse espaço a sua sede", em sede de Assembleia Distrital. O que eu quis dizer é que esta semana, na próxima quinta feira, espero que o assunto fique fechado, se não fechar há-de se continuar, a CIM irá debater quais as implicações da cedência deste património/universalidade à sua esfera, isto é, da CIM. Portanto, a CIM ainda não se pronunciou sobre eventual deslocalização, mas por minha vontade irá fazer essa discussão para que não haja dúvidas de uma vez por todas, para que haja clarificação. O tempo em que estamos a entrar é um tempo em que obriga a que nos concentremos na gestão dos fundos.

O que aconteceu até agora foi só a opinião da Assembleia Distrital, que recomenda a cedência à CIM, mas sem quaisquer condições sobre a natureza da sede. A CIM terá que pensar o que lhe quer fazer. Vai dar à Câmara de Viseu, para que aí instale alguns serviços, nomeadamente alguém que precise de um gabinete nobre para trabalhar? É uma opção. Vai utilizar esporadicamente para fazer uma reunião, uma conferência de imprensa? É uma opinião. Ou vai querer deslocar a sua sede? Essa é a discussão que vamos ter e, nesse quadro o que eu disse foi isto, e acrescentei que no que diz respeito ao município, o município, de forma unânime aprovou ceder o espaço na totalidade da ala A, à CIM. Queria clarificar esta questão, para não haver quaisquer dúvidas sobre isto.

Dr. Alfredo Cabral, os princípios que eu referi, não os referi por uma questão de retórica, mas de convicção. Verdadeiramente com o sentido de prudência, de serenidade, de equidade, de justiça e de discrição. Mesmo para quem exerce funções públicas desta responsabilidade, julgo que deve estar sempre presente e em cada momento ter esse princípio e essa ação. Não deixo de concordar consigo e com as recomendações que fez em algumas questões de apreciação e que temos que ter a noção de que só podemos reequilibrar-nos, no dia em que honrarmos os nossos compromissos e é esse princípio que poderemos ter.

Engenheiro Dinis, ouvi as apreciações todas sobre as questões. Sobre as energias eólicas, o que eu disse, repito aqui nas mesmas condições, isto é, as energias eólicas só são viáveis, porque nós pagamos na nossa faturação o défice tarifário. O que está em causa é que este concurso foi lançado em 2009/2010. A empresa vencedora tem um estudo de impacto ambiental, vê-se confrontada com a necessidade de dizer: "eu estou em condições de fazer este investimento". Que fique claro, este concurso não foi lançado após março de 2011, é um concurso de 2009/2010. O que está em causa é acolher um investimento, que se não instalado aqui pode ir para outro sítio, porque a empresa ganhou uma concessão e quanto ao princípio do equilíbrio, devemos olhar para este quadro que aqui se apresenta em final do processo. Portanto, só para clarificar e julgo que foram as questões que me foram colocadas e, de forma sintética, ter respondido a todas. Muito obrigado".

2.3. Análise, discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano civil de dois mil e quinze

O presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao presidente da câmara que passou a explicitar o constante do Plano e Orçamento:

"Senhor presidente, senhores membros da mesa, senhores membros da assembleia, público presente.

A todos, de novo, saúdo e cumprimento.

Naturalmente, que este é um ponto muito importante na ordem de trabalhos desta assembleia e, como tal, gostaria, se me permitirem, detalhar os princípios que nos levaram a formulação deste orçamento e, eventualmente, alguma questão de pormenor que julguem ser relevante do ponto de vista da interpretação dos documentos.

Em primeiro lugar, justifica-se um enquadramento das condições em que partimos para este orçamento. Nós estamos perante o primeiro orçamento, na história do poder autárquico, em que não é levado à assembleia nem à reunião de câmara no período convencional e, como sabem, até agora o órgão executivo e deliberativo eram chamados a pronunciar-se até 31 de dezembro. Por força da nova lei das autarquias locais, até 31 de outubro, a câmara municipal, órgão executivo, tem que analisar e aprovar o orçamento e depois remete-lo à mão do presidente da assembleia enquanto representante do órgão deliberativo, para que depois possa ser apreciado. Quer isto dizer que nós poderíamos

perfeitamente ter remetido no dia 31 de outubro e a assembleia reunir só a 31 de dezembro. A pergunta que eu faço é: qual era a eficácia política de um documento apreciado e discutido em órgão executivo em outubro para estar dois meses à espera? Ora, a ideia do legislador, quando antecipou este quadro, é de alguma forma dar algum sentido de previsibilidade aos órgãos das freguesias para que possam saber com o que contam e de que forma é que se podem governar nessa perspetiva e desenhar o seu próprio plano de atividades e orçamento, já não, na base do suposto, mas na base do concretizável. Foi por isso que, após a aprovação deste documento em órgão executivo, solicitei ao senhor presidente da assembleia que, tao breve quanto possível, pudéssemos realizar esta assembleia, que no fundo é a assembleia ordinária, já que é a 5ª sessão, tanto pode ocorrer em novembro como em dezembro e, tenho a intenção de solicitar a convocação de uma assembleia extraordinária em dezembro, para nos pronunciarmos, em particular sobre um conjunto de regulamentos que estão em fase de elaboração.

Julgo que se há um sinal de esperança que o Orçamento de Estado reflete e por arrastamento aquilo que são as nossas transferências, este sinal de esperança, ainda, está acompanhado de sinais muito ténues de recuperação económica e financeira, quer no nosso país, e em particular na Europa e principalmente naquele que é o seu eixo vital de desenvolvimento no caso franco-alemão, já que, a Itália, como nós sabemos, está em situação, do ponto de vista económico, está a adotar medidas profundas da reestruturação da sua economia, muitas delas que aqui são consideradas liberais, mas que os italianos, e em particular o governo italiano, está a adotar do ponto de vista da transformação fiscal, no seu país. Isto que eu estou a dizer não é meramente leitura geopolítica, tem muito a ver com a evolução da Europa para os próximos tempos e, olhar para Portugal sem saber ler o contexto europeu, dá-nos, desde logo, um olhar errado sobre a realidade. Este é o nosso ponto de partida e que me parece ser importante. Por outro lado, eu julgo também termos presente que os impactos na banca não deixarão de ter repercussão na recuperação económica do nosso país. Tudo isto não está dissociado da nossa realidade e digo isto de uma forma muito simples: não raras vezes está uma obra para se iniciar, está a minuta preparada e o adjudicatário não consegue a garantia bancária com todos os atrasos que daí advêm. Aquilo que eu estou a dizer pode parecer muito distante do mundo real, mas é o que acontece em muitas das circunstâncias e é por isso que nós partimos para a elaboração de um orçamento num quadro em que, por um lado, temos uma forte incerteza

da proximidade do novo quadro comunitário. Há um conhecimento das áreas prioritárias e daquelas que não são elegíveis, para nós, para mim em particular, o que é que é elegível e o que é que não será, mas não está é tão claro quando é que nós poderemos aceder a esses fundos. Há pouco tive o cuidado de vos detalhar um pouco o calendário que temos pela frente.

A União Europeia ainda não fechou, com a CCDR, o acordo de parceria para a região centro. Está em fase de o ultimar. Julgo que mais uma semana estará fechado. Ao mesmo tempo todas as comunidades intermunicipais vão ser chamadas ou estão a ser chamadas para apresentarem a sua estratégia. A seguir têm que fazer um pacto à luz do qual vão definir os seus respetivos projetos. Em paralelo, não estão criados, ainda, os regulamentos que irão permitir que possamos fazer candidaturas. Se no meio disto tudo não tivermos alguma celeridade ou não houver celeridade, podemos entrar, no final do primeiro trimestre de 2015, na aproximação de um ciclo eleitoral com todas as consequências que isto têm e, penso que nenhum de nós, vai ignorar uma de duas coisas: ou há condições para operacionalizar com celeridade, ou só após a eleição e instalação do novo governo, é que verdadeiramente entrará em velocidade cruzeiro todo este ciclo de apoios.

Esta é a grande imprevisibilidade com que estamos a trabalhar e, portanto, nós teríamos um de dois caminhos que era fazer um orçamento tão só com base nas nossas receitas, mas sem ter a ambição de querer ir mais longe ou de construirmos um orçamento, como fizemos, com a elasticidade necessária para, por um lado, podermos otimizar todos os fundos do atual quadro que vai aparecer em fase de overbooking, e há pouco falei-vos do POVT que já abriu uma candidatura, e posso-vos falar que até ao final deste ano ainda abrirão no atual quadro, candidaturas na CCDR e, portanto, o nosso orçamento tem que estar preparado para isto, que é de um dia para o outro tomar uma decisão. Assim aconteceu. Amanhã mesmo terei uma reunião extraordinária de câmara. Convidei os senhores vereadores que anuíram a essa perspetiva, para podermos aprovar duas obras, para abrir de imediato o procedimento concursal, porque caso contrário, quem não tiver esta elasticidade neste momento, não consegue acompanhar aquilo que vão sendo as últimas oportunidades. Ora, é bom termos presente que ter overbooking, não é igual a um modelo de apoio financeiro em relação a uma obra candidatada. Explico melhor: quando o município faz uma candidatura a uma obra, para facilitar as contas de 100 mil euros, e

vem a obra aprovada e faz o primeiro auto de medição de 10 mil euros, submete este auto e recebe 85%, 8.500 euros. Em overbooking não é assim que se passa. Se a obra for de 100 mil euros, o município, primeiro, submete a candidatura, dizem-lhe se está em condições de ser enquadrada ou se não está, admitamos que está, executa a obra, paga a obra toda e no fim de paga e submetida à CCDR ou ao POVT, que avalia em função da disponibilidade financeira. O overbooking é isto. Isto é para percebermos o grau de risco em que se enquadra este investimento. Por isso é que tenho esse princípio da prudência e do bom senso, que é procurar arriscar com devidas cautelas.

A obra de Nandufe, campo novo, foi uma obra para levar a overbooking. Felizmente que hoje está executada, está paga e, na passada semana, é que veio o contrato de financiamento, porque está paga e executada, caso contrário, não a tivesse eu executado, poderia outro passar à frente. Ora, é isto que vai acontecer nas obras que nós estamos a projetar e, em particular, nós estamos a pensar lançar, contra qualquer ciclo espectável até ao final do corrente ano, obras de 3 milhões de euros. Algumas é mesmo a última oportunidade, porque trata-se de pavimentações e ou vão agora ou nos próximos tempos não irão e, portanto, estamos claramente a dizer que o orçamento está preparado, mas ao mesmo tempo temos a perfeita consciência que temos que o gerir em função das oportunidades que vão surgindo, e queria enfatizar este pormenor, porque não se admirem se, no arranque de 2015, se tivermos que promover uma revisão orçamental, porque entretanto há uma determinada obra que teve um impulso mais forte e temos que o acompanhar, nessa perspetiva. Parece-me de todo termos isto presente e termos também esta questão bem detalhada, na perspetiva do que temos. Tal como me parece que tenhamos noção de que os orçamentos de futuro vão ter que ter alguma transformação em relação ao que eram os tempos do passado. No passado, não quero exagerar, mas mais de metade do orçamento em termos de investimento centrava-se em vias. Hoje, haveremos sempre de fazer a conservação de uma ou de outra via. Claro que temos de fazer. Mas investimentos como este que estamos a fazer para o Caramulo, Campo-Caramulo, não serão compatíveis com o orçamento municipal, sem fundos comunitários. Ao mesmo tempo, áreas para as quais até hoje não estávamos a desenvolver domínios, como seja a criatividade de base local, como seja a atratividade em áreas tecnológicas. Isto vai passar a estar no domínio das nossas ações e, portanto, estamos perante um tempo onde há novos

tempos e onde há novas realidades e, portanto, isto obriga-nos a detalhar este caminho e a saber isto.

Para nós também há uma certeza que eu quero deixar bem clara: nunca as adversidades servirão para quebrar a nossa vontade, a determinação e, acima te tudo, por reconhecermos que temos um dos melhores recursos que é a capacidade das nossas pessoas e isso para nós faz toda a diferença.

Se me permitirem entrar dentro da perspetiva do orçamento, este tem uma forte componente associada à dimensão social, indiscutivelmente. Em particular no domínio da educação, com as funções sociais que hoje desenvolvemos. Tem uma forte preocupação, também, ainda com a valorização ambiental. Neste orçamento estão previstos, e alguns a definir em função das novas candidaturas, investimentos no domínio do ambiente, ainda, são necessários. Nós ainda temos rede de ambiente, nomeadamente da rede de saneamento, para executar em povoações como seja Valverde, como seja a segunda fase de Molelinhos, como seja Cortiçada, como sejam alguns bairros dentro da própria cidade. Nós temos áreas que ainda é preciso investir. Sabemos que o novo quadro para estas áreas do ambiente vai ter recursos, nomeadamente no novo programa que já não se chamará POVT, mas POSEUR. Vai ter recursos, como também haverá recursos para a eficiência energética e vamos investir, e muito, na eficiência energética. Estivemos ainda a recuperar, nas últimas duas semanas, uma candidatura, se tal for aprovada, de colocação de reguladores de fluxos para que dentro dos PT (postes de transformação), possamos monitorizar às duas ou três da manhã a rede e baixar a intensidade dos fluxos luminosos se tal for necessário. Ora, isto é prepararmos já o futuro com base nestas novas orientações, mas convém já dizer-vos: estas candidaturas jamais serão a fundo perdido. É bom termos esta noção. No caso desta, de regulador de fluxos, a pergunta da União Europeia é: e quanto é que os senhores vão poupar na fatura? É que se não pouparem na fatura não há investimento. Poupamos, sim senhor! Então digam lá quanto! E ficam com esta certeza: durante os próximos 7 anos, no caso desta candidatura, metade do que receberem têm que o devolver, isto é, o financiamento é de 85%, metade são 42,5%, então dos lucros gerados nos 7 anos tem que se pagar metade daquilo que recebermos. Isto já é um sinal do que vai acontecer nos novos fundos comunitários e, portanto, não há, em alguns domínios, mais a ideia de fundo perdido. Implicará termos, continuamente em atenção.

Eu gosto que tenham a consciência do domínio onde estamos, porque é bom sabermos o que estamos a fazer. Portanto, nesta perspetiva, além da dimensão social, além da educação, há uma preocupação forte com a valorização ambiental e com o desenvolvimento económico.

Nós vamos ter que, ainda no atual quadro, investir em aquisição de terrenos para expansão da Zona Industrial do Lajedo. No caso da ZIM da Adiça, vamos ter de criar alguma bolsa de expansão para investimentos que vão surgir e temos que ter este orçamento com este detalhe e com esta preocupação de dar estas respostas. Mas do lado daquilo que são as nossas despesas também devemos ter bem presente o quadro de referência de onde partimos. Nós temos praticamente 50% do nosso orçamento comprometido com despesas de várias naturezas. Nós temos em sede de recursos humanos, leia-se vencimentos, seguros, contribuições para a segurança social, contrapartida da ADSE, aproximadamente 4,8 milhões de euros. E não temos os funcionários que em alguns domínios eram necessários. Se associarmos os custos que temos com a iluminação, quer pública, quer para instalações e edifícios, nós hoje temos um valor superior a 1 milhão de euros de despesas nestes domínios, mesmo com a redução de um conjunto significativo de lâmpadas.

Do lado dos edifícios e, nomeadamente dos equipamentos, face ao universo de Etar's que temos, e cada vez maiores e com custos elevados, veja-se que estas duas novas Etar's, a da Zona Industrial e a nova Etar de Tondela precisam um PT, porque são equipamentos muito pesados eletromecânicos que têm custos elevados associados. Nós estimamos ter praticamente 500 mil euros em iluminação - custos de edifícios e equipamentos. Claro que em alguns deles vamos ter que entrar, no futuro, na eficiência energética, microgeração, em alguns casos.

Isto é para explicar que os orçamentos de futuro têm que ter um grande investimento na redução das despesas correntes através de otimização. É isto que vai ter que ser a nossa solução. As receitas cada vez mais vão encurtar e, portanto, temos este problema. Pagamos de resíduos de solos urbanos, praticamente 900 mil euros. Se associados a isto considerarmos a parceria que nos custa 850 mil euros por ano, se associados a isto colocarmos os custos inerentes a toda a máquina em si, nós temos praticamente aqui um bolo muito significativo de mais de 10 milhões, consumidos com isto.

Não deixa também de ser verdade, que dito isto, nós todos, os municípios, têm que satisfazer um princípio do equilíbrio orçamental, isto é, se no passado era obrigatório que das receitas correntes não pudesse haver mais despesa corrente, nós estamos a ir mais longe do que isso porque neste orçamento nós estávamos obrigados a garantir, que das receitas correntes, tivéssemos uma despesa corrente inferior retirando os custos de amortização. No caso do nosso orçamento, nós temos uma receita corrente de 17 milhões e só temos uma despesa corrente de 13 milhões. Quer isto dizer que há quatro milhões que eram de receita corrente que nós estamos a colocar em investimento. Estamos a investir mais do que aquilo a que estávamos obrigados por força desta comparação. Ora, isto é um sinal de grande exigência do ponto de vista orçamental e, é por isso, que não deixo de reconhecer aos serviços técnicos, em particular, à Dr.ª Joana e aos serviços que trabalham connosco, o grande esforço que aqui tivemos para demonstrar que, num ano de enormes dificuldades, em que os municípios reduzem os orçamentos, só não reduzem aqueles que estão a ir buscar dinheiro ao fundo do apoio municipal. É óbvio que Aveiro, Santa Comba Dão e Vila Nova de Poiares têm que aumentar os seus orçamentos, porque o fundo de apoio municipal vai-lhes injetar dinheiro, que hão-de pagar, mas para quem não está nesta fase, nós conseguimos, com este equilíbrio, atingir um orçamento que está aos níveis dos anos anteriores e, portanto, em particular pouca é a diferença em relação ao ano anterior. Lembro-vos que há municípios como, por exemplo, Braga, que têm um orçamento de 100 para 80 milhões, se quisermos ir mais próximo, a Viseu, tirando o subsetor do SMAS, o orçamento da câmara de Viseu são 50 milhões, ora, a população de Viseu da câmara de Viseu não é o dobro, é o triplo. Isto bem diz do esforço que estamos a fazer e a preocupação em garantir estas questões de equilíbrio.

Permitam-me só dois pormenores para vos explicar o que é o fundo de apoio municipal e o que que isto representa. Todos os municípios vão ser chamados, em 2015, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, durante 7 anos, a constituírem um fundo superior a 380 milhões, que é um fundo de resgate para os demais municípios. Isto é a Troika das câmaras que se desviaram do cumprimento orçamental. Ora, no nosso caso, Tondela, vamos ser chamados a contribuir para este fundo com um montante de 144 747 euros por ano, durante sete anos. Este dinheiro é colocado como se fosse num banco, só que há uma grande diferença. Quando está num banco, se nós precisarmos, vamos lá buscá-lo, aqui eu vou deixar uma receita para que alguém no futuro vá usar. Esta é a grande diferença.

Eu estou impedido de contrair empréstimos, mas estou obrigado a criar ativos para que outros depois usem. Esta é a grande diferença que aqui está e, portanto, neste quadro todos os municípios vão ser chamados a constituir e a contribuir para este FAM. E nós também vamos ser chamados. A pergunta é: mas nós vamos retirar este dinheiro do nosso orçamento? Claro que vamos. E fica cativo. Nem lhe podemos mexer. É verdade que nós vamos receber mais de transferências do estado este ano, de 2015? É, sim senhor, por duas razões: porque, em particular o Fundo de Equilíbrio Financeiro é constituído em grande parte por três pilares de impostos: o IVA, o IRS e o IRC. Ora, se nós pagamos mais impostos porque pagamos mais IRS, se já há algum sinal de retoma económica e, portanto, há mais IVA, se o IRC dá sinais de crescimento por força da exportação também, os impostos municipais beneficiam dos impostos nacionais. No nosso caso em concreto, nós teremos um acréscimo de transferências, sem IMI, de 469 mil euros. De IMI só estimamos 166 mil euros de acréscimo, porque se mantém a cláusula de salvaguarda para todas as famílias que estejam no primeiro escalão de IRS. Apesar de isso não estar previsto no memorando da Troika, vai-se continuar a manter a cláusula de salvaguarda, isto é, quem esteja com rendimentos mais baixos, não vai ter um IMI com aumento superior a 75 euros/ano. Ora, ao mesmo tempo, vamos ter que entregar os 144. Então, quer dizer que ficam 324 mil euros? Verdade. Mas também este dinheiro que pensávamos nós poder aplicá-lo no que nos desse mais jeito, não é verdade, temos que o utilizar para pagar dívidas que existam a 30 de setembro. Ora, nós chegaremos a 2015 sem dívidas a 30 de setembro, a não ser aquelas que estejam a decorrer de processos litigiosos e temos um ou outro caso. A seguir, que seja para pagar a antecipação de empréstimos e, portanto, o que quer dizer que nós, destes 324 mil euros, provavelmente, vamos ter que os usar para antecipar pagamentos de empréstimos e não poder aplicá-los em investimento. É neste quadro que nós estamos, portanto, à ideia de dizer: "Mas não haverá mais dinheiro?". Haverá, sim senhor. Haverá mais transferências do estado só que não as podemos aplicar em investimento, tem que ser aplicadas para estes fins específicos.

O orçamento, como é sabido e consta da vossa documentação, aproxima-se dos 25 milhões, repito que nas receitas correntes temos 17 milhões de receitas e só 13 milhões e 600 de despesa corrente. Portanto, nós temos praticamente, aqui, 3 milhões e meio de excedentes nas receitas que não aplicamos em despesa, mas que transferimos para investimento de capital e, portanto, eu diria que julgo ser um orçamento absolutamente

exigente, mas é nas exigências que se faz a diferença e é por aí que nós queremos ir. Sobre questões pontuais que desejem colocar, naturalmente estarei disponível para esclarecimentos, mas entendi que deveria fazer esta apresentação das linhas estruturais para os desafios futuros.

O orçamento mesmo não tendo os fundos comunitários definidos, tem um sinal das políticas futuras porque na coluna "A definir", aparecem os sinais de onde desejamos, no futuro, investir. No termalismo está lá bem assumido, na regeneração urbana está assumido e estará assumido também em áreas estratégicas de eficiência energética ou de valorização ambiental ou de requalificação urbana. Está lá bem claro esse ponto".

Foi aberto o período de intervenções dos membros da assembleia, iniciando o deputado Jorge Henriques que interveio. (anexo 15)

Seguidamente, interveio o deputado Joaquim Santos:

"Senhor presidente.

Já tive oportunidade de discutir consigo algumas vertentes deste orçamento, quando foi de uma reunião que tivemos ao abrigo do estatuto do direito da oposição, algumas coisas que já foram esclarecidas, mas outras que não, portanto, aliás, também tratámos de outros assuntos que não apenas do orçamento. Nós ainda não tomámos nenhuma posição definitiva acerca do que vamos fazer sobre a votação que vamos dar a este orçamento e com certeza também dependerá das suas respostas. Eu tinha aqui algumas perguntas, não todas para não ser muito maçador com certeza, algumas também já deu a respostas e posso dizer que foi claro e tirou-me já algumas dúvidas na intervenção que fez anteriormente. Mas há aqui algumas rubricas que eu realmente gostaria de ver melhor esclarecidas. Em primeiro lugar e a primeira pergunta é: onde está a receita proveniente da sobretaxa de concessão referente à fatura da água? A segunda pergunta: queria que me explicasse qual o impacto positivo das receitas do IMI, face ao ano de 2013 e 2014, face ao ano 2012, isto é, quando houve portanto esta nova alteração, nas novas avaliações do IMI e a consequente também descida da taxa.

Depois, na rubrica 02026999, qual a proveniência da verba, outros, no valor de 49 mil euros? Não é uma verba muito significativa. A outra é também na rubrica 040123, isto estamos a falar na receita, 01239999, também numa verba de, em outros, de 133274€. Mais à frente, na rubrica 06010299, também uma receita de 81 033€. A coleta referente à comparticipação fixa do IRS é de 684 666€, obviamente, que são dados referentes a

2014, é a coleta feita que se reflete para o ano, portanto, como estimativa. A pergunta que lhe faço é: está o município disponível a partilhar para o orçamento de 2016 esta receita com os contribuintes, à semelhança do que acontece na generalidade na maioria dos municípios portugueses e que não estão obrigados a recorrer ao PAEL? É que veja: se olharmos à nossa volta, a maior parte dos municípios fazem com que parte dessa coleta reverta a favor dos contribuintes. Obviamente, que o senhor vai dizer, e não é essa a resposta que eu quero, que aquelas pessoas que recebem 200 ou 300 euros não pagam IRS, não tem direito a nada, mas quem paga mais, também já contribui com a sua quota. Não tem que pagar mais que os outros, portanto não sei se esta a perceber aquilo que queremos fazer, portanto é mais ou menos isso. Na despesa, iluminação pública: 729 068 euros. Eu já uma vez fiz esta pergunta: qual foi a poupança obtida em relação a 2011, isto é, antes do corte que foi feito no consumo de energia, quando foi na questão provocada pelo aumento do IVA da eletricidade, isto é, se houve uma poupança que justifique a insatisfação de praticamente todos os munícipes.

Depois, há aqui uma outra verba, que esta é enorme, que é a 010202022502 de 536 072 €. Gostava também que me explicasse quais são as associações de municípios, pertencemos pelo menos a duas, a que se refere a verba, portanto, para quais associações de municípios é que reverte a verba de um milhão e vinte e oito mil e dezoito euros, e quanto é que se refere a cada uma dessas associações de municípios? Qual a contribuição do município de Tondela para cada uma dessas associações de municípios? Na rubrica 0102040701 para financiamento de instituições, de 924 480 €. Gostaria também que me explicasse quais são as que são mais beneficiadas, obviamente.

Quanto ao plano plurianual de investimentos, para 2015: para 2015, as rendas das PPP custarão 785 886 euros, já toda a gente sabe de quê. Referem-se a três parcerias público-privadas, portanto, a três obras: O pavilhão de Tondela e Campo de Besteiros, campo de futebol do Clube Atlético de Molelos e Parque Urbano, primeira fase. Há ou se já houve ou vai haver alguma tentativa, pelo menos, de renegociação para baixar os valores das rendas? Qual é a taxa que estamos a pagar, nessas PPP? Os edifícios públicos 603 mil euros em energia elétrica. Qual a poupança que obtiveram desde que houve a redução da iluminação pública? Há outra rubrica no plano plurianual de investimentos, nas grandes opões do plano, embora sem verba definida, um investimento de requalificação de iluminação pública. Julgo tratar-se daquela experiência piloto que já me

falou e que também falou aqui, da redução da iluminação, da requalificação, que prevê, a substituição de lâmpadas de mercúrio por luminárias de led. Eu queria perguntar, embora não haja verbas definidas, se este não devia ser um pouco mais ambicioso, ir um pouco mais além, dentro das suas condicionantes, alargá-la, a um maior número de postos de iluminação, aproveitando, a vertente que já é uma certeza da eficiência energética no Portugal 2020. Onde é que está prevista a implantação desta experiência? Quais são os critérios que serão seguidos ou se poderão as juntas de freguesia candidatar-se sendo escolhida aquela que melhor justificação dê para seu investimento?

Nas transferências para a Associação de Municípios do Planalto Beirão há aqui uma transferência de uma verba de resíduos sólidos de 965 mil euros. A receita estimada é de 528 500 €, isto é, proveniente das taxas de resíduos sólidos urbanos. Existe um diferencial de 446 500 €. Quer isto dizer que esta verba é suportada pelo município e que nos próximos anos será ainda maior? Agradecia que explicasse o contrato que foi feito entre a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e a empresa Cespa, e qual o impacto nas futuras contas do município, isto é, quero que me diga se efetivamente estamos perante uma coisa semelhante ao que passou com o negócio da água.

Por fim, ao contrário do que já foi aqui dito, à primeira vista, e sem aquela referência que o senhor fez, acerca do orçamento, eu acho efetivamente, lendo isto assim, pouco ambicioso, embora eu entenda, mas com certeza também é limitativo, porque não consegue ir além, no que está aqui mesmo em plano com verbas já definidas, não vai muito além dos projetos já iniciados anteriormente. Nós entendemos que também herdou uma a herança pesada, dos anos anteriores, no entanto, há também, em termos de investimento, umas certas assimetrias das zonas de investimento do concelho. Há umas que tem tudo e há outras que não têm nada. Compreendo que algumas tenham bastante mais, que é o caso do Caramulo, São João do Monte, etc, mas há outras em que são sempre as mesmas a beneficiar, são sempre as mesmas freguesias, as mesmas regiões e, portanto, acho que não há aqui uma distribuição justa e equitativa das verbas.

Também compreendo que o não pôr, isto é, a não tornar este orçamento mais ambicioso, também acredito que também tenha alguma coisa a ver com as referidas condicionantes financeiras impostas pelos bancos, aos empreiteiros, e que os impede de serem mais céleres no início das obras, mas isso não justifica tudo. Agora, também lhe queria perguntar, e falou há pouco que vai ser a última oportunidade que teremos para ir

buscar algum dinheiro para comparticipação para redes viárias, como sabe, eu tenho-lhe falado imensas vezes que é um anseio, não apenas da minha freguesia, porque não estou aqui para defender a minha freguesia, hoje, mas estou aqui a defender os direitos do concelho, mas vou-lhe falar, e mais uma vez, da estrada que vai do Mosteiro para Sabugosa, que é seguramente a segunda estrada do concelho com mais movimento, e eu quero-lhe perguntar, embora ela não esteja aqui refletida aqui nestas opções de plano, se é uma das que que vai ser amanhã debatida na reunião da câmara municipal? Para quando vai pedir autorização para alguns financiamentos em "overbooking".

Senhor presidente, na generalidade é isto, aguardo as suas respostas e acredito que serão dadas, e é isso que espero, e que elas me satisfaçam para decidir o que é que havemos de fazer acerca do orçamento. Muito obrigado".

O deputado António Dinis tomou da palavra, seguidamente:

"Não vim cá, há pouco, quando tive a resposta do senhor presidente da câmara relativamente à questão das eólicas, mas é evidente que é isso que me preocupa. Nós tivemos cá a Troika, havia compromissos assumidos que não podíamos corresponder e um conjunto de imposições. Em relação àquilo que foi assinado particularmente em relação aos trabalhadores. Em relação às energias, tem a ver com outra história que o senhor presidente não a disse aqui toda, mas que nós sabemos, que o nosso ex. ministro, Álvaro, foi explicar, porque é que estava a acontecer, porque houve contrapartidas que foram renegociadas e foram transferidas outra vez, já tínhamos muitas, mas meteram mais eólicas. Ele disse isso no parlamento, eu ouvi o que o senhor ministro disse e, portanto, nós não tivemos a coragem antes de pôr as torres a debitar mais conta para nós todos, porque todos vamos pagar, já estamos a pagar a mais, mas ainda vamos pôr mais torres para pagarmos mais e andamos todos a assobiar para o lado, porque são coisas que vêm de 2005, 2009 e isso a mim não me satisfaz, não deve satisfazer a nenhum de nós.

Ainda não fizeram as torres, não fizeram nada, mas vão fazê-las para depois andarmos a pagar. Já temos um défice tarifário enorme, mas vamos continuar a acrescentar défice tarifário. Portanto, não tem a ver com ideologia, é uma questão lógica. As verdades, estão aqui, estão em Lisboa, estão em São João do Monte, estão em qualquer lado, é esta a realidade. Há maneira de parar? Claro que há maneira de parar, é não fazer. É muito simples. Nós em nossa casa, tínhamos planeado fazer esta obra, se não tivermos

dinheiro, não fazemos. Isto é muito simples e, portanto, acho que não tem a ver com questões ideológicas.

Em relação ao orçamento, o senhor presidente da câmara, vem um pouco dizer aquilo que nós dissemos. Nós tivemos, antes do enorme aumento de impostos, em 2013, o orçamento das rubricas, IMI, IUC, IMT, derrama e IR, no concelho, eram 4,4 milhões de euros, depois houve um acréscimo enorme, para 2014, para 4,765 milhões de euros e houve, para 2015, é o que está em orçamento é de quase 5 milhões de euros, sem considerar o valor que o senhor presidente referiu do FEF, que são mais 469 mil euros. Verificamos um aumento de quase mais 600 mil euros pago diretamente pelos munícipes. Se estivesse contemplado, bastaria 1%, é como diz o Joaquim Santos, bastaria ir às câmaras vizinhas. Por exemplo, em Ponte de Lima, única câmara CDS, já há muitos anos que os seus munícipes pagam zero % da comparticipação da taxa variável do IRS. O CDS tem de manter a posição na coligação, estamos juntos, mas o CDS tem-se batido sempre por essa redução de impostos das pessoas e continuo a fazê-lo aqui. Não faço nada mais do que faço. Nem defendo outra coisa diferente daquilo defendo aqui. Por isso, achei que havia condições para reduzirmos um bocadinho o IRS às pessoas. Não serão todas a pagar? Que fosse o que fosse, acho que há outras formas de tornar a vida das pessoas mais aligeirada, nomeadamente as questões das águas, espero bem que vá para a frente a proposta, não devia ser só para os carenciados, mas que vá noutros domínios.

Podíamos votar muito facilmente este orçamento favoravelmente, mas leva-nos a abster, porque nós verificamos aqui que era possível reduzir a carga fiscal. A verdade é que em Lisboa pagam dois e meio de comparticipação de IRS, é menos que nós aqui em Tondela. O IMI é igual ao de Tondela. A água é mais barata que em Tondela, portanto, eu se tivesse o mesmo cidadão com a mesma casa de 200 mil euros e que fosse professor, tivesse o mesmo rendimento em Tondela ou em Lisboa, no fim do mês ficava com menos dinheiro. Diretamente nestas rubricas que são da competência do município, eu não digo de outras, mas naquelas que nós podemos atuar, por isso, é que o CDS se vai abster, porque senão, votaria a favor e isso que fique bem claro, acho que havia possibilidades de reduzir, dar um sinal de que nós estamos preocupados.

Um aspeto que queria aqui referenciar, é um orçamento muito voltado para a competente social, e é de elogiar essa perspetiva, por isso é que eu dizia, que se tivessem contemplado estas questões, o CDS poderia ter voltado favoravelmente este orçamento,

agora, vamos abster-nos, porque havia condições para acederem a essa proposta que nós fizemos e não foi aceite.

Depois, tenho aqui algumas questões, senhor presidente, relativamente a alguns aspetos aqui referidos: Há aqui uma verba para o Espaço Internet de Canas de Santa Maria. Percebi, que foram transferidos alguns computadores, não sei se está ou não fechado ou se está em funcionamento. Depois, saudar o facto de ter, no seu plano de atividades e orçamento, o balneário termal de Sangemil. Fico satisfeito, porque acho que é um elemento fundamental para o desenvolvimento daquela terra e do concelho. Se querermos, efetivamente, ser um município de bem-estar, acho que devemos apostar nessa componente e, por isso, o felicito por ter incluído uma verba que irá ter início, em 2015, e depois se irá prolongar ao longo de dois anos. Se conseguíssemos ter financiamento comunitário para isto, seria ótimo, porque está neste momento com a verba toda atribuída, 100% do orçamento do município. Libertaria recursos para outros setores.

Depois, há uma obra, que manifestei publicamente e volto a fazê-lo e que está com um orçamento exclusivamente do município, que tem a ver com a requalificação da 3ª fase do Parque Urbano. Acho que, Tondela, não tem dimensão para ter mais um parque urbano. Não somos uma cidade assim tão grande, não temos uma zona urbana assim tão grande, e acho que depois vai faltar dinheiro para outras freguesias e para outros sítios. O Parque Urbano requalificado nas duas fases dignifica Tondela. Temos de ter orgulho naquilo que temos, agora, não vale a pena armarmo-nos entre aspas em ricos. Portanto, não temos condições, se calhar, para depois ter encargos associados a esse mesmo equipamento. Depois, repito a pergunta que o senhor presidente há bocado não me respondeu: quanto é que tinha custado o campo do Molelos? Se quiser responder agora, tem uma nova oportunidade de o fazer.

Tinha dúvidas em relação ao financiamento da água e esgotos ao Caramulo mas já explicou e concordo completamente. É evidente que isto vai ser bom para as Águas do Planalto, vão receber mais dinheiro.

Depois, reparei que houve uma redução significativa no orçamento para a FICTON. Queria saber qual é a ideia em relação à próxima edição. Tem aqui depois o Festival Urbano com uma verba de cerca de 33 mil euros. Quando estava com o pelouro do desporto acabei com o "Olha a festa pá", porque aquilo na minha perspetiva e na da

câmara não se justificava, não sei se se justificará hoje, mas deixo a dúvida para quem de direito.

Uma última questão que tem a ver com os encargos com a gestão do balneário termal de Sangemil, o senhor presidente da câmara sabe mais ou menos, porque eu não vi nenhuma indicação, não sei se foi lapso meu, os resultados das Termas de Sangemil e, portanto, também gostaria de saber, porque está no orçamento uma despesa total de 203 mil euros e uma receita de 150 mil euros.

Terminaria exatamente como comecei há pouco: teríamos, nós CDS, votado favoravelmente este orçamento se fosse feito aquilo que para nós era importante que era dar um sinal positivo. O CDS tem aguentado algumas coisas e os senhores ministros do CDS têm suportado algumas das coisas em relação aos impostos, mas nós aqui podíamos fazê-lo, portanto, acho que o município tem condições e, o senhor presidente disse e bem, que tem mais 2 milhões de euros de redução de encargos ou poupança ou tem 2 milhões de euros libertos, não percebi bem o conceito, mas de qualquer das formas, havia condições efetivas para reduzir impostos e, tenho pena que não tenha sido feito e é isso que queria aqui deixar".

O deputado Arménio Marques interveio:

"Senhor residente da mesa, senhor presidente da câmara, excelentíssimos deputados.

Venho aqui, de certo modo, admirado. Como é possível que alguns senhores deputados, com a sua boa intenção, venham aqui falar em coisas das quais não têm elementos nas mãos nem conhecimento direto das coisas? Quero dizer que aquilo que às vezes é não é e aquilo que parece não é.

Venho aqui especialmente dizer ao senhor presidente que está de parabéns. Eu não sei se vou muito longe, mas não devo ir muito longe. Eu já não oiço uma exposição de orçamento e de atividades da câmara tão clara, tão clarificante, tão certa e com uma voz tão serena, isso significa que falar muito não interessa nada, não interessa absolutamente nada, o que interessa é o conhecimento. O senhor presidente da Câmara de Tondela, hoje, de facto, mostrou-me de que está no bom caminho, sem prosa, sem tática nenhuma. Responde taco a taco aquilo que tem no seu conhecimento e é, nesta sala, a única pessoa que pode estar por dentro de tudo aquilo que nós estamos a averiguar durante esta tarde. Reparem que vamos com 6 horas de assembleia e só agora, há meia hora para cá, é que

se fala de coisas do concelho. O que se tem falado aqui são guerras político-partidárias nacionais. Meus amigos, desculpem que vos diga, mas tudo o que se diz aqui na nossa assembleia e noutras por esse país fora, chegam a Lisboa e caem em saco roto, vão para o cesto dos papéis e nós perdemos muito tempo.

Admirei o Joaquim Santos, muito bem, dou-lhe os meus parabéns também, porque veio aqui numa forma completamente diferente. Quero afirmar que nunca pedi a ninguém para estar aqui. Desde 1976, nunca pedi a ninguém para me porem na câmara, na assembleia, na junta de freguesia, nos bombeiros, em associações nenhumas. E tenho orgulho naquilo que fiz e ajudei a fazer e isto hoje encheu-me de verdade e posso até reformar-me da assembleia, satisfeito. Porquê? Porque Tondela tem quem fala sem arrogância, quem fala com conhecimento de causa, que responde à letra a tudo o que lhe perguntam sem qualquer dificuldade e isso só tem a ver com uma coisa: falar muito e depressa não vale nada, o que vale é o conhecimento de causa. O senhor fez uma exposição brilhante para quem souber apreciar um presidente de câmara e estas coisas é que são precisas na nossa terra, nada mais. Os meus parabéns, senhor presidente da câmara".

O deputado Manuel Veiga continuou os trabalhos. (anexo 16)

O deputado Jorge Henriques interveio, de seguida:

"Ouvi a intervenção do deputado Dinis, deduzi que votaria favoravelmente no orçamento se previsse a redução de impostos. Do IMI, mais não podemos reduzir, do IRS, continuo na dúvida. O senhor dá como exemplo o concelho de Viseu ou a autarquia de Viseu. Sabe qual é o valor que a autarquia de Viseu tem previsto para 2015 da comparticipação da taxa fixa de IRS? Eu vou-lhe dizer: são três milhões de euros. Seria fácil e seria bom que o concelho de Tondela com essa verba, obviamente seria fácil poder fazer essa redução. Numa verba de 600 mil euros, e até porque isto é uma questão, e obviamente já foi explicado em São João do Monte, é uma opção política. O senhor presidente da câmara já afirmou para onde é que essas verbas estarão destinadas, para que é que se destinam. Portanto, eu penso que essa insistência, essa comparação, é muito mais grave, não sabendo sequer as grandezas que se comparam, muito sinceramente é populismo e demagogia. Muito obrigado".

O deputado António Dinis tomou a palavra e replicou:

"O senhor deputado Jorge Henriques vem com estas brincadeiras. Vou dizer o que tu disseste, tu és um homem esperto, informado e como diz o Passos Coelho: "têm de começar a estudar e a ler mais". Eu não queria vir para aqui com estas histórias. Aquilo que eu defendi é lógico, eu conheço. Não queres que eu te vá ler qual era o valor que o senhor presidente da câmara dizia acerca do IRS que era arrecadado e que está na ata. Eu não fiz esse malabarismo, estás a perceber? Está aqui na ata, Jorge. Dissestes que vistes ontem, na Folha de Tondela, um pequeno apontamento em que Tondela tem um valor de exportações num valor de 330 milhões e Viseu de 90 milhões". Isto é uma barbaridade que estás a dizer. Sabes o que são 90 milhões de exportações? Tu não tens ideia da dimensão. Eu expliquei claramente qual era a posição do CDS. Defendemos isso o ano passado, defendemos isto, este ano, quando foi discutido em São João do Monte, eu não percebo porque é que tu não percebes! Eu tenho defendido isso e, portanto, é coerente. Como diz o Passos Coelho: "Estudem e não façam observações que eu não caraterizo". Eu não faço esse tipo de observações, mas ao menos estudem. Dizer que as exportações de Viseu são 90 milhões, perdoem-me mas isso é de quem não sabe o que anda a dizer".

De seguida, foi dada a palavra, pelo senhor presidente da mesa, ao senhor presidente da câmara para responder às questões colocadas pelos deputados:

"Senhor presidente, muito obrigado.

Eu penso tratarem-se de dados oficiais para a questão que está em causa, mas isso resolve-se por serem oficiais julgo que é importante.

Indo diretamente às perguntas colocadas e às que vão aqui ser feitas, em relação ao deputado Jorge Henriques, naturalmente que registo e agradeço o apreço pelo documento. Acima de tudo pela grande exigência para o posicionar no patamar em que está. Naturalmente, que é um esforço partilhado que eu não deixo de registar, com a força política que suporta também maioritariamente o órgão executivo, esses iguais gostos pelas circunstâncias que temos.

O Joaquim Santos lembrou-me uma coisa que eu agradeço e que me tinha esquecido de referir, mas não de fazer, que foi respeitar o estatuto do direito da posição e, portanto, a esse nível, de ter promovido uma reunião preparatória sobre essa questão. A receita, e vou tentar responder às questões todas para que não seja a falha da resposta que impeça o voto favorável do Partido Socialista neste orçamento.

Sobre a receita da fatura da subconcessão, não é uma receita do Município de Tondela, é uma receita da Associação de Municípios da Região Planalto Beirão e, como tal, fica retida nessa associação, para suportar o encargo que o subsector das águas ainda tem, que ronda 4 milhões de euros de défice, face aos investimentos realizados, de onde facilmente se irá concluir que se outra opção não houver, sendo que a receita desta sobretaxa ronda os 600 mil euros ano, são necessários praticamente seis anos para satisfazer esse défice de investimento, em sede da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

As receitas de IMI qual a evolução que temos? Nós temos aqui os dados projetados para o próximo ano, a nossa estimativa é que possa arrastar um acréscimo de 160 mil euros e, nos anos anteriores, tem rondado mais ou menos 125 a 140 mil euros. No primeiro ano de impacto, foi nesse ano que se registou um acréscimo maior. Não deixo de dizer que quando assumimos regredir à taxa de 0,3% na altura tivemos o cuidado de dizer, eu tive até o cuidado de dizer, porque já foi uma discussão feita nesta assembleia municipal, já neste mandado, que se não tivéssemos vindo para o 0,3% nos teríamos provavelmente ainda este ano, de 2014, um acréscimo superior a 250 mil euros, e assim ficaríamos à volta de metade desse valor. Portanto, estes são os dados que tenho, naturalmente que são projeções, ainda vamos ver qual a projeção do IMI, na medida em que ainda esperamos, se tudo correr bem, ter um novo encaixe financeiro ainda dos pagamentos que são feitos, em novembro e dezembro.

Vamos tentar responder, às questões todas sobre as quais pediu informação. No que se refere à classificação 02020699999, são despesas de 60 mil euros dum lado e do outro lado estão classificadas também como 133, têm a ver, em parte, com a média das receitas não muito significativas. À luz dos princípios orçamentais hoje, temos de fazer a média dos últimos 24 meses, nuns casos, noutros da média dos 3 últimos anos, e resultam, em grande parte, da média das receitas associadas ao balcão único, portanto, prestação de serviços, nessa matéria. Quer o caso da 02 quer da 04.

A 06010299 são um encontro de contas que tem de ocorrer em sede de REFER, e permitam-me que detalhe estes dois contratos. O município estabeleceu, com a REFER, à época, dois contratos, um para o espaço canal, onde passava o corredor da ecopista e, posteriormente, um outro para o edificado que não tinha incluído a estação de Parada de Gonta, e que, posteriormente, veio a integra-la. À luz desse princípio, o município,

durante alguns anos, não satisfez o pagamento da respetivas rendas de concessão, pela justificação de que estava a realizar investimentos, quer num caso, na ecopista, quer, posteriormente, nos últimos 2/3 anos, na reabilitação das ex. estações. Quero dizer que, do ponto de vista dos nossos pagamentos em atraso, estavam a ser afetados ainda que, sem necessidade, mas tinha esse impacto, com um valor que resultava de rendas que a REFER faturou e lançou, e que os serviços do município não estavam a reconhecer. Ora, como gostamos de ter uma contabilidade transparente, isso não se configurava com o princípio da explicitação a esse nível e, portanto, promovi uma reunião com o presidente da REFER, sobre outra temática, em particular sobre o corredor da ferrovia, onde também isso nos é revelante, e aproveitei para resolver este assunto também. Quer isto dizer o seguinte: que no caso do espaço da ecopista será feito um contrato tripartido, um aditamento, entre o município, a REFER e a CIM, porque a CIM é a que faz agora, a gestão da ecopista, em que nos serão creditados valores, isto é, nos será atribuída uma renda pelas obras que efetuámos e, ao mesmo tempo faremos um pagamento por aquilo que devíamos ter pago e não pagámos. O resultado será zero. Iremos pagar tanto como o que iremos receber. Em particular, se viermos, às GOP, na 03342, de 2010, está cá refletido 81.100€ que, em 2015será pago com receita consignada, isto é, connosco não há receitas que são para a gaveta A e metermos na B, quando tem consignada, tem consignada e, portanto, iremos receber e ao mesmo tempo liquidar esse encontro de contas. Em grande parte eu gostaria de explicar quer o que tem a ver com a REFER, quer em relação ao espaço canal da ecopista. O mesmo se passará, com o edificado e, com isto regularizamos, no caso do espaço edificado, estes valores e o espaço canal irá ser transferido para a CIM, porque a CIM é que faz a gestão. Espero estar claro a este nível.

Sobre o IRS, que é uma matéria comum e transversal entre o engenheiro Dinis e Joaquim Santos, eu gostaria de vos dizer aquilo que me parece ser relevante nessa matéria. Já expliquei, há pouco, que o FEF incorpora os impostos de IRS, de IVA e de IRC. No caso em concreto convém não partimos, como sempre, de falsas questões. No distrito de Viseu, quais são as taxas de devolução de IRS? Ou melhor: qual é o valor, com que os municípios ficam dos 5% de IRS que podem ser participados pelos municípios. Vou dizer aquelas que têm abaixo de 5%: Armamar e Cinfães, com 3%, temos Mangualde com 4%, Mortágua com 2,5%. Mas eu corrijo, este mapa não está certo. A DGAL está errada, porque, o senhor presidente da Assembleia Municipal de Mortágua fez uma proposta que

na minha perspetiva é ilegal, porque não pode propor, na assembleia, enquanto presidente, uma nova taxa, que foi impedir a votação da proposta que a câmara queria fazer, o que isto quer dizer é que ficará com uma taxa de zero, porque a não aprovação da proposta da Câmara, levará a que não possa outra ser aplicada, porque a lei agora é restritiva. Se não comunica, a taxa é zero. Portanto, a DGAL vai ter de corrigir este dado que aqui está. Mas dito isso, resta Penalva do Castelo, com 1%, Penedono, com 2%. Note-se que Penedono, não tem dívidas, não sabe o que há-de fazer ao dinheiro, porque tem duas mil pessoas. É bom termos a noção das coisas que estamos a discutir. Abaixo disto temos, Resende, com 0%, São João da Pesqueira, com 4% e Viseu, com 4%.

Quer isto dizer que os concelhos com dimensão urbana, peço desculpa, eu não quero nenhuma desvalorização, mas julgo que São João da Pesqueira e Penedono não podem ser comparados a Tondela, sem nenhuma menorização por estes municípios, não me interpretem mal, por favor. Quer dizer que estamos perante uma circunstância, em que municípios de dimensão urbana tem, Mangualde e Viseu com 4%. É isto que está em causa. Mas vamos aos valores, porque é tão importante a taxa como é o valor absoluto da cobrança. De todos os municípios, o impacto financeiro, de reduzir de 0,5 % para 0,4% no concelho de Tondela, corresponderia a 20% de 684 mil euros, isto é, mais de 130 mil euros de impacto. Isto é a verdade que está aqui. O facto de, um conjunto de quadros superiores trabalharem em concelhos limítrofes de Viseu, e gravitam à volta de Viseu, mas tem residência em Viseu, a que se associa o facto de, por exemplo, o hospital de Viseu, dos seus 2500 funcionários, o valor médio de remunerações está acima de 1500 €. Ora, isto faz com que a massa cobrada, o montante cobrado, pela Câmara de Viseu, com 4%, são três milhões seiscentos e vinte e três mil euros. Eu acho que isto explica alguma coisa de diferença. É que, em termos populacionais, o que era normal, era que a receita de Viseu fosse três vezes a receita de Tondela. A Viseu, tirar 20%, ainda lhe restam 3,6 milhões. A nós, tirar 20%, correspondia a tirar em 680, 130 milhões. Eu quero dizer que, objetivamente, o que está aqui em causa, e não é a resposta que já sabia e que se sabe, a generalidade das pessoas com rendimentos até 700/800/900 €, não tem contribuição liquida objetiva, do ponto de vista do IRS. A questão que está aqui em causa é que, no dia em quisermos discutir isso, temos que saber qual é a despesa social que vamos tirar. E eu acolhi como boa a sugestão que, o Partido Socialista, me fez na última assembleia municipal, que é consignar este, 1%, de desvio, isto é, 120 mil euros, a funções sociais, e

nós vamos consignar esta receita, e está em orçamento a transportes escolares. É a opção que tomámos e, portanto, estou a ser o mais claro a este nível, para que não haja dúvidas de quais são os impactos duma e de outra opção, e é isto que esta aqui em causa.

Sobre a despesa de iluminação pública, convém aqui dizer uma justificação que eu não fiz há pouco, mas que julgo ser necessário fazê-la. É bom interpretar este orçamento à luz daquilo que comecei por dizer: ele está a ser aprovado a 31 de outubro. Quer isto dizer, que as despesas correntes que estejam associadas, desde 31 de outubro até 31 de dezembro, automaticamente são adicionadas às despesas projetadas para 2015, isto é, se eu tenho uma despesa corrente de eletricidade, de 70 mil euros/mês, então 140 mil euros estão a carregar em cima do orçamento de 2015, porquê? Porque, preventivamente quem elabora o orçamento tem que dizer: "então e se, o senhor não pagar outubro e novembro, chega ao ano que vem e o dinheiro que lá tem não chega?". Obviamente que, quando chegarmos em 2015 vamos ter uma receita excessiva, e depois corrigimo-la nessa fase, ou seja, nós na iluminação estamos nos valores que eu lhe indiquei. O valor que tenho previsto para iluminação real, são 527 mil euros. Então os 700 mil euros, com os tais 140 ou 160 mil euros, que resulta da transposição da faturação, de novembro e dezembro, a projetar no ano seguinte. Mas à pergunta, que vai mais longe: "e se não tivéssemos feito o ajustamento da iluminação pública, qual era o impacto?". Ora quer isto dizer, que nós antes do ajustamento estávamos, na verdade, aí sim, com uma despesa média que se aproximava dos 700 mil euros e, à época, o IVA eram 6%.

Hoje, o IVA da eletricidade, e essa é outra discussão que está em aberto na Associação de Municípios está em 23%. Quer dizer que, se nada fosse feito, em cima dos 700 mil euros, no mínimo, tinham quer ser adicionados 17% de 700 mil euros, o que daria, grosso modo, 110 mil euros de impacto de IVA. Julgo que isto é sintomático, mas nós queremos ir mais longe nessa perspetiva e, portanto, por isso é que acabei de dizer que, em grande parte, tenho esperança que o novo POSEUR nos permita ir a sistemas de eficiência energética e, por isso, esta requalificação desta candidatura que foi feita, não permite ir nem mais nem menos longe, do que aquilo que na altura estava previsto. Ela é embrionária, ainda não é a candidatura que vai resolver a gestão dos fluxos em todo o concelho, como todos nós gostaríamos. O sistema de leds vai ser um mero teste. Atenção que estas coisas não são tao lineares assim, principalmente para quem está nestas operadoras. Ninguém dá nada a ninguém.

O sistema de leds é absolutamente mais económico, mas o custo de uma lâmpada convencional de sódio, para uma lâmpada de leds, é brutalmente diferente e, por isso, é que começam a aparecer um conjunto de empresas, que vamos ter que estudar todos os cenários, de sistemas de renting, etc. Isto é, o que nos estão a propor é o seguinte: qual é a sua fatura energética? O senhor vai continuar a pagar o mesmo, e nós durante cinco anos, ficamos com a margem de lucro, para amortizar o investimento. Só daqui a cinco anos, é que o que ganhar no lucro, é que lhe pode ser devolvido.

Não é tão linear chegarmos à conclusão, de que apesar do consumo ser muito menor nos leds há um investimento à cabeça que a EDP não vai fazer, como entidade que queira ganhar. Não podemos entrar em falácias nesta perspetiva: "vai tudo para leds porque isto agora é a luz da vida.". Em primeiro, temos que fazer um estudo económico, saber se o investimento vai garantir ganhos tão rápidos, ainda que ambientalmente eu seja um defensor deste sistema, mas eu tenho que equilibrar duas dimensões: uma económica e uma ambiental. Para explicar que, na questão da iluminação, os dados são estes e é isto que está em causa.

Rubricas colocadas na 01020222502, do ponto de vista de PT's, que são os reguladores de fluxo, serão um pouco generalizados pelo concelho. Do ponto de vista de leds, estarão mais centradas em núcleos urbanos, sejam eles, Tondela ou Campo de Besteiros, ou outros núcleos urbanos de maior intensidade. Porquê? Porque a intensidade destes leds têm muito a ver com as vias principais de circulação, e apesar de, na sua opinião considerar a estrada, de Sabugosa-Mosteiro, como a segunda via mais importante do concelho, permita-me que diga que ainda considero que a EM 230 e a EM 627 são as mais importantes, em termos de fluxos rodoviários.

A rubrica referida dos 536 mil euros é, em grande parte, prestação de serviços, destinada à FICTON, que não está cabimentada com o valor suficiente. Estamos à espera de uma correção orçamental, pelos excedentes que há pouco expliquei, isto é, há rubricas contingentes de despesas correntes que agora, a 31 de outubro, têm mais dinheiro do que terão a 1 de janeiro, porque eu espero honrar os compromissos e pagar o mesmo de outubro, o de novembro e de dezembro e, portanto, haverá receita para poder aqui alocar. Estão só previstos para a FICTON 110 mil euros, mas o valor será superior a esse montante.

Agora, na prestação de serviços, estão todas desagregadas nas GOP, Joaquim Santos. Festival Urbano, contratação e prestação de serviços, em termos de médicos. As receitas na área das termas estão estimadas em 150 mil euros; por prudência esperamos que seja superior a isto, mas estão desagregadas. Eu peço desculpa em ir respondendo assim, mas há questões que se cruzam. Está prevista a contratação de médicos nessa perspetiva. Está previsto o Motorfestival, está previsto o Convívio Sénior e está previsto também a promoção da RUCI, que é cofinanciada, aliás, há pouco referi, nos compromissos plurianuais, um contrato de prestação de serviços na RUCI, em termos de plano de gestão e promoção.

Na Associação de Municípios, a rubrica que aqui está toda, reporta-se a associações, porque a designação está nessa perspetiva, mas é a Associação de Municípios, e o valor que aqui está ronda os 900 mil euros e eu há pouco expliquei que é a nossa despesa de recolha, transporte e tratamento de resíduos, acrescido do mês que vai resultar de faturação, transposto para 2015.

Não deixo de dizer o seguinte: este concurso foi um concurso público. Não vamos querer confundir o que não é comparável, nesta perspetiva. Em 2013 podemos discordar ou concordar com as propostas, a concessão da gestão foi objeto de concurso público. Os preços estão definidos e eu acrescento um pequeno pormenor: atenção à taxa de gestão de resíduos. A taxa de gestão de resíduos, e está definido tanto em orçamento de estado, tanto com a consequente à negociação do acordo de parceria, irá aumentar brutalmente até 2020 esta taxa de gestão de resíduos. Quer isto dizer que teremos que ter uma política muito mais apertada em termos da redução das deposições, porque quanto maior é a deposição maior será a taxa.

Quero-vos só dizer que o que está previsto na taxa de gestão de resíduos é ser tão cara como o próprio tratamento. Esta taxa de gestão não é para a Associação de Municípios nem para o município, é para o ministério através da Agência Portuguesa do Ambiente. Atenção ao que aí vem e temos de estar preparados para isso. A rubrica 0102040701, dos 924 mil euros, e aproveito para responder ao deputado Veiga que está aqui previsto para o movimento associativo, transferências de clubes, transferências das marchas, sedentarismo, ACERT, está aqui tudo envolvido. Se neste momento, o orçamento tem que ter discriminado, associação a associação? Não. Tem que estar agrupado por classificações, há regulamentos, quer para as transferências para o

movimento associativo e, portanto, as listagens são públicas. Mais, o município é obrigado a comunicar anualmente qualquer apoio superior a 5000 euros a qualquer instituição, e fá-lo, isto é feito na plataforma do IGF e são assuntos claros.

Em relação às freguesias, temos dois tipos de apoio: nós, ainda que não obrigados, no âmbito do apoio dos contratos às competências das freguesias, transferimos em média, meio milhão de euros. Como é que é feita esta transferência? Por critérios nossos. Envolve 4 critérios: população, área territorial, se tem ou não tem população escolar e se tem ou não áreas ou parques verdes sobre a sua gestão. Portanto, de alguma forma estamos a respeitar o princípio da lei, quando se identificam estes critérios. A par disto, temos dois tipos de apoio, ou o protocolo de apoio convencional, quando é para realizar tarefas que são da responsabilidade da junta, o apoio à recuperação da sua sede ou de uma viatura que é da responsabilidade da junta ou contratos interadministrativos, como hoje aqui trazemos alguns, que no passado eram feitas pela junta, mas são municipais. Leia-se, uma calçada está em asfalto e quer passar a paralelo. A junta executa a obra por administração direta ou como empreitada. Isto é um contrato administrativo e, portanto, caso a caso, todos os contratos administrativos têm que vir à assembleia municipal, coisa que no passado não era obrigatório. Quem daqui a uns anos regressar a uma autarquia que tenha estado no passado, vai perceber as diferenças que isto tem. O grau de exigência de transparência pública é brutalmente elevado e é ao que estamos obrigados.

Sobre a eficiência energética, vamos preparar as candidaturas, no quadro e no modelo em que vierem, em particular, admitimos eficiência energética não só na iluminação pública, mas principalmente na microprodução para alguns edifícios. Veja-se que até há uns meses atrás, pese embora o simbolismo do ministro Moreira da Silva, que não gostou, com a económica verde, houve uma alteração importantíssima que aconteceu na política energética. É que o senhor até agora fazia microprodução, tinha que injetar na rede da EDP e esta empresa comprava-lhe aos preços tabelados e o senhor tinha que consumir igual quantidade àquela que injetava e ao preço que a EDP lhe vendia. O que está em cima da mesa agora, é nós podermos consumir a produção que fizermos e, portanto, admito, no quadro de alguns edifícios do município, nomeadamente em estruturas de Etar, pavilhões, mas principalmente piscinas, podermos entrar na microgeração e na produção para consumo das instalações. Isso sim, repito, é um desafio inteligente em relação àquilo que vem a ser o futuro próximo.

Sobre RSU, já lhe expliquei que foi objeto de concurso público e, portanto, os valores que estão aqui, estão claramente entendíveis. Investimentos/assimetrias vamos lá ver se nós conseguimos posicionar e com isto também queria explicar uma questão ao engenheiro, Dinis que é o seguinte: o que está a acontecer em São João do Monte, Mosteirinho, Silvares, Caparrosa, Guardão e Santiago de Besteiros é um investimento de 1,8 milhões de euros, por razões, infelizmente que ocorreram. O investimento não pode ser feito noutro sítio, tem de ser ali. Dizia também o Veiga nesta perspetiva, "mas não há um sinal de combate à desertificação." Permitam-me que diga que eu acho que, nisto, todos devemos fazer este exercício. Apostar numa rede escolar tão diversificada, como seja manter escolas em São João do Monte, com menos de 21 alunos, garantir escolas básica, 1°, 2° e 3° ciclo no Caramulo, nas condições em que está em número de alunos, garantir escola na Lajeosa do Dão, garantir escola no 1° ciclo, no Tourigo, extremo do concelho, em Vilar de Besteiros, em Campo de Besteiros, garantir escola, em São Miguel de Outeiro, extremo do concelho, Dardavaz, extremo do concelho, em Tonda, na Adiça, em Lobão da Beira ou em Canas de Santa Maria. Isto não é promover a coesão territorial e combater a desertificação? Eu peço desculpa, mas podemos discordar das respostas que temos, mas a este nível parece-me importante termos presente que, estamos a ter um investimento brutalmente mais elevado. Claro que estamos, porque mantermos uma escola destas em funcionamento, em muitos dos casos, implica duplicar recursos que se estivessem concentrados seriam de menor investimento; mas há um fator que não é mensurável que é o fator de proximidade e aquilo que isto representa para a comunidade local. Isto é o tal investimento que não se mede, mas que tem impacto futuro.

No caso ainda desta matéria, não deixo de reafirmar que na estratégia da CIM estava inicialmente previsto, termalismo e vinho Dão. Por minha sugestão, a floresta entrou num dos três pilares fundamentais, porquê? Porque não podemos falar em desenvolvimento da área da serra, se não olharmos para o turismo e se não olharmos para a produção agroflorestal. É fundamental neste quadro, percecionarmos quais são os eixos e as medidas que devemos considerar. Portanto, eu não me revejo na ideia de dizer que tenho um concelho assimétrico. Naturalmente que temos polos de desenvolvimento diferenciados, e os polos de desenvolvimento não podem ser iguais em todas as comunidades. Agora, posso ser acusado de algumas coisas, mas de ter uma visão concêntrica em que tudo está na sede do concelho e não quero polos diferenciadores, não.

Nós queremos, até ao limite, aguentar, mas também não vivo da ilusão. Eu sei que tendencialmente vai ser muito difícil sustentar e manter, por uma razão, é que o quadro dos fundos vai ter que ter resultados.

Na questão do Parque Urbano 3ª fase e, eventualmente, da regeneração urbana. Note-se que intencionalmente ficou, em plano e orçamento, Parque Urbano 3ª fase, mas para mim não tenho neste momento, a certeza ou a convicção se é aquela 3ª fase, por uma razão: nós teremos financiamento comunitário para área de regeneração urbana. Haverá financiamento comunitário para área de valorização ambiental. Nós iremos investir para onde os investimentos tiverem as medidas direcionadas. Se, na área da requalificação urbana, equipamentos ligados à atratividade local, ao empreendedorismo forem vitais, naturalmente que nós chamaremos a isso um Parque Urbano 3ª fase, onde tenham equipamento associado à revitalização urbana da atividade económica, da atratividade empresarial. Isto para dizer o quê: neste momento, não é uma falta de ambição, Joaquim Santos, é apenas um realismo, porque nós não sabermos se o que vai abrir em primeiro é regeneração urbana ou se é requalificação ambiental. Vamos estar atentos para ver o que isto vai dar, mas não vamos é criar falsas ilusões. O dinheiro que se investe em regeneração urbana só pode ser investido em regeneração urbana. Se o regulamento disser que a regeneração urbana tem que ser nas sedes de concelho ou em vilas, não me venham culpabilizar por utilizar esse investimento, no Campo de Besteiros, no Caramulo, em São João do Monte, na Lajeosa ou em Canas de Santa Maria e não o faça em Mosteiro de Fráguas, porque não é vila.

Nós vamos ter que ter nisto realismo. Por favor, não confundam aquilo que não é confundível. Regeneração urbana é regeneração urbana. Onde é que se pode aplicar? No fim de conhecermos os regulamentos vamos discutir isso, portanto, não se diga que se investe nisto aqui ou ali, em contraponto às outras freguesias. Naturalmente que as freguesias, de uma grande parte, hoje precisam de uma solução profunda que é a revitalização do seu tecido associativo, em grande parte dinamização de projetos socioculturais, naquilo que, há pouco, a Vera se referia do projeto da viagem do elefante. Nós vamos ter que projetar outros projetos desta natureza à escala regional e à escala do município. Projetos como o do sedentarismo, projetos de natureza cultural, nós vamos ter que reanimar a atividade local, porque é para isso que as instituições servem, não é para dizer que têm património, é para que, com esse património prestarem serviços à

comunidade e, portanto, neste quadro, que fique claro, assimetrias não são equação equiparável àquilo que nós temos. Nós temos é polos de desenvolvimento, com um grau mais avançado de desenvolvimento em função da sua centralidade, da dimensão demográfica, do desenvolvimento populacional. É o que nós temos neste quadro e, portanto, queria enfatizar isso por me parecer, fundamental e necessário.

Se a estrada Mosteiro-Sabugosa consta da ordem de trabalhos da reunião de câmara de amanhã? Só precisa de ir a reunião de câmara a aprovação de peças concursais com valor superior a 750 mil euros, 749 para sermos mais precisos, porque abaixo disso, o presidente tem competências próprias e delegadas pela câmara, para abrir os procedimentos, logo a resposta é não. Contudo, não deixo de dizer o seguinte: o que nós podemos colocar em overbooking são projetos com elevada maturidade, isto é, um projeto onde não existe projeto, passo o pleonasmo, não tem condições de ir a concurso, de ser adjudicado e de estar consignado até ao momento em que se fez a candidatura. Portanto, nós num primeiro momento, estamos por prioridades. E primeira prioridade são todos os projetos que estavam com elevado grau de maturidade, isto é, projetos já preparados em condições para lançar. Se agarrado a este ainda houver tempo para lançar um outro, vamos por lá, mas sem certezas. Agora, nós não poderíamos era ficar na praia a escolher em qual barco é que iriamos entrar, em função do gosto que nos desse. Não, tomámos uma decisão: o que é que está na primeira linha? É por aqui que vamos? Então, vamos agarrar-nos àquilo que é mais sólido. Se ainda houver mais margem de conforto para largarmos outro barco, para que também outro passageiro possa embarcar, iremos por esse caminho, mas sem certezas.

Sobre as questões do engenheiro Dinis, algumas já fui respondendo como o caso do espaço internet de Canas de Santa Maria, não se prende com outra coisa que não seja revisão de preços, isto é, nós estamos obrigados a fechar todas as candidaturas que, desde 2007, estavam em curso. Algumas tiveram revisões de preços provisórios e agora têm revisões de preços definitivas. Como a obra já não constava em plano e orçamento, para fechar o relatório final de execução, então temos que reabrir a obra para fazer revisão de preços.

Sobre o balneário termal, de Sangemil, tive o cuidado de dizer que nós colocámos "a definir", claro, ainda com capitais próprios, enquanto não temos contratos financeiros, porque o nosso princípio de gestão orçamental só nos permite colocar receita de fundos

comunitários quando a tivermos. O balneário termal é muito importante, mas não há nenhum município da nossa dimensão, que possa investir 3,5 ou 4 milhões de capitais próprios na obra, vamos ser realistas. Ambiciosos, sim, suicidas, não. Portanto, nessa perspetiva temos a motivação elevada de fundamentar, e estou convencido que será bem-sucedida, uma candidatura neste domínio e por isso é que está nesse quadro.

A questão do Parque Urbano e afins, já referi e, por isso, é que há pouco tive o cuidado de explicar as ITI, as AIDUS, a regeneração urbana em AIDUS. Se ela vai cair num lado ou se ela vai cair noutro, vamos ver o que é que isto vai dar, portanto, está aqui para ter as portas abertas, para no momento em que os regulamentos saiam, nós estejamos na primeira linha.

Não fui eu que perdi a oportunidade de responder. O engenheiro Dinis é que ganhou uma nova oportunidade para perguntar quanto custou, porque há pouco não me perguntou quanto é que custou. Perguntou porque é que há uma diferença de preços entre o que um custou e o que o outro custou. Ora, primeiro, há razões técnicas de execução diferente. O campo de relva sintética de Nandufe foi aplicado com uma técnica que me parece mais sustentável economicamente que é: face a conservação da sua base, foi recarregada com uma boa base de alcatrão e aplicado sem ser em asfalto e, portanto, há vários campos a este nível com resultados excecionais. Segunda questão, em Molelos foram executados, também, trabalhos associados à bancada e parte ao perímetro envolvente. Terceira questão: em Molelos estamos perante uma PPP. Aqui, estamos perante um concurso público, por isso esta obra foi objeto de um concurso público. No caso de Molelos, rondou 500 e qualquer coisa mil euros, a execução da obra o que está refletido uma PPP, portanto, é um modelo diferente deste. Este é um concurso público, adjudicado ao preço mais baixo que concorreu, que foram 330 mil euros. Foi esta a questão. A pergunta que foi feita há pouco foi: a que é que se deve a diferença e não o valor da obra, mas eu respondo a ambas as questões.

Sobre Águas do Caramulo, se é mais uma receita? Se é menos uma receita? As Águas do Caramulo já existem, nós vamos é remodelar a rede. Mas hoje há uma despesa que por acaso não é paga por nós, mas é paga pela Associação de Municípios. São pagos 30 mil euros/ano de renda à Sociedade do Caramulo pelas captações existentes, e nós valorizamos muito a iniciativa privada, não o escondo, porque se não fosse a rede privada, num contrato que o Dr. Felisberto teve o cuidado, de, na altura, assinar ainda com o, Dr.

João Lacerda, nos idos anos de 2000, não fosse essa solução, não haveria disponibilidade de água pública ao Caramulo. Agora há uma coisa que este projeto há-de prever e prevê: é um sistema que pode ser autónomo. Nós vamos ter um projeto com captações próprias, com reservatórios novos, com distribuidoras novas e com uma rede nova. Isto é um investimento estrutural. Não sei se algum dia o consumo que vá ter justifique este investimento, mas para nós são obras de proximidade e de desenvolvimento local. Se alguém fizer contas a este nível é discutível, mas o equilíbrio do concelho passa por isto, não podemos dizer que temos um investimento estratégico no turismo, quando temos questões ambientais desta natureza não resolvidas.

Continuando a responder às questões que colocaram, o Festival Urbano tem um conceito diferente e os custos são os que estão refletidos.

Os encargos com a gestão do balneário termal, as receitas já as disse. Os encargos estão refletidos explicitamente. Provavelmente, não haverá um outro projeto com tanto detalhe como as termas. Tem cá 17 ou 18 ações, onde está detalhado toda e qualquer despesa do balneário termal, por uma questão simples: nós queremos aproximar-nos de uma exploração que não seja negativa e, portanto, é bom termos esta noção, e o que eu disse há pouco foi que nós abatemos na dívida, 2 milhões de euros, não disse que temos disponíveis para reduzir impostos de 2 milhões de euros. Foi nesse quadro que eu me quis precisar.

Ao senhor Arménio, registo com muita sinceridade as considerações que fez porque sei que é uma pessoa, primeiro, muito experiente e em segundo lugar, sabe que a nossa relação é uma relação de respeito mútuo, e nunca entenderia as suas palavras se não fosse nesse quadro, de respeito, de profunda consideração e de grande valorização de pessoas, como o senhor, que muito, também dignificou e contribuiu e contribui para o concelho e, portanto nisso faço o registo. Fico sensibilizado com essa forma, mas a simplicidade com que eu julgo que devemos estar nos cargos públicos que nos são confiados, deve-nos levar a estar desta forma, e com a mesma riqueza com que entrei hei-de sair. Mais rico, porque conheço mais pessoas e enriqueço com a experiência, só por aí, mas de resto acredito que respeitarei muito estes valores.

Deputado Veiga, não é uma continuidade, naturalmente que há um princípio condutor nesta matéria. Naturalmente que a nossa preocupação passa por fixar população, sim, por valorizar produtos locais, sim, são obras e projetos que não se fazem de um dia

para o outro estalando os dedos, implica muita paciência, muita persistência, e estou muito convencido, que se nós não conseguirmos, no final deste quadro 14-20 fixar pessoas, valorizar recursos, então este quadro não serviu para nada. Não serviu para nada nesta perspetiva e, porque temos à nossa frente um grande desafio de grande envolvimento da sociedade, porque isto não são obras que se façam sob administração pública direta. Implicará um posicionamento de diálogo permanente, mas esse é o desafio que mais me dá gosto fazer que é explicar, envolver e comprometer as pessoas com as decisões, e isso julgo que será uma grande oportunidade também de ganharmos capital político no verdadeiro sentido, isto é, na experiência com o contato com as pessoas.

Os apoios às freguesias, às associações, expliquei já isto. As despesas correntes têm uma redução porque há uma redução de 20%. Note-se o seguinte: no próximo ano, pelo contrário. As despesas correntes com pessoal, até irão aumentar porque haverá 20% de reposição do corte feito anteriormente. Até irão aumentar por essa razão, mas o que eu estou a dizer é: nós estamos a procurar cortar muito noutras despesas correntes, e, em particular, na gestão de equipamentos, nós vamos ter que cortar e muito, e vamos ter que reinventar em alguns domínios e otimizar recursos. Digo-vos isto e repito tal como há pouco comecei, nós podemos não conseguir captar receitas, mas há sempre uma coisa que podemos todos os dias tentar fazer, sem pôr em causa a qualidade do serviço, e essa deve estar acima de tudo exigindo melhores meios de rentabilidade, procurar baixar recursos e aumentar a eficiência. Em particular, nas áreas que eu vos falei, da eficiência energética, da capacidade de haver maior redução da deposição de resíduos, isto é fundamental para nós baixarmos as nossas despesas correntes.

Sobre as PPP, tenho isso aqui bem claro. O nosso custo com as PPP está refletido nos valores que eu referi há pouco e que são de 850 mil euros porque está refletida uma prestação ainda. À pergunta se "foi feita alguma renegociação com as PPP?". Já defendi noutros fóruns, não nomeadamente neste, mas noutros fóruns do ponto de vista governamental, que a seguir à reformulação das PPP rodoviárias e afins, e se precisarmos de dados que posso dar, nós, país, tínhamos para os próximos 35 anos, encargos com PPP rodoviárias e afins, de 60 mil milhões de euros, quase o montante que a Troika emprestou a Portugal. Foram reduzidos nestes encargos em 10 mil milhões de euros, 1/6 do total. Porque é que esta redução ocorreu? Porque o governo conseguiu ter um pulso negocial que foi não romper com as PPP, porque isso era o mesmo que dizer a Bruxelas: "não

pagamos. Então aumentamos o juro, dir-nos-iam. Vocês não são pessoas credíveis.". Mas renegociou. Ora, eu entendo que no setor autárquico, no grupo autárquico, só é possível termos uma renegociação a sério se isto envolver também a componente negocial do poder central, porque município a município e tantas são as parcerias que estão espalhadas, se tentar por si ir negociar, e muitas delas com o BES. Basta ver a situação em que o banco para nos dizer: "meus amigos vão dar uma volta porque isto não interessa para aqui. Não é conversa que nos interessa estar a renegociar juros". Ora, isto só será possível, na minha ótica após a aquisição do banco e num quadro de outra estabilidade.

Á pergunta que faz sobre a PPP, direi o seguinte: do ponto de vista de macrogestão financeira, o município o que é que decidiu em termos dos seus recursos financeiros? Estabilizar a parceria expurgando dela tudo o que pudesse conduzir a que a mesma entrasse em rutura por força da não observação da lei 50, isto é, 3 anos consecutivos de prejuízo. Se lá tivesse englobada as termas, e foi essa a razão objetiva que expliquei na altura, implicaria a dissolução da parceria, e a dissolução teria implicações profundas diretas, naquele momento. Por isso, em primeiro lugar, estabilizar e expurgar tudo o que não fosse necessário. Segundo momento, confinar a parceria a um processo que nos permita renegociar num quadro lato. Eu tenho a convicção que este município ou outro veja-se Santa Comba Dão se quisermos ir mais perto, está numa situação de insolvência e, mais grave ainda, promoveu a dissolução, os parceiros privados não a querem e a câmara é que fica a pagar. Esta é que é a realidade. Eu diria o seguinte: nós temos que chegar a esse momento. Não me parece que seja crível, que consigamos ter margem negocial enquanto o banco não for adquirido e, portanto, é matéria que nos próximos 3/4 meses irá estar em cima da mesa a aguardar.

Após isso, pretendo abrir um processo negocial, sim, num quadro que me dê estabilidade porque hoje, Joaquim Santos, o banco BES não tem margem negocial para fazer nada. Faço só um parenteses para explicar: A Associação de Municípios do Planalto Beirão tinha, de há 10 ou 12 anos atrás, um empréstimo com o BES em que o ano passado, as prestações eram de 40 mil euros, este ano eram quase 100 e para o ano eram quase 300 mil euros. Era impensável cumprir este contrato e, portanto, depois de muita insistência será possível, esperamos, renegociar a moldura temporal deste contrato, mas jamais a taxa de juro. Ora, isto diz bem da situação em que está. E estamos a falar de 4 milhões e, portanto, isto dirá bem da situação difícil em que está o banco. Como sabem, para o fundo

de resgate, contribuíram os outros bancos, e não há nenhum banco que esteja interessado em ver o BES a ter margem de negócio ou ter espectro de carteira de clientes, porque isso iria fortalece-lo do ponto de vista negocial. O que a banca quer é comprá-lo nas melhores condições" para si própria.

O deputado Joaquim Santos interpelou, de novo o presidente da Câmara Municipal:

"Senhor presidente, a primeira pergunta que eu lhe fiz, respondeu-me e era essa a resposta que eu estava à espera, que era acerca da reflexão ou não da sobretaxa. Eu queria era que desse aqui a resposta e vou-lhe explicar porquê. Faz agora para dezembro um ano, que vieram aqui uns senhores, não vou repetir que foram seus convidados, e que aqui disseram precisamente uma coisa diferente, aliás, está em ata, sobre qual era o destino da sobretaxa de concessão. Que era para investirem na rede, e queriam deixá-la, quando se fossem embora da concessão, queriam deixar a rede em muito melhor estado do que ela estava.

Obviamente, que não falaram verdade, como outras, mas queremos depois apurar ao longo do tempo. Só para justificar e para que fique aqui bem claro, para que é que se destina esta sobretaxa que nós pagamos de 1.60 € por cada 30 dias? Porque realmente, nas Águas do Planalto, nós não pagamos ao mês, pagamos ao dia. Ao fim do ano são mais cinco dias que pagamos, a multiplicar por muita gente dá mais umas centenas, dá mais uns milhares de euros.

Depois surgiu aqui outra questão, falou-se aqui na ecopista, isto a propósito daquela rubrica. Queria chamar à atenção do seguinte, a câmara municipal comparticipa com cerca de 20 e tal ou 30 e tal mil euros, para a manutenção da ecopista que é gerida pela CIM, certo? Eu irei falar da CIM com certeza, acerca disso, na reunião da próxima semana, mas também queria que a câmara municipal estivesse atenta a isso. O estado de conservação, pelo menos daquele troço que eu às vezes ando, é degradante. Mais, apesar de já ter sido alertado não sei por quem nem a quem, não fui eu que o fiz, aqui há uns meses atrás, uma pessoa deu uma queda na ponte que era do comboio (da Coelheira), por estar levantada uma das chapas e já lá está outra. Além disso, como também já lhe disse, é degradante o aspeto de limpeza junto às bermas e que está a degradar a ecopista. Há, efetivamente ervas daninhas a nascer e a levantarem o piso. Eu queria que o senhor, a Câmara Municipal de Tondela, perguntasse à Comunidade Intermunicipal o que é que

anda a fazer aos 80 mil euros por ano, que certamente que não são gastos na manutenção da ecopista. Estamos no fim do ano, e já podem ter feito alguma intervenção, mas eu ainda não verifiquei uma única intervenção naqueles troços em que eu, às vezes, ando.

Finalmente, quero-lhe dizer o seguinte, agradeço a clareza das suas respostas, acredite, que nunca pus em causa a sua honestidade política. Como já disse, eu continuo a dizer que ao princípio tinha algumas dúvidas, mas posso dar-lhas de barato, na questão da ambição do orçamento, etc. O senhor já explicou algumas coisas. Algumas respostas agradaram-me mais, outras agradaram-me menos, mas posso-lhe dizer que em conversa com os meus parceiros de partido, vamos votar favoravelmente este orçamento. Não lhe fazia diferença nenhuma nós abstermo-nos, mas também queremos que saiba que estamos aqui para colaborar naquilo que for necessário, porque também acredito que numa revisão orçamental, o senhor também terá em conta algumas situações que aqui foram levantadas. Na questão do IRS sugeria, que os cento e tal mil do IRS, que foram refletidos nos transportes escolares, que no próximo orçamento fizesse refletir isso mais especificamente, numa verba nova, num serviço novo, na ação social, que o senhor tanto aqui falou. Portanto, conte com o nosso voto, como sendo um voto de confiança e também de colaboração com o município".

O deputado Felisberto Figueiredo interveio:

"Muito rapidamente e uma pequena achega, um bocadinho até na linha daquilo que o senhor Arménio aqui já disse. Realmente a explicação que o senhor presidente deu, satisfaz plenamente. Eu só vinha dar aqui uma achega relativamente à questão daquilo que nós pagamos pelos resíduos sólidos urbanos pelo tratamento. Choca-me, desde há muitos anos e eu já tenho até falado algumas vezes aqui. É um dinheiro que me custa tanto pagar, porque nós somos um concelho predominantemente rural, e choca-me tremendamente ver os nossos contentores de lixo cheios de erva cortada nos jardins. Ora, a pessoa pode transformar as ervas em adubo orgânico, podendo servir perfeitamente para depois utilizar no jardim. Vê-los cheio de pedras que tiram do jardim, aquilo é peso e nós pagamos à tonelada. Com toros de couve, com animais mortos. Julgo que é absolutamente urgente, fazer uma campanha de sensibilização às pessoas e encontrar, talvez uma forma de beneficiar quem efetuar a reciclagem deste tipo de produtos nos seus próprios quintais. Eu, sinceramente, gosto de fazer a reciclagem, utilizo o contentor só para os resíduos domésticos, e muito poucos. Com o clube a que estou ligado, Rotary Club de Tondela, já

temos perto de uma tonelada de papel que nós vamos recolhendo e vamos entregar a uma empresa, que depois nos irá pagar um preço um bocado baixo, mas pronto, é o que for. Pelo menos também é uma atitude da própria reciclagem. Julgo que pensarmos nisso seria bom."

O presidente da câmara pediu a palavra:

"Peço desculpa senhor presidente, mas foi-me colocada esta questão da ecopista e era só para clarificar que algumas dessas questões são do nosso conhecimento, algumas chapas já foram compostas e vão surgindo outras, mas para dizer que, em relação à limpeza não é uma transferência cega para a CIM. Há regularmente reunião da comissão de acompanhamento e o que temos inscrito são os valores que referiu, mas só transferidos contra fatura de trabalhos realizados e, portanto, convém aqui dizer que praticamente do dinheiro que tínhamos orçamentado de 2014, ainda não o gastámos porque ainda andamos a gastar o resto, de 2013.

Segunda questão: o contrato de manutenção que a CIM tem com esta empresa é para limpeza de bermas. Quando há uma vedação destruída, quando há uma placa que se arrancou, quando é um candeeiro que lá não está, este trabalho não está na esfera da contratualização que a CIM fez com esta empresa. Agora, é verdade que sim, três anos ou quatro após a abertura daquele espaço, nomeadamente não é só no que referiu. Há barreiras laterais com tábuas que já não existem, os pinos de sinalização a maior parte deles, foram danificados, partidos ou roubados e, portanto, há que ter um fim para este tipo de questões. Há situações de conflito de peão versus ciclista, versus carro que têm que ser geridos e, portanto, é uma questão que em sede de CIM tem que ser avaliada nessa perspetiva. Agora, só intervim para não ficar a ideia que se transfere um cheque e que façam lá agora, com o dinheiro, o que queiram. Não, aí nessa perspetiva, não.

Dr. Felisberto, as recomendações que fez são muito sensatas, e julgo que se justifica desenharmos uma campanha de sensibilização, que pudesse ter um alcance, principalmente para quem pode e deve fazer compostagem e, portanto, nessa perspetiva, teria todo o sentido".

As Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano civil de dois mil e quinze foram colocadas à votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados António Dinis Marques, António de Almeida Dias e Manuel Jorge Veiga.

2.4. Análise, discussão e aprovação da proposta da Constituição de Direitos de Superfície sobre Imóveis nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 33/1 a) e g) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

O presidente da câmara explicou que, inicialmente, fora efetuado um acordo com o Sporting Clube de Nandufe, não tendo sido possível formar a constituição do direito de superfície, porque o Clube não tinha documentos de posse do bem. Após a legalização do terreno passaram a existir condições para avançar com a constituição do direito de superfície idêntica à realizada com o Clube Desportivo de Tondela, em que após o período de vigência regressa à posse do Clube, e nesse sentido vinha a proposta à Assembleia Municipal.

Não tendo havido mais intervenções, foi colocada a proposta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.5.Análise, discussão e aprovação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a freguesia de Molelos

O presidente da câmara deu informações sobre o ponto em análise:
"Os contratos que vêm aqui sequencialmente são todos idênticos e, se me permitirem, farei uma justificação global para todos eles. Após a aprovação do plano e do orçamento, já estamos a tomar um conjunto de deliberações relativamente ao próximo ano, naquelas em que são decorrentes e decorrem das atividades normais. Já o fizemos em relação à atividade cultural da ACERT, aliás, viram que estavam nos compromissos plurianuais, nessa perspetiva, e no caso destas freguesias, para as atividades que aqui estão, aquelas que obrigam a contrato interadministrativo, e que tem a ver com projetos específicos, neste caso, uma calçada. A junta de freguesia tinha um valor brutalmente superior a este montante. Nós vamos esperar pelos trabalhos que possam ser elegíveis em regeneração urbana, antes disso vamos permitir que uma ou outra rua seja realizada até que seja possível fazer uma candidatura, já que os valores da intervenção na recuperação de calçadas na freguesia de Molelos são superiores a 300 mil euros ou rondam esse montante e, portanto, vamos dando um sinal de querer começar por estes trabalhos até que tenhamos fundos para poder avançar.

Não sei se pretende que eu faça uma justificação para todos, ou se vamos a todos um a um, nessa perspetiva. Com a Freguesia do Guardão, os contratos que aqui estão rondam os 45 mil euros, estão discriminados pela natureza do que são. Permitam-me que faça aqui uma observação, tudo o que são contratos financeiros, quer sobre a figura de contratos interadministrativos ou sobre protocolos de apoio, nós não transferimos dinheiro sem a prova da realização dos trabalhos, isto é, temos o mesmo princípio que tem a CCDRC ou que tem os fundos comunitários. O senhor executa, ou tem fatura e demonstra a fatura para se poder fazer a transferência. E não é uma questão de má-fé, é uma questão de princípio, de contabilisticamente e documentalmente ficar registada esta questão. Se foi por administração direta, o que se manda realizar é um auto de verificação física, em que o técnico do município se desloca e verifica o que aconteceu. Está demonstrado, então faz-se a transferência.

No caso, aqui bem detalhado das obras na Freguesia do Guardão, uma delas, a mais urgente, tem a ver com um muro no Carvalhinho, junto à capela, que aluiu, aquando do inverno passado. Um outro é um muro de suporte junto à antiga escola do Guardão, onde passa a Rota das Cruzes e depois são um conjunto de trabalhos associados que aqui estão previstos.

No que respeita à freguesia de Dardavaz, em grande parte prende-se com o cofinanciamento para a praia fluvial de Dardavaz, que tinha um orçamento inicial de 78 mil euros. Por ajustamentos ao projeto, a junta de freguesia entendeu lançar novo concurso com um novo projeto que passou para 88 mil e qualquer coisa euros.Havia ainda uns trabalhos adicionais a fazer com cofinanciamento da ADICES, e este montante, apesar do senhor presidente da junta dizer que ainda lhe faltam 5 mil euros, que eu aceito e que vamos ter que resolver.

Com a União de Freguesias Mosteiro e Vilar, prende-se com a resolução da aplicação, de um lado do polidesportivo de Mosteiro de Fráguas, com relva sintética. Nós estamos a reaproveitar o relvado saído do Estádio João Cardoso, e já equipámos o campo de Sabugosa com este material e seguir-se-á o de Mosteiro de Fráguas.

Temos um compromisso com Molelinhos, para projetar uma solução idêntica, e com a respetiva junta de freguesia de Molelos. Estamos a acolher solicitações, sendo verdade que se fosse uma construção de raiz com relva, custar-nos-ia 22 a 23 mil euros, e nós com 5 mil euros resolvemos isto.

Os restantes são de duas calçadas, uma de acesso à churrasqueira, no Senhor dos Aflitos, e outra no acesso para terminar o fecho ao pé da calçada romana, em Mosteiro de Fráguas. Finalmente, o último lote de contratos interadministrativos que vem aqui eram até agora, vulgarmente protocolos na área da educação para apoio aos custos que algumas freguesias têm com os respetivos transportes escolares ou para subsidiação do respetivo gasóleo ou para alguma vigilante que tem que ser suportada.

No caso da junta de freguesia de Lajeosa, porque há uma auxiliar da componente de apoio à família que é suportada pela Lajeosa, outra é suportada pela IPSS do Barreiro, a quem transferimos diretamente. Penso que expliquei todos os contratos que estão aqui em cima da mesa sem prejuízo, naturalmente, de terem votação parcelar, mas para todas e quaisquer perguntas, cá estarei para o que necessitarem".

O deputado António Dias interveio. (anexo 17)

Não havendo mais intervenções, foi colocado a proposta à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

2.6. Análise, discussão e aprovação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a freguesia de Guardão

Não havendo intervenções, foi colocado á votação, sendo aprovado por unanimidade.

2.7 Análise, discussão e aprovação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a freguesia de Dardavaz

Não havendo intervenções, foi colocado á votação, sendo aprovado por unanimidade.

2.8. Análise, discussão e aprovação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Não havendo intervenções, foi colocado á votação, sendo aprovado por unanimidade.

2.9. Análise, discussão e aprovação dos contratos interadministrativos a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas de Freguesia no âmbito dos transportes escolares e da componente de apoio à família

Não havendo intervenções, foi colocado á votação, sendo aprovado por unanimidade.

3- Período aberto ao Público;

O deputado Joaquim Santos interveio. (anexo 18). De seguida, continuou:

"Houve questões que foram colocadas à Associação de Municípios, tal como foram aqui colocadas ao senhor presidente da Câmara mas, neste caso que ele respondeu. Refugiando-se num parecer pedido à comissão de dados administrativos, que não tinha nada a ver com o requerimento do Partido Socialista, serviu para que não obtivéssemos resposta, no caso da Associação de Municípios. Como disse, isto hoje está acontecer com o PS, amanhã acontece com outro partido aqui representado. Esta assembleia municipal foi desrespeitada, por isso pedia a aprovação desta moção.

O segundo assunto que eu quero, aqui, expor: não deve haver tabus. Através das redes sociais tem havido comentários acerca das margens do rio Dinha, mais concretamente a praia da Fraga. Só quero saber o que se passa? Se há alguma coisa a fazer? E o que foi feito? E queria perguntar ao senhor presidente da União de Freguesias de Tondela e Nandufe qual o significado do que hoje apareceu nas redes sociais, isto é, se o presidente da União de Freguesias é testemunha contra a população da freguesia no âmbito do processo da Fraga. Muito obrigado."

De seguida tomou da palavra, o deputado António Dinis:

"Vou fazer aqui algumas referências que deveriam ter sido feitas no período antes da ordem do dia, mas não vêm a despropósito por serem mais sintéticas, mas de qualquer das formas gostaria que ficasse aqui registado, em particular. Coloquei ao senhor presidente a questão do relvado de Molelos, porque da primeira vez não tinha referido esse valor. Ficou registado que eram 500 mil euros. Havia uma diferença significativa entre os valores. Depois, o senhor presidente fez aqui um exercício antes de entrar nas questões, que foi dizer que Viseu tinha um valor de participação do IRS, no valor de 3,4

milhões, e fez aqui um exercício para dizer que nós iriamos deixar de ganhar cento e poucos mil euros. Portanto, faz aqui uma comparação que não tem nenhuma relação, isto é, o esforço financeiro que é pedido ao município, para reduzir 1%, é quase 6 vezes mais do que seria pedido ao Município de Tondela. O senhor presidente da câmara faz a comparação exatamente ao contrário do que deve ser feita, que é quanto é que eles deixaram de ganhar por passarem para aqui? E depois também faz aqui um exercício engraçado que é comparar que é, são só duas das ditas urbanas, que fazem essa redução. Nós só temos 4, falta Lamego e Tondela, portanto, das ditas urbanas, com quem nos comparamos, com que nos comparamos. Não vale a pena estarmo-nos a comparar com outras ditas urbanas que não são assim tao ditas urbanas.

Feito este introito, eu vou focar-me aqui apenas em 4 pontos, que era para ser no período antes da ordem do dia e que tem a ver com a notícia que foi lançada na última semana, relativamente à possibilidade de o nosso ex. presidente da câmara poder vir a ser eleito para presidente da AIRV. Acho que é importante, alguém do nosso concelho já esteve lá, o Dr. João Cotta, e alguém do nosso concelho vai voltar a assumir esse papel. Aquilo que eu li na comunicação social, e de acordo com informações suplementares é que poderá vir a suceder e, portanto, acho que é importante ressalvar e destacar isso, embora eu agora aqui dê uma alfinetada ao nosso amigo, Joaquim Santos, quando fala aqui, da "herança pesada" dos anos anteriores, agora é que eu percebo porquê. O Joaquim Santos faz esta referência a "herança pesada" dos anos anteriores. Eu agora percebo bem porquê. De qualquer das formas, em particular eu destacaria que em 2012 o Município de Tondela, do ponto de vista da avaliação de rankings comparativos estava nos primeiros lugares. Acho que, Joaquim Santos, por aí eu pelo menos tinha de cá vir dizer isto, não venho cá defender ninguém. O ex. presidente da câmara, certamente que se o quiser fazer, que o faça. Mas gostaria de assinalar isso, o facto de haver essa possibilidade. Estranho, não haver ninguém de outros sítios falar disso, mas pronto, eu faço essa referência.

Depois o segundo ponto, que era para ser falado antes do período da ordem do dia e que tem a ver com o plano estratégico da CIM. Eu tive a oportunidade de fazer críticas ao seu conteúdo, quando foi a apresentação em Vila Nova de Paiva. Acho que tem várias deficiências a corrigir e, portanto, fico contente por o senhor presidente da câmara tentar anular aquela renda, para não haver possibilidade de eles alegarem essa razão para saírem de cá.

O terceiro ponto tem a ver com o ranking de transparência municipal, isto é, nós temos vários rankings, e alguns que nós às vezes, não gostamos muito de ouvir e, portanto, esta é uma questão que a mim me preocupou. Vou ser absolutamente transparente, porque realmente Tondela, aparece aqui muito mal classificada. Comparando-nos com as 4 cidades com quem nos comparamos aqui no distrito, Mangualde está à frente, Lamego está à frente com aceitável valor, depois Viseu está com insuficiente, mas está à nossa frente e Tondela desceu muitos lugares e também está com insuficiente. Acho que isto deve merecer a atenção do executivo, tanto mais que nós queremos estar sempre nos melhores lugares e não gostamos de estar nos lugares de baixo. Quando nos comparamos, às vezes, com outras cidades, também temos de comparar e a mim em particular, preocupou-me essa situação.

Quanto ao quarto ponto, quero referir que houve um concidadão nosso que recebeu, em junho último, uma condecoração do senhor presidente da república e, portanto, irei tomar as diligências e contactar a pessoa, para saber se tenho autorização para vir propor a esta assembleia, que também seja reconhecido esse valor que foi dado. Não temos muita gente no concelho que tenha recebido a mais alta condecoração, atribuída pelo senhor presidente da república. Acho que ficar-nos-ia bem. O CDS-PP irá tentar diligenciar, no sentido de apresentar aqui uma proposta de recomendação ou de atribuição de algum galardão municipal para esse nosso concidadão.

Finalmente, uma última nota que tem a ver também ainda em relação a uma situação que se passou na última assembleia, que eu fiquei um bocado na dúvida. Na última assembleia, eu tinha quase a certeza absoluta, não ia jurar a pés juntos, porque a nossa memória às vezes atraiçoa-nos, que quem instituiu a derrama neste concelho foi no executivo do Dr. Carlos Marta. Eu disse isso em São João do Monte, fui desmentido, pedi desculpa a quem me desmentiu dizendo que isto já vinha do tempo do Dr. António. Tive a ousadia de ligar ao Dr. Carlos Marta, e falar com ele pessoalmente e dizer-lhe o que se passo se é ou não é verdade? Ele disse - me que era verdade o que eu estava a dizer. Depois até me lembrei de um pormenor. Até o Joaquim Coimbra quando foi aprovado disse que ao aprovar esta, a instituição da derrama, que estava a passar um cheque de 140 mil contos para o município. Isto é verdade. Eu fiquei um bocado incomodado, porque tinha quase a certeza que era assim. Senhora engenheira Marina, não foi só você, eu sei, houve mais gente que estava nesta assembleia e que eu fiquei, entre aspas, vim cá pedir

desculpa "acima", com a humildade de quem tinha a certeza, entre aspas, hoje em dia não tenho certezas de nada, mas tive a humildade de pedir desculpa e estava coberto de razão. Eu às vezes sou um bocado inconveniente. Há pessoas que eu respeito muito nesta sala. Hoje estou a defender uma outra bancada, mas eu não mudei, sou a mesma pessoa, séria, digna, e que respeito toda a gente. Fiquei chateado, porque achei que não era assim que se tratam as coisas, e havia mais gente, de certeza, que se lembrava. Senhora engenheira, eu sei que foi você, não foi diretamente consigo, mas havia mais gente que se lembrava, e que sabia que eu estava com razão, gente que esteve comigo neste processo todo, estão cá todos há muitos anos e ninguém levantou o dedo para me defender. Fica aqui o reparo.

Eu hoje vim falar um bocadinho do Dr. Carlos Marta, era para ter falado antes do período da ordem do dia, porque fiquei contente de saber que ele pode vir eventualmente a ser presidente da AIRV. Eu estou a relatar aquilo que me foi relatado, que há essa possibilidade forte, e eu quis aqui também associar-me. Eu meti uma alfinetada ao Joaquim Santos, porque ele fala de uma "herança pesada", e eu não gostei nada de ouvir isso, Joaquim Santos. Os meus colegas vereadores que aqui estão e que continuam vereadores neste momento, eu já não sou, mas não gostei de ouvir".

A deputada Vera Machado interveio:

"Só uma pequena consideração que queria deixar aqui, e relativamente ao conselho municipal da juventude, que se instalou recentemente, e para conhecimento de todos os membros desta assembleia, e para que possam efetuar a monitorização a este órgão consultivo, queria dizer aqui que já reuniu algumas vezes que, fruto dessas sessões foi produzido um documento que já foi entregue ao senhor presidente da câmara. Esse documento, após uma profunda reflexão e discussão entre todos presentes, tinha um conjunto de propostas nos mais diversos setores, todas elas vocacionadas para a juventude.

Uma das propostas, era de criação de bolsas de mérito. É com um enorme regozijo, que ao analisar o orçamento autárquico para 2015, observo que o executivo municipal integrou esta medida no seu plano de ação. É um sinal claro de abertura, de respeito e consideração pela opinião de outros agentes do desenvolvimento local e não apenas pelos da esfera autárquica. É o engrandecer a atividade camarária com contributos de todos, é ter em linha de conta principalmente as gerações futuras."

Seguidamente, o deputado António Ferreira tomou da palavra:

"Boa noite a todos. Cumprimento o senhor presidente da mesa. Senhor presidente da câmara e restante mesa. Caros colegas

Eu já devia ter vindo cá, mas achei que devia vir em tempo oportuno. Era só para referir a questão da água e saneamento ao Caramulo. Finalmente, parece-me ser para executar, estamos todos contentes que isso venha a acontecer.

Quero também deixar uma outra referência que é a questão do parque eólico. É sempre discutível o facto de estar instalado ou não estar. Se não somos nós, são os vizinhos. Acho que da parte do município houve alguma estratégia em captar esse investimento para o concelho. Nós temos o Caramulo, por exemplo, as torres que estão lá e quem está a ter essa receita acaba por ser o concelho vizinho, portanto, às vezes por uma diferença de 100 metros a receita vai para os concelhos vizinhos. Era só referir essas duas questões.

Muito obrigado".

O deputado Jorge Henriques continuou:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara.

Particularmente em relação à moção apresentada aqui pelo Joaquim Santos, eu vou dar de barato que o senhor fez um bom trabalho de investigação legal, e de que efetivamente os prazos não foram cumpridos nas respostas. Assim sendo, o PSD irá abster-se na moção que apresentou. Entenda-se com o seu colega de partido, Mário Loureiro, penso que é o presidente da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

Quanto ao índice de transparência, eu penso que assim disse, mas corrijam-me se estiver errado, deve medir a publicação de documentos em sites e coisas do género. A Câmara Municipal de Tondela tem um índice, quanto a mim, de transparência de 100%. Quer o exemplo disso? Esta sessão, hoje aqui, da assembleia municipal, com esta explicação fantástica do orçamento, com este debate dos documentos. Eu preocupava-me muito sinceramente, quanto a essa questão da transparência, se aqui não se debatesse, se aqui não se trouxessem os valores e não se trouxessem as questões. A autarquia, e muito bem, exemplarmente, o senhor presidente, aqui o trouxe. Penso que esse índice de transparência está muito mal medido. Tondela tem 100%."

O deputado José Mendes interveio:

"Senhor presidente, elementos da assembleia.

Eu vi, há bocadinho, um papel com a minha fotografia, mas sinceramente por todo o respeito que tenha pelas redes sociais, não aceito recomendações das redes sociais, aceito sim, nos lugares próprios.

Na junta de freguesia de Tondela para a qual fui eleito por maioria, penso que as pessoas continuam a confiar em mim. Estou há bastante tempo no lugar? É óbvio que sim, mas não estou lá por mero acaso, porque quando um funcionário entra para uma empresa e está lá muito tempo, é sinal de que é bom servidor e que os patrões confiam nele. Quando eles entram e estão pouco tempo, e alguns oportunistas querem ocupar certos lugares e não têm capacidade para isso, o povo é quem mais ordena. E responderei em relação a isso, à minha vida privada, nos lugares próprios. Muito obrigado".

O presidente da câmara solicitou o uso da palavra que lhe foi concedido pelo presidente da mesa da assembleia municipal:

"Senhor presidente, muito obrigado.

Em relação à questão do engenheiro Dinis interpretou uma coisa que eu não interpretei, aliás, provavelmente foi o único que interpretou dessa forma, que queria interpretar.

O Joaquim Santos, referiu o que eu interpretei e penso que a generalidade da assembleia foi na continuidade que o Veiga tinha falado sobre e vou utilizar a expressão: "das políticas seguidas" e o Joaquim Santos referiu-se à "herança das políticas seguidas". Ora, eu nunca enjeitei o meu passado, o meu percurso e a minha cumplicidade.

Pergunta o Sr. presidente da Câmara: Então diga-me o que é que quis dizer, Joaquim Santos?

Resposta do Joaquim Santos: "O que eu quis dizer da herança foi com certeza, que referente a este orçamento, em obras e que estava vinculado a algumas obras...".

Responde António de Jesus: Perfeitamente, estamos a falar a mesma coisa. Foi isso que eu interpretei. Portanto, na continuidade das obras realizadas que aqui estão, nunca me deixarei envolver nessa tentativa de comparar o que não é comparável, nos tempos em que não são comparáveis, nunca me deixarei envolver nisso. Respeito e respeitarei os projetos a que estive ligado, com os quais me envolvi, outros, por ventura não tiveram, por razões compreensíveis que lhe assistem, o mesmo gosto em continuar nos projetos em que estiveram envolvidos. Cada um falará por si, agora, eu respeito e respeitarei os projetos em que estive envolvido com a mesma dignidade em que,

naturalmente, espero que também todos respeitem no quadro em que eu estou. Agora, não senti outra interpretação que não fosse aquela que o próprio agora reafirmou: "Continuidade da herança de obras". Claro que sim, "herança de obras" foi isso que eu ouvi. Não vou alimentar a querela. Reconfirmou agora, relativamente a obras e projetos em continuidade, portanto, para precisar essa questão. Jamais serei arrastado voluntária ou involuntariamente para alimentar esse tipo de querelas. Respeito e respeitarei todos com que cooperei nos projetos em que estive, no momento em que estive e que estarei, seguramente.

Naturalmente, se tal cenário se confirmar, todos nós sentir-nos-emos orgulhosos por um cidadão do nosso concelho poder exercer essas funções, repito, no cenário em que tal se confirmar é bem provável que seja esse o desfecho. Vamos esperar para que tal se concretize e, portanto, não tenho assuntos mal resolvidos com o meu passado. Que seja bem claro a esse nível.

Sobre a questão da CIM, é uma questão que está a ser avaliada e acompanhada em relação a isto.

Sobre as condecorações, pois qualquer cidadão é legitimo que proponha a esta assembleia ou de outra forma, as condecorações que entenda.

Sobre os rankings e transparência, eu confesso que não me sinto diminuído pelo ranking que ali está, por uma questão. Não estou a dizer que não possamos perceber quais são os critérios que levaram a que não estejamos noutra posição. Agora há uma firme convicção que tenho é de que não se diminuiu a transparência em relação ao passado. Pelo contrário, até procurámos em alguns outros universos, garantir maior comunicação em termos informativos, do que tínhamos no passado recente, por razões de conjuntura, nessa perspetiva, e portanto, ficaria preocupado se isto resultasse de uma mudança de atitude. Pelo contrário, eu sinto que teremos todo o gosto em perceber o que é que contribuiu ou em que indicador não estamos posicionados, para que se atinja esse patamar. Não quero crer que seja pelo facto da Câmara Municipal do Carregal do Sal, ter iniciado, no tempo do presidente Atílio, a colocação de computadores em reuniões de câmara, que tenham adicionado um grau de transparência que os posicione em segundo lugar. Não sei porquê, tenho que ver esses dados, porque ainda não os confirmei. Repito, em consciência, não sinto que tenha diminuído ou perdido o grau de transparência que tínhamos.

À Vera agradeço, naturalmente, as referências. Nós temos a intenção efetivamente, de colocar três bolsas no ensino superior, que correspondam ao pagamento de propinas de jovens que tenham mérito e, ao mesmo tempo que tenham dificuldades económicas. Portanto, queremos dar esse contributo, e o valor que está referenciado em orçamento é para permitir pagar, com regulamento próprio, o apoio a bolsa de estudo.

Ao Ferreira, a questão do saneamento ao Caramulo, naturalmente que é um desafio no quadro que eu referi. Nós vamos entrar com esta obra em overbooking. Há uma certeza que temos, se não entrar nesta fase de overbooking, é elegível ou será elegível no novo quadro, portanto, estamos atentos a isto.

O Jorge Henriques, nas questões que colocou e no enquadramento que fez sintonia a este nível e, portanto, relativamente, ao Joaquim Santos, colocou uma questão à câmara e, eu direi: a câmara não está acima da junta. Nós vivemos num estado de direito em que os órgãos têm competências próprias, nessa matéria. Eu percebi o contexto, mas era só para precisar. E têm competências próprias, que respeitamos nesse quadro. No caso em concreto referido, há matérias que estão fora da esfera do município, claramente fora da esfera do município, tal como disse a única vez em que me pronunciei sobre este assunto, são matérias que estão na esfera da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) ou do SEPNA e, tanto quanto sei, já fizeram as avaliações que tinham que fazer, tomaram as providências que tomaram, foram esclarecidos do que foram e, portanto, é uma matéria que decorre, nesse processo, normal como qualquer outro. Haveria, por ventura, uma questão que poderia colocar o direito público, nomeadamente no que diz respeito a acessos paralelos ao IP3. A esse nível, naturalmente que no momento em que o município solicitou, as Estradas de Portugal também fizeram uma verificação no local, nessa matéria. Diga-se, em abono da verdade, que por culpa das Estradas de Portugal, não tinham delimitado a área correspondente às respetivas expropriações, repito, por culpa das Estradas de Portugal, que desde a construção do IP3, numa determinada área, não tinham colocado, e não foram os proprietários, que andaram a desloca-la, pelo contrário. Foram colocadas novas vedações, onde as Estradas de Portugal, agora, reconheceram culpa sua, repito, que expropriaram a mais do que eles próprios tinham delimitado à época e, portanto, na esfera das competências que estão no domínio público, associadas a caminhos paralelos do IP3, entendo que tomámos a iniciativa que deveríamos tomar no momento, que foi solicitar uma coisa tão simples que foi perguntar às estradas de Portugal

se o que eles expropriaram correspondia ao que está delimitado. Portanto, nessa outra matéria, sei que são questões que estão a transitar, como em tudo na vida que as pessoas entendam, mover uma ação cível, fazer uma ação popular, e cabe aos tribunais avaliarem aquilo que é da sua esfera avaliar. No domínio público, sinto que nenhum destes temas, tirando este que referi, está na esfera da atuação do município, ou possa estar na esfera de atuação do município, aliás, como tal, também todos esperamos que os órgãos competentes possam decidir nesse quadro. Agora, muito objetivamente era isto que eu queria dizer sobre esta questão. E julgo ter respondido a tudo".

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

"Obrigado, senhor presidente, pela informação que me deu.

Para que não haja aqui equívocos, eu queria explicar ao senhor presidente e ao António Dinis, o que é que eu quis dizer com a "pesada herança". Não esperarias Dinis, que eu viesse aqui fazer um elogio do tamanho que tu imaginaste ao antigo presidente da Câmara Municipal de Tondela. Não vinha, porque obviamente que ele tem o seu valor, fez a sua obra, teve o seu tempo. Com certeza eu teria feito coisas diferentes, mas não estamos para discutir isso, não estamos para julgar ninguém. Obviamente que ele deixou a marca no nosso município. Agora, quando eu me refiro a uma herança, não é essa a que querias referi-te. A herança foi efetivamente, uma herança pesada em termos económicos e em termos de estarmos amarrados a alguns projetos. Com certeza que eu não o faria. O ano passado, nesta discussão do orçamento perguntei ao senhor presidente da Câmara Municipal de Tondela, se ia dar 150 ou 190 mil euros a Vilar de Besteiros, sem lhe pedir nada? Ao que me respondeu que não, isso seria para pagar as obras que foram feitas antes das eleições, como os alcatroamentos que ainda foram feitos naquele tempo. Isto é um exemplo daquilo que foi feito, portanto, isto também é uma herança. Fazer antes e quem vier a seguir que feche a porta, e bata a porta e que pague, isso é uma herança pesada no meu ponto de vista.

Quanto às personalidades, também não tenho problema em afirmá-lo aqui. Embora, eu seja amigo do Carlos Marta desde pequenino, como se costuma dizer, desde os 10/11 anos, porque até almoçava ao lado dele, quando andava a estudar no Colégio Tomaz Ribeiro e em casa dele na pensão Nova Aurora, obviamente que eu digo aqui porque "A César o que é de César". É muito mais fácil tratar com o senhor presidente da câmara atual, do que era com o Dr. Carlos Marta, e isso eu tenho que reconhecer. É isso

que eu venho aqui dizer porque honra lhe seja feita. São pessoas com estilos diferentes e, se me derem a escolher, eu prefiro este do que o outro".

De seguida, foi colocado à votação a moção apresentada pelo deputado Joaquim Santos, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos deputados: Carlos Manuel Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Abílio Santos, Alfredo de Jesus Cabral, Diamantino Costa, António Pereira, Manuel Veiga, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Armando Laranjeira, José Hélder, Carlos Silva, António Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes".

Nada mais havendo a tratar, esta sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

anexo 1

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Assembleia Municipal de Tondela

Moção

A municipalização da escola Pública tem sido uma opção crescentemente questionada em países onde foi adotada, como a Suécia (onde o processo está a ser invertido) e o Reino Unido (onde estagnou sem resultados visíveis). Revelou ainda nefastos e perversos resultados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade de ensino, por acentuar assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do Estado no que se refere ao financiamento e responsabilidades sociais, do reforço do controlo sobre as escolas e de um aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Neste contexto, vemos com enorme preocupação a possibilidade de alguns municípios aderirem ao programa PAE (Programa Aproximar a Educação) que, no essencial, pretende concentrar nas autarquias um conjunto de competências nas áreas das Políticas Educativas, da Administração das Escolas/Agrupamentos de Escolas, do Currículo, da Organização Pedagógica e Administrativa e da Gestão de Recursos. Entendemos que a transferência de competências para o nível local e para as escolas, a acontecer, tem de ser equacionada, atempadamente, num contexto de amplo debate, envolvendo todos os parceiros a nível nacional, regional e local.
Reconhecendo o papel que o município de Tondela, enquanto parceiro, tem desempenhado no processo de construção de políticas educativas locais propomos:

1. Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Tondela, seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão

intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento, possam pronunciar-se ativamente;

2. Que em nenhum momento possa ser posta em causa a autonomia da gestão escolar, concretamente a organização curricular e pedagógica das escolas, recusando-se qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão às escolas e aos agrupamentos de escolas;
3. Que seja rejeitada em absoluto a anunciada intenção do governo de transferência de qualquer competência para os municípios, relativa ao pessoal docente, designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela.

Tondela, /11/2014

O Eleito da CDU

Anexo 2

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

MOÇÃO

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Os cidadãos de Tondela foram confrontados recentemente com mais uma nota de imprensa do partido socialista, dando conta de uma queixa que apresentou no TAF de Viseu.

Até aqui tudo estaria certo, se uma vez mais o PS, ou talvez não, talvez só o seu líder concelhio, não enveredassem pela linguagem do populismo, da vitimização e mais grave, uma vez mais não falando verdade.

A referida nota de imprensa refere-se ao PSD, como e cito "tudo tem feito para impedir o esclarecimento da verdade". Ora, incorre o PS de Tondela e uma vez mais num discurso que não corresponde de todo à verdade e que veementemente repudiamos.

A postura do PSD nesta matéria sempre foi e será de defesa intransigente dos interesses do concelho e naturalmente dos seus munícipes. Procuramos ser responsáveis e coerentes no pensamento e sobretudo nas atitudes. E nesse espirito fomos o único partido que apresentou a esta Assembleia, sobre a questão das águas, designadamente a repercussão nas famílias mais desfavorecidas, uma moção séria e com vincado cunho de preocupação social.

Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

E uma vez mais o PSD vem e numa séria e honesta pretensão de esclarecimento da verdade, propor a esta Assembleia que a Digníssima Mesa, na pessoa do seu presidente oficie:

1º Junto do TAF de Viseu e do TAF de Coimbra no sentido de ser remetida a esta Assembleia, informação sobre o estado dos processos intentados junto daqueles órgãos jurisdicionais pelo MUAP;

2ºQue no maior respeito pelo principio da independência daqueles Tribunais e não querendo de todo esta Assembleia imiscuir-se no natural curso dos prazos processuais, solicitar que a decisão a proferir, o seja no mais curto espaço de tempo possível.

Tondela, 17 de Novembro de 2014

Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

Anexo 3

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Engº Carlos Cunha

Restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José António

Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Comunicação Social

Parece-me pertinente, e fruto de desenvolvimentos recentes, começar a minha intervenção por uma palavra de apreço ao Dr. Miguel Macedo, que ao demitir-se das suas funções por entender que tinha a sua autoridade diminuída, revelou uma enorme dignidade e um profundo respeito pelo exercício da atividade politica, trata-se de um ato nobre, que traz elevação a todos os que exercitam cargos públicos.

Finda esta consideração inicial, e focalizando no Orçamento de Estado para 2015, é óbvio que eu e o meu parceiro de coligação, o Engº Dinis, com certeza que gostaríamos de vir aqui apresentar as linhas orientadoras de um documento que trouxesse uma enorme descida de impostos e se possível ganhos de poder de compra que aumentassem exponencialmente o consumo das famílias.

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Mas o Partido Social Democrata não tem por princípio o eleitoralismo irresponsável e o facilitismo de empurrar os problemas para as gerações seguintes.

Exercer atividade política é tomar opções responsáveis, é resolver os problemas das pessoas, ainda que a sua resolução implique medidas menos populares.

E o exercício orçamental para o próximo ano é exatamente isso, é rigor, é realismo, é preocupação com os mais desfavorecidos, mas nunca descurando que o país esteve sobre um programa de assistência financeira negociado e assinado pelo anterior governo que teve que ser cumprido, e que necessita de ser consolidado.

Questionam os senhores deputados o porquê de falar neste fórum do orçamento de estado? É que tudo o que diz respeito à vida das pessoas tem que ser discutido nesta assembleia, e este documento tem implicações diretas no quotidiano de todos os cidadãos.

Há a tentação daqueles que se dizem donos, pais, filhos do estado social, de acusar o atual primeiro-ministro de neoliberalismo e insensibilidade social, mas trata-se de propaganda demagógica, porque foram esses que acusam o governo, que congelaram as

pensões mais baixas há uns anos atrás; aquele que, ao que tudo indica terá ressuscitado há pouco tempo, José Sócrates de cognome "o solidário endividado".

São inúmeras as medidas que podia enumerar aqui, mas vou centralizar-me naquelas que efetivamente têm impacto naqueles que mais precisam.

Falo do IRS que prevê um quociente familiar, favorecendo as famílias que têm mais filhos ou que porventura têm idosos a seu cargo, e eu questiono, isto não é preocupação social?

Aumentar mais uma vez as pensões mais baixas, dar às pessoas mais idosas, com pensões mínimas, um aumento real de rendimento mesmo ao longo de um ciclo de austeridade, não é ter sensibilidade por quem menos tem?

Alargar a base de 60 000 famílias para 500 mil que podem usufruir da tarifa social de eletricidade é neoliberalismo?

Então e o passe social que só existia nos grandes centros urbanos e que agora se estenderá a todo o país não é coesão social? ou os menos favorecidos de Lisboa e Porto são diferentes dos residentes em territórios de baixa densidade? Na cabeça de alguns, talvez um idoso ou um jovem de Silvares não seja tão desfavorecido como um da Amadora ou de Chelas...

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

E a manutenção da cláusula de salvaguarda do IMI e o alargamento da isenção a mais 50 000 famílias não é Estado Social?

E o fim da sobretaxa sobre os rendimentos mais baixos e a reforma do IRC que baixa o imposto sobre as empresas, e que o Partido Socialista rasgou, não é recuperação de rendimento e aposta na competitividade?

Caros deputados,

Todos os exemplos que referi são apoio a quem menos tem, são medidas que têm um impacto direto e positivo na vida das pessoas.

Fácil seria vir aqui anunciar o fim da austeridade, ou fazer um Orçamento à imagem de um que foi entregue 10 dias depois, gozando de ilegalidade, e que propõe taxas e taxinhas, que resolve tributar o turismo, que aumenta receita a qualquer custo, nem que seja por via de endividamento, apenas para aumentar os níveis de despesa e manter o equilíbrio sempre por cima, naquela lógica do quem vier que feche a porta.

Pese embora o atual candidato a primeiro-ministro socialista tenha elaborado um orçamento irreal para a Câmara que preside em part-time, relativamente ao país, e passada aquela fase cuja

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

expressão não convém utilizar, mas que acontece por norma logo de manhãzinha, o líder António Costa já não tem data para o fim da austeridade, já não se compromete com a reposição integral dos salários na função pública de imediato e reestruturação da divida é uma palavra que só sussurra, pois do dizer ao fazer vai uma grande distância.

Não podemos perder a esperança, porque o candidato a primeiro-ministro clone já mobilizou o filósofo grego e toda a sua equipa de assessores para preparar um orçamento para 2016 à imagem de Lisboa, com muita despesa e receitas que descobrirá em alguma PPP ou outra figura que inventará, procurando aquele equilíbrio sempre por cima, mas esqueceu-se apenas de um pormenor, é que para ganhar eleições terá que dizer de forma clara o que quer ão que vem!

Vera Machado

Deputada Municipal

Anexo 4

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Sr. Presidente da AM Tondela

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Caros Deputados

Celebrou-se recentemente, o 35º aniversário do Serviço Nacional de Saúde (SNS), instituído pela Lei nº 56/79, de 15 de Setembro e que permitiu a criação de uma rede de órgãos e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a TODA a população, através da qual o Estado SALVAGUARDA o direito à proteção da saúde. 35 anos passados e num clima de crise que aparenta não ter fim, em que a palavra de ordem é *"cortar"*, é altura de fazer um balanço e de traçar perspectivas de futuro. Para tal, importa analisar alguns dados objectivos:

Ao contrário do é afirmado por quem nos governa, Portugal não gasta muito com a saúde ou com o SNS. Em 2011, a despesa com a saúde (por habitante) correspondia, apenas, a 78% da média dos países da OCDE (e apenas 61% era despesa pública) e os EUA, onde a realidade é diferente da nossa e a saúde é privatizada, gastam 3,2 vezes mais, por habitante, que Portugal.

Desde 2009, temos vindo a assistir ao estrangulamento financeiro do SNS, muito provavelmente, com o firme e intencional propósito de o desmantelar e arruinar, porque, sem recursos não é possível prestar cuidados de saúde de qualidade e adequados às necessidades da população. Outra questão relevante prende-se com a falta de investimento na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a qual temos acesso aqui em Tondela, no Hospital Cândido Figueiredo . Infelizmente, Portugal continua a ser um dos países (penúltimo) da OCDE em que os custos com cuidados continuados e paliativos são mais baixos. Este desinvestimento é contraditório, visto vivermos num país

cada vez mais envelhecido e em que segundo os últimos Censos, tem cerca de 19% da população com mais de 65 ou mais anos de idade e onde as previsões apontam para que em 2050, seja o quarto país da UE com **maior percentagem de idosos.**

Mas este cortes não se aplicam só ao Ministério da Saúde ou ao SNS, e nada mais a propósito que o surto de *legionella* que afectou a região de Vila Franca de Xira durante este mês de Novembro. Sete mortos confirmados e mais de 300 casos detetados, principalmente afetando idosos e pessoas com historial de doença respiratória. A atual falta de monitorização e de ações de inspeção e fiscalização por parte do Estado à indústria e que é por decisão do atual Ministro do Ambiente, uma responsabilidade primariamente das empresas. Segundo vários especialistas na matéria, que se pronunciaram acerca deste caso, a ocorrência de um surto deste tipo "significa que, no mínimo se devia ter acautelado melhor a monitorização das fontes possíveis" de contaminação e "isso obviamente não foi feito pelas autoridades competentes, indepentemente de se estar a cumprir a lei ou não".

Todos nós sabemos que em Portugal há falta de uma cultura de prevenção em muitas áreas, temos seguido a filosofia de casa roubada, trancas à porta... E aqui aponto as responsabilidades a ambas as partes, ou seja, às empresas e ao Estado. Seis anos após a entrada em vigor da Lei sobre Responsabilidade Ambiental, o Governo ainda não fixou em portaria os limites mínimos para os montantes das garantias financeiras que os operadores têm de mobilizar para fazer face a eventuais acidentes, e também por não ter definido, ainda, as linhas de orientação quanto à constituição dessas mesmas garantias.

O papel do Estado deveria ser acautelar na melhor medida possível os interesses dos portugueses, desempenhando um papel regulador e fiscalizador pois afinal somos todos nós, os contribuintes deste país que carregamos com o peso nos nossos bolsos de salvar este país da bancarrota.

A deputada

Marta Marque

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores membros da assembleia municipal
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores,

Aproximamo-nos do final de mais um ano, duríssimo para os portugueses; mas, apesar de todos os passes de mágica, o tempo que nos espera, será ainda mais difícil.
Discute-se, no Parlamento, o Orçamento para 2015, que nos querem impingir como se tratasse, finalmente, de uma viragem nas austeras políticas do Governo, apontado, dizem, para o crescimento da economia!
Já nos orçamentos para 2012, 2013 e 2014, nos quiseram iludir com semelhante argumentação! Foram apenas mentiras!

A única, mas pequena, virtude da proposta de Orçamento para 2015 é consequência da condenação do governo, pelo Tribunal Constitucional, dos atropelos que fez à nossa lei fundamental. Vão ter de repor, embora muito devagarinho, aquilo que roubaram!

De resto, construído com base num crescimento, que não convence nem o Banco de Portugal, nem a troika, e muito menos os portugueses, este orçamento vem penalizar ainda mais quem trabalha, mas garantindo, mais uma vez, um faustoso banquete para aqueles que sempre estiveram acima das consequências da crise e que até lucraram, e continuaram a lucrar, com ela. Enquanto se diminui a taxa de IRC, que favorece essencialmente os tubarões, os portugueses vêm-se brindados com mais um imoral aumento da sua, já pesadíssima, carga fiscal.

Desde a manutenção da criminosa sobretaxa de IRS, até à teoria da conspiração dos sacos de plástico, o governo tudo faz para, enquanto puder, mas sentindo-se já em fase de agonia, sugar o pouco que ainda resta do sangue dos contribuintes portugueses.

Enquanto isso, mascarados de uma espécie de "*stand up comedians*", (criaturas que dizem umas asneirolas e que fazem rir gente vulgar!), alguns ministros divertem-se com as misérias que eles próprios espalharam, de norte

a sul do país, fazendo dos portugueses "descartáveis figurantes" das suas imorais orgias de poder!

Primeiro, foi o ministro do ambiente, Jorge Moreira da Silva, que se mascarou de militante ambiental, tentando, em vão, explicar que a temperatura global está a subir por causa das embalagens dos supermercados, enquanto nunca moveu um dedo sequer para resolver os verdadeiros problemas do ambiente que estão na origem da destruição da nossa costa marítima.
Mas também não explicou se os dez cêntimos se vão aplicar aos sacos plásticos em geral, ou se deles ficam isentos aqueles saquinhos, com fecho *zip,* que são usados para levar as moedas e as notas com destino aos paraísos fiscais! Tal como não explicou, qual a razão de aplicar mais um estúpido imposto, além de tantos outros, que recaem sobre os preços do gasóleo e da gasolina, como se os cidadãos tivessem o prazer de andar a tramar a camada de ozono cada vez que ligam a ignição da sua viatura! Chamou, a mais este roubo, ***fiscalidade verde***, mas aquilo não passa de mais uma aldrabice, e que vai custar, aos contribuintes, cerca de 150 milhões de euros. Enfim, vivemos num país em que um cidadão pode ir preso por roubar um pão para matar a fome a um filho. Mas, neste mesmo país, em que se roubam tantos milhões, os ladrões de colarinho engomado, tratados acima da Lei, continuam por aí, de cabeça tão erguida, que fazem corar de vergonha qualquer avestruz que se preze e que, por muito menos, enterra a cabeça na areia!

Mas como um comediante nunca vem só, sucessor do quase saudoso Álvaro dos Santos Pereira, e atual ministro da economia, António Pires de Lima, encharcado de ironia ou de outra coisa qualquer (vá-se lá saber de quê), perdeu completamente a noção do ridículo e, pasme-se, cometeu, em plena Assembleia da República, uma espécie de haraquíri político; mas, em vez do punhal ...a arma era, afinal, uma rolha de cortiça! Não teve a dignidade de outros políticos de outrora que, por muito menos, mas sóbrios, se demitiram!

A par destes degradantes espectáculos, e confrontada, na comissão parlamentar do orçamento, finanças e administração pública, a senhora ministra da justiça não teve, como lhe é exigido, a dignidade de assumir as consequências dos seus disparates, nem mesmo depois do seu tentado assassinato de caráter exercido sobre dois funcionários, acusando-os publicamente (eu vi e ouvi) de boicote à sua miserável reforma judiciária e que, afinal, estavam inocentes! Que vergonha, senhora ministra!

Afinal, onde está a moralidade deste governo? Não basta que se demita a senhora da limpeza, não basta que se demita o porteiro, não basta que se demita o motorista, tal como não basta que se demita o secretário de estado do ensino básico e secundário, João Grancho, que acabou por ser o bode expiatório de Nuno Crato! E é este mesmo ministro que permite um Orçamento que vai roubar à Educação, em 2015, mais de 700 milhões de euros!
Um país que desinveste na formação, no conhecimento e na ciência é um país sem futuro! Estão a conduzir-nos para um país sem futuro!

Enquanto isto, o ministro da solidariedade, emprego e segurança social, Pedro Mota Soares, solta falsas contas do desemprego, onde não estão contabilizados os desempregados ocupados no CEI (trabalho socialmente necessário): (+ de 30 mil), os ocupados em Formação Profissional: (+ de 70 mil), os ocupados em Formação Profissional externa ao IEFP: (+ de 21 mil), e os ocupados em Estágios Profissionais: (+ de 39 mil), num total de mais de 161 mil portugueses, e onde não foram contabilizados cerca de 300 mil que, a convite do Primeiro-ministro, durante os últimos 3 anos, abandonaram o país!
Esta é a pesada herança que este governo vai deixar ao nosso país - a cruel realidade dos números fala por si! Contando com aqueles que foram apagados das estatísticas, como se já não fizessem parte do número de vivos, temos cerca 1,2 milhões de pessoas sem trabalho! Enquanto isso, o Orçamento para 2015 reserva-lhes um corte de 300 milhões de euros nas suas prestações sociais!

Por estas, mas também por outras, é que, para este governo, a imoralidade não tem limites!
Atentemos, por fim, neste (passo a citar) :

Despacho n.º 13477/2014

1. Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 18.º dos Estatutos constantes do anexo do Decreto-Lei n.º 183/2008, de 4 de setembro, retificado pelo Decreto-Lei n.º 12/2009, de 12 de janeiro, nomeio, presidente do conselho consultivo da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., o Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
2. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

20 de outubro de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo.*

Todos lhe reconhecemos as suas capacidades na economia, na educação, na justiça, na segurança social, na agricultura, nas pescas, na hotelaria e restauração, na polícia, no futebol, na armada, no exército, na aviação civil e militar, na rádio e tv, na saúde, nas energias renováveis... em tudo! Um grande homem que, com todas estas virtudes, seria capaz de fazer, sozinho, o trabalho de um país inteiro! Só que, à semelhança de tantas e tamanhas escolhas deste governo, é caso para dizer: *"cada tiro, cada melro"!*

Não pretendemos fazer qualquer juízo de valor acerca da eventual participação, deste ex-presidente do atual partido da maioria, no escândalo relacionado com os vistos dourados! Segundo ele disse, limitou-se a ficar à porta da vinha!

Até que, finalmente, alguém neste governo com um pingo de dignidade: Miguel Macedo caiu! Aplaudimos a sua atitude, que fez corar de vergonha outros membros do governo que, tal como lapas, agarrados ao poder, não têm um vergonha nehuma!

Entretanto, chegou a hora do ajuste de contas dentro da coligação: no final da passada semana, Passos Coelho apresentou, ao líder do partido menor, a

fatura da sua intentona de julho do ano passado. De irredutível e inegociável demissionário dos negócios estrangeiros, a Vice-Primeiro-ministro, Paulo Portas, vai ter muita coisa para explicar acerca da paternidade dos vistos dourados! Esperamos que nem os viciados relatórios das comissões parlamentares o salvem! A não ser que Poiares Maduro, faça vingar a sua tese de que *"o caso dos vistos gold diz respeito à justiça e não à política"!* Ora bem, está tudo dito! É o "salve-se quem puder" neste governo sem rumo! O que era uma maravilhosa invenção deste governo, passa, de repente, a uma espécie de filho bastardo!

E enquanto o país é arrasado por tantos escândalos, o presidente da República, na continuação da vergonhosa linha de silêncio a que já nos habituou, permanece mudo e continua calado!

Enquanto tondelenses, mas porque somos portugueses, temos o direito de dizer:

Senhores governantes, façam o favor de sair. A porta está escancarada.

Aproveite a companhia, senhor presidente da República, sempre poupa no combustível.

O vosso prazo de validade acabou!

Assembleia Municipal de Tondela, 17 de novembro de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista

REQUERIMENTO

EM VIRTUDE DE TER SIDO APRESENTADA E ACEITE NO PERÍODO "ANTES DA ORDEM DO DIA" E QUE PRETENDE SER DEBATIDA, REQUEREMOS QUE SEJA DADA OPORTUNIDADE PARA A SUA DISCUSSÃO QUE QUE ESTA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO SEJA EFETUADA NO PONTO "OUTROS ASSUNTOS".

PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PS

2014.11.17

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

DECLARAÇÃO DE VOTO

O regimento da assembleia municipal de Tondela refere no seu

Artigo 26.º

(Período de antes da "ordem do dia")

1. Na primeira reunião de cada sessão ordinária é fixado um período antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, designadamente:
   a) À leitura pela mesa de expediente geral;
   b) À emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar propostos pela mesa ou por algum membro da assembleia;
   c) À exposição oral pelos membros da assembleia de assuntos de interesse municipal relevantes que não tenham propriamente por objeto imediato o exercício das competências da assembleia;

Na sessão de 17 de novembro, tanto o PSD como a CDU apresentaram moções que devem ser discutidas.

Os grupos parlamentares preparam as suas intervenções políticas, em função do tempo a que têm direito e não para ser utilizado em discussão de assuntos que nem sequer estavam agendados, como foi o caso, referindo-nos ao contido nestas duas moções. É certo que em todas as reuniões ordinárias há um ponto "outros assuntos" em que estas questões podem ser enquadradas.

Mediante a apresentação das referidas moções, o PS requereu à mesa da assembleia, que por sua vez colocou à apreciação dos presentes, um Requerimento para que estas moções fossem discutidas no último ponto de a Ordem de trabalhos, ou que fosse dada a possibilidade de debater as moções, apesar do tempo de que dispomos já ter sido gasto, conforme planeado, em intervenções de carácter político, em conformidade com aquele período.

O PS, como lhe era exigido, votou a favor do requerimento que fez, embora, lamentavelmente, e numa atitude que consideramos de antidemocrática, o PSD

impediu o debate; enquanto o CDS, a quem agradecemos, nos facultou parte do seu tempo, embora insuficiente para debater tão importantes assuntos.

Serve esta declaração de voto para que, perante a mesa da AMT, fique claro que a posição do PS era justa, ao requerer que os documentos fossem remetidos para o período da Ordem do Dia, e em conformidade com o artigo do regimento que, no início, trasncrevemos

O grupo parlamentar do PS

Anexo 1

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

DECLARAÇÃO DE VOTO

A moção apresentada pela CDU, em nosso entender, é simplesmente uma recomendação para que o município de Tondela não embarque em situações que se podem tornar gravosas no futuro.

Já nos basta o que assistimos, tempos atrás, sobre os escândalos dos colégios privados!

A educação é um direito consagrado na nossa Constituição da República e não pode o Estado imiscuir-se desse dever.

Além disso, aquilo que nos parece ser uma espécie de "municipalização do ensino" não nos garante a igualdade de acesso nem a igualdade de critérios, que se desejam universais.

Mais vale prevenir do que remediar e o acesso ao Ensino deve ser Universal e os concursos de professores têm de ser transparentes e não se assistirmos a vergonhas com as que aconteceram no último período da colocação de professores.

Por isso, o PS votou favoravelmente esta moção.

O grupo parlamentar do PS

Anexo 9

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

DECLARAÇÃO DE VOTO

A moção apresentada pelo PSD não é mais que um embuste para encobrir o que tem sido a sua postura face ao assunto em questão.

Embora concordando com os propósitos da Moção, não nos revemos, de forma alguma sobre os considerandos, que não passam afinal, de uma provocação ao Partido socialista.

Por isso, o PS se absteve na votação.

O grupo parlamentar do PS

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Proposta

A

Anexo I - 90

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

O PSD vem pelo presente indicar como representante dos presidentes das uniões/juntas de freguesia para a Assembleia Distrital de Viseu:

-Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Gonta, **Luís Fernando do Vale Pereira.**

Tondela, 17 de Novembro de 2014

Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

B

Proposta

Anexo 14

PROPOSTA PS

ANTÓNIO SÉRGIO GONÇALVES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAR DE BESTEIROS E MOSTEIRO DE FRÁGUAS.

Pel'o G.P. PS.

2014.11.17

Anexo 12

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 27 de setembro a 14 de novembro 2014)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 29 de setembro, realizaram-se diversas reuniões, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis de empresas: UBC; Bodum; Civibérica; EnergieKontor;

- com os Presidentes de Junta / Uniões de Freguesia de Mouraz / Vila Nova da Rainha, Molelos, Barreiro de Besteiros / Tourigo;

- com o Sr. Prof. Correia de Oliveira, no âmbito da proposta de projeto relacionado com o "Orçamento Participativo";

- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;

- Assembleia Geral da ADICES;

- Visita de trabalho ao Centro Escolar de Campo de Besteiros;

- Visita de trabalho às obras de requalificação da ER 230;

- Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (3 reuniões);

- Visita de trabalho ao complexo desportivo do Vale da Pata, em Molelos;

- Presença na Feira da Maça Bravo Esmolfe, a convite do presidente do Município de Penalva do Castelo;

- Sessão "Organização Territorial do Estado" na Associação Nacional de Municípios Portugueses;

- Reunião com a associação de Freguesias do Caramulo;

- Visita de trabalho a projetos de desenvolvimento no Fundão;

- Reunião com responsáveis do POVT;

- Conferência de imprensa e assinatura de protocolo com o GIPS no âmbito do projeto piloto de fiscalização e sensibilização para a defesa de floresta;

- com Presidentes da Câmara da área de influência da ADICES;

- com responsáveis da ACERT;

- Reunião com responsáveis da CCDRC;

- na Associação Nacional de Municípios Portugueses (3 reuniões);

- com responsáveis da empresa Cespa/Ferrovial e da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;

- do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (2 reuniões);

- Visita de trabalho à freguesia de Canas de Santa Maria, Campo de Besteiros, Lajeosa do Dão, Castelões;

- com responsáveis do CEIS Caramulo;

- com responsáveis da empresa Fresenius Kabi e com o Sr. Diretor Regional da Segurança Social de Viseu;

- com representantes dos partidos no quadro do estatuto de oposição e dando cumprimento à Lei 24/98 de 26 de maio, para apresentação das linhas estruturais do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2015;

- da Assembleia Distrital de Viseu;

- com responsáveis dos Serviços de Finanças de Tondela;

- com a Drª Isabel Damasceno na CCDRC;

- com uma equipa multiministerial do Ministério da Educação e Ciência / Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, para avaliação dos quadros de modelo de contratos interadministrativos;

- com responsáveis do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo e Associação de Pais do mesmo agrupamento;

- sessão sobre o Programa de Desenvolvimento Rural, em conjunto com a ADICES e Confagri;

- com os diretores dos dois Agrupamentos de Escolas de Tondela;

- Visita de trabalho às obras do Mercado Velho com elementos dos órgãos de comunicação social local;

- com Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia para apresentação das linhas estruturais do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2015.

- **Novo quadro de apoios comunitários**

A Estratégia EUROPA 2020 procura congregar todos os Estados Membros da União Europeia, e as suas Regiões, ao longo da próxima década, em torno de uma **trajetória de crescimento** assente nas seguintes **prioridades** comuns e partilhadas:

(a) o conhecimento e a inovação, para que o crescimento seja **Inteligente**;

(b) uma economia de baixo carbono em termos de recursos e competitiva, para que o crescimento seja **Sustentável**;

(c) uma economia com altas taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial, o aumento das qualificações, e a luta contra a pobreza, para que o crescimento seja **Inclusivo**.

Estas prioridades traduzem-se em **cinco metas**, incluindo no caso de Portugal os valores que constam do PNR - Plano Nacional de Reformas (entre parênteses apresentam-se os resultados a alcançar por Portugal até 2020):

1. **Empregabilidade**: 75% da população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada (75%);

2. **Intensidade em Investigação e Desenvolvimento** (I&D): 3% do PIB da UE deve ser investido em despesas de I&D (2,7% a 3,3%);

3. **Nível de educação**: a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da população dos 30 aos 34 anos deve ter formação superior concluída (10% e 40%, respetivamente);

4. **Inclusão social**: 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza e de exclusão (200.000);

5. **Clima e energia**: cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia "20/20/20", com o consequente aumento da eficiência energética em 20%, redução das emissões de gases com efeito estufa em 20%, face aos níveis de 1990 (30% se as condições o permitirem), e aumento para 20% da presença de energias renováveis no consumo final (redução do efeito de estufa em 1%; 31% de energias renováveis; aumento da eficiência energética em 20%).

Prioridades Nucleares

- **Sustentar e reforçar a criação de valor**, através de uma nova dinâmica produtiva e empreendedora;
- **Estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão,** indutora da inovação, do crescimento e da competitividade, capaz de articular e valorizar a sua diferenciação e especialização;
- **Afirmar um tecido económico industrializado e exportador**, assente numa competitividade produtiva direcionada para os mercados internacionais e na substituição de importações por produtos nacionais;
- **Reforçar a coesão territorial**, através de uma redução das disparidades e das assimetrias territoriais existentes, combinando os vetores de coesão económica e social com a coesão territorial e o equilíbrio ambiental;
- **Gerar, captar e reter talento qualificado e inovador**, apostando na capacidade de educar os jovens, na existência de condições para promover a sua fixação e na captação de talento exterior;
- **Dar vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes**, por via da promoção de atividades que lhes confiram maior utilização, suprindo carências das populações e promovendo o emprego, nomeadamente através de processos de refuncionalização;
- **Consolidar a capacitação institucional**, melhorando o desempenho das organizações na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, através da qualificação dos seus recursos humanos, da utilização de novos métodos de trabalho e do funcionamento em rede, baseado em verdadeiras parcerias.

Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

Eixos prioritários

Eixo 1: Investigação, desenvolvimento e inovação (**IDEIAS**)

Eixo 2: Competitividade e internacionalização da economia regional (**COMPETIR**)

Eixo 3: Desenvolver o potencial humano (**APRENDER**)

Eixo 4: Promover e dinamizar a empregabilidade (**EMPREGAR E CONVERGIR**)

Eixo 5: Fortalecer a coesão social e territorial (**APROXIMAR E CONVERGIR**)

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (**SUSTENTAR**)

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (**CONSERVAR**)

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (**CAPACITAR**)

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (**CIDADES**)

Eixo 10: Assistência técnica

Assim, neste quadro, os novos fundos comunitários estarão mais vocacionados para o apoio à atividade económica e às empresas, bem como para iniciativas locais de emprego, que apostem nos recursos endógenos, em particular na produção de produtos que tenham por base a valorização de recursos do território, pelo que teremos de **alterar paradigmas e expetativas** relativamente aos modelos de investimento para o futuro.

- Programa "Aproximar" - Programa de Descentralização de Políticas Públicas

Os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões fazem parte **do projeto piloto** que irá implementar o programa Aproximar que prevê a instalação de **uma Loja do Cidadão por Município (em modelo próprio, ajustado à realidade local), bem como a criação do Espaço do Cidadão** nas Freguesias que dispõem de recursos humanos permanentes, ou que estão mais distantes da sede do concelho.

Este programa não prevê o fecho de serviços, mas apenas a sua reorganização, para além de passar a disponibilizar serviços adicionais de atendimento, que até agora são inexistentes, e que respondem ao perfil do Município e das necessidades da sua população.

Estão já a decorrer ações de formação com os colaboradores que trabalham nos serviços, pelo que brevemente estarão disponíveis as novas funcionalidades e serviços.

Este programa contempla também a implementação de soluções de mobilidade, nomeadamente o projeto "Portugal Porta a Porta".

- Projeto piloto do GIPS para fiscalização de rearborizações e faixas de proteção a aglomerados urbanos

Implementação de projeto piloto para a operacionalização de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, previsto no DL 124/06 de 28 de junho, com a última redação dada pelo DL 83/2014 de 23 de maio, em conjunto com o Município de Tondela, projeto que teve a sua apresentação pública na conferência de imprensa realizada no passado dia 20 de outubro, com a assinatura do respetivo protocolo.

Este projeto tem como objetivo a realização de ações de sensibilização em conjunto com o GIPS, os serviços do Município e Juntas de Freguesia, junto da população de modo a promover a limpeza de terrenos localizados nas faixas de proteção aos aglomerados populacionais, divulgando e sensibilizando a população para a prevenção dos incêndios florestais.

Em termos operacionais já decorreram ações de informação junto da população nas Freguesias de Castelões e na União de Freguesias de Barreiro de Besteiros / Tourigo, sobre os locais onde se localizam as faixas de proteção.

Neste momento, a equipa do GIPS já está no terreno, na Freguesia de Castelões, a contactar os proprietários dos terrenos inseridos nas faixas de proteção, identificando os proprietários das parcelas de terreno em infração, para realização de cadastro e eventual notificação de infratores.

Anexo 13

Informação sobre a Situação Financeira do Município

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresenta-se de seguida a informação relativa à situação financeira do Município de Tondela, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 a 07 de novembro de 2014.

1 - RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2014 a 07-11-2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (85,21%)
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%	(4) = (3)-85,21%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.595.501,00	3.908.812,35	85,06%	-0,15%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	113.841,00	67.829,33	59,58%	-25,62%
04	TAXAS, MULTAS E O. PENALIDADES	279.186,00	154.959,34	55,50%	-29,70%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	43.661,00	21.552,41	49,36%	-35,84%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.939.126,00	9.579.576,48	80,24%	-4,97%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	417.385,00	317.435,38	76,05%	-9,15%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.064,00	54.430,69	104,55%	19,34%
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	43.659,00	297,20	0,68%	-84,52%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.659.647,00	2.830.503,15	31,95%	-53,26%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	6.313,00	28.318,77	448,58%	363,37%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	40.459,00	36.250,12	89,60%	4,39%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.381.324,13	1.381.324,13	100,00%	n.a.
TOTAL		**27.772.166,13**	**18.381.289,35**	**66,19%**	**-19,02%**

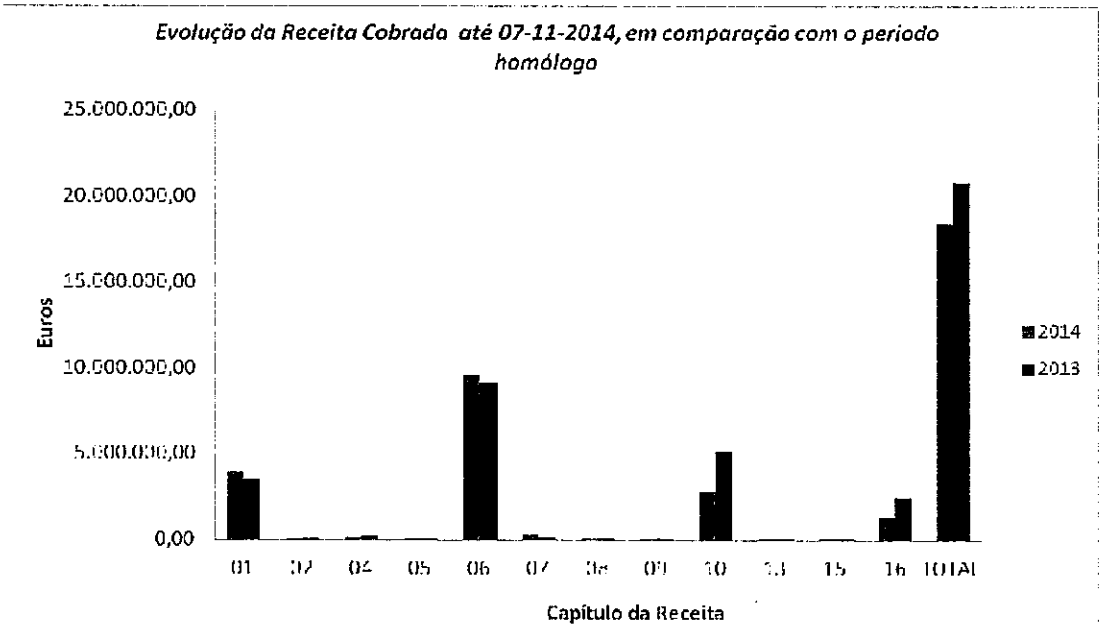
Através do quadro síntese da execução orçamental da receita conclui-se que o Município de Tondela, no período em análise, regista uma taxa de execução da receita de 66,19%. Assim, face ao grau de execução padrão esperado (85,21%), verifica-se um desvio negativo de 19,02%.

Em termos de valores absolutos, a execução global da receita atingiu cerca de 18,3 milhões de euros.

1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA COBRADA

Observando o gráfico abaixo, podemos concluir que, globalmente, até ao dia 07 de novembro de 2014, a arrecadação efetiva da receita é inferior à registada em 2013.

Contudo, a contrariar esta análise global, e ainda, quando comparado com o período homólogo, verifica-se um aumento na arrecadação de impostos, bem como, nas transferências correntes.



2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da despesa que se apresenta verificamos que, no período em análise, o Município de Tondela apresenta um grau de execução de 56,83%, registando, assim, um desvio negativo de 28,37%.

Período 01-01-2014 a 07-11-2014

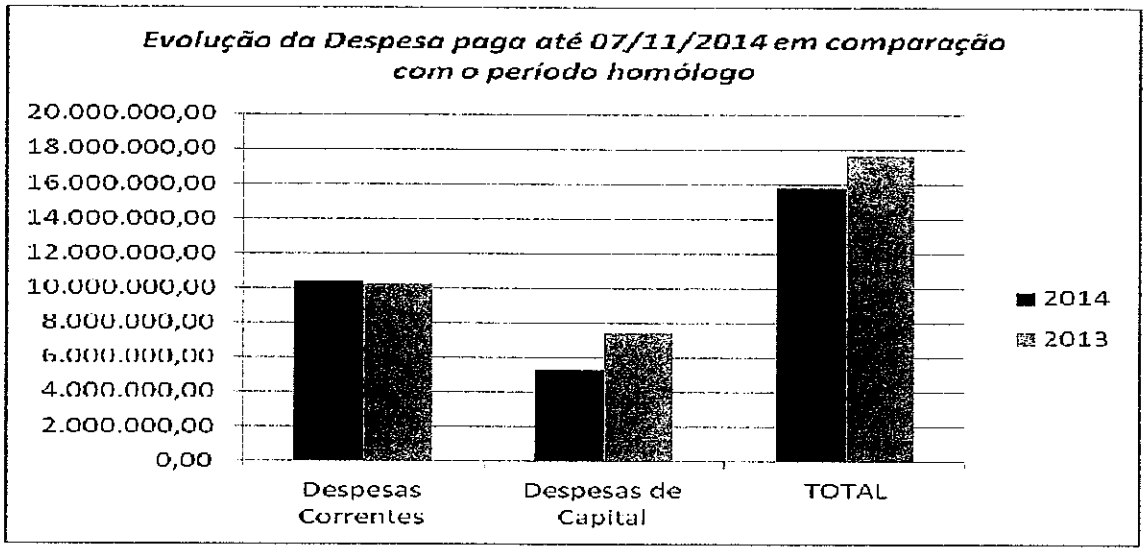
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (85,21%)
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%	(4) = (3)-85,21%
01	Despesas com Pessoal	4.946.233,56	3.934.492,45	79,51%	-5,69%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.532.261,44	3.938.951,79	60,30%	-24,91%
03	Juros Outros Encargos	74.929,00	63.253,06	84,42%	-0,79%
04	Transferências Correntes	3.043.409,00	2.216.657,03	72,83%	-12,37%
06	Outras Despesas Correntes	336.465,00	280.761,47	83,44%	-1,76%
07	Aquisição de Bens de Capital	10.283.540,13	3.660.741,73	35,60%	-49,61%
08	Transferências de Capital	873.205,00	421.469,92	48,27%	-36,94%
09	Activos Financeiros	-	-	-	-
10	Passivos Financeiros	1.570.123,00	1.182.477,37	75,31%	-9,89%
11	Outras Despesas de Capital	110.100,00	85.013,46	-	-
TOTAL		**27.772.266,13**	**15.783.818,28**	**56,83%**	**-28,37%**

A execução da despesa atingiu no final do período em análise um total de aproximadamente 15,8 milhões de euros, sendo que o agrupamento de despesa que mais se destacou, em termos de valores absolutos, foi a Aquisição de bens e serviços correntes, com um total de despesa paga a rondar os 3,9 milhões de euros.

As Aquisições de bens de capital, com um total de despesa paga na ordem dos 3,6 milhões de euros, apresentam-se como o agrupamento de despesa com o desvio negativo mais significativo, dado que, se mantém o abrandamento na execução física de algumas obras, já referido nas análises anteriores.

2.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA

Através do gráfico que se apresenta, é possível verificar que as despesas correntes não tiveram uma oscilação significativa face ao período homólogo, enquanto as despesas de capital sofreram uma diminuição. Concluindo, e globalmente, a despesa paga pelo Município diminuiu cerca de 1,8 milhões de euros, quando comparada com o período homólogo. Embora a evolução seja positiva face à análise de 22/09/2014 em que a diminuição se cifrava em 2,2 milhões de euros.



2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

No que respeita à execução dos compromissos verifica-se que no final do período em análise o Município já comprometeu cerca de 85,56% da dotação corrigida do seu orçamento.

Período 01-01-2014 a 07-11-2014

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS DO EXERCÍCIO	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		**14.935.298,00**	**13.570.552,82**	**90,86%**
01	Despesas com Pessoal	4.948.233,56	4.846.010,45	97,93%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.532.261,44	5.389.132,63	82,50%
03	Juros Outros Encargos	74.929,00	67.887,79	90,60%
04	Transferências Correntes	3.043.409,00	2.961.405,33	97,31%
06	Outras Despesas Correntes	336.465,00	306.116,62	90,98%
Despesas de Capital		**12.836.968,13**	**10.192.281,88**	**79,40%**
07	Aquisição de Bens de Capital	10.283.540,13	7.913.962,06	76,96%
08	Transferências de Capital	873.205,00	756.200,19	86,60%
09	Activos Financeiros	-	-	-
10	Passivos Financeiros	1.570.123,00	1.437.106,17	91,53%
11	Outras Despesas de Capital	110.100,00	85.013,46	-
TOTAL		**27.772.266,13**	**23.762.834,70**	**85,56%**

Verifica-se, ainda, que no total dos compromissos assumidos são as despesas correntes que assumem o maior peso, cerca de 57% do valor total comprometido até à data, contra os 43%

dos compromissos assumidos com despesas de capital, pese embora, a ligeira recuperação, de peso, em termos percentuais, das despesas de capital face à última análise de 22/09/2014.

Os graus de execução em todos os agrupamentos de despesa não registam grande oscilação desde a última análise efetuada, dado que, a política rigorosa de assunção de compromissos seguida no Município, com inscrição do valor integral de todos os compromissos assumidos, desde muito cedo, na execução orçamental, lhes conferiu graus de execução muito satisfatórios, a rondar os 90%.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a Assembleia Municipal aprovou, na reunião do dia 20 de dezembro de 2013, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, apresenta-se no quadro a seguir os compromissos plurianuais, desta natureza, assumidos desde o último reporte a 22-09-2014 até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 07/11/2014.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS EM 2014
(ao abrigo da autorização prévia genérica concedida em 20-12-2013 pela Assembleia Municipal)

Descrição sumária do compromisso plurianual	2014	2015	2016
Projetos constantes nas GOP			
Aquisição de serviçospara a realização de um estudo para a formulação de politicas municipaisde desenvolvimento económico, crescimento e emprego, apoiados na valorização dos recursos territoriais-RUCI	7.380,00	11.070,00	
Contrato de fornecimento de gasóleo de aquecimento para o ano letivo 2014/2015	4.715,00	9.430,00	
Protocolo de Colaboração com a ACERT para comparticipação da atividade - "Judas"	0,00	9.000,00	
Protocolo de Colaboração com a ACERT para comparticipação da atividade - "Tom de Festa"	0,00	22.000,00	
Protocolo de Colaboração com a ACERT para comparticipação da atividade - "Programação"	0,00	72.000,00	
Protocolo de Colaboração com a ACERT para comparticipação da atividade - "Finta"	0,00	11.000,00	
Total dos compromissos plurianuais por ano económico	**12.095,00**	**134.500,00**	**0,00**

3 – CONCLUSÃO

Em face do exposto, conclui-se que o Município, no período em análise, apresenta já taxas de execução da receita de 66,19% e da despesa de 56,83%. Valores estes que, demonstram uma evolução de, aproximadamente, de 6 e 3 pontos percentuais na execução da receita e da despesa, respetivamente, face à análise de 22/09/2014.

O Município continua a revelar uma enorme capacidade de gerar poupança corrente para financiar o seu investimento, visto que o valor da poupança corrente, mantém-se com tendência positiva neste período de análise.

	Execução Orçamental em 22-09-2014	Execução Orçamental em 07-11-2014
Receita Corrente	12.821.002,37	14.104.595,98
Receita de Capital e outras	3.770.360,05	4.276.693,37
TOTAL DA RECEITA	**16.591.362,42**	**18.381.289,35**
Despesas Correntes	9.802.349,05	10.434.115,80
Despesas de Capital	4.782.016,40	5.349.702,48
TOTAL DA DESPESA	**14.584.365,45**	**15.783.818,28**
Poupança corrente	*3.018.653,32*	*3.670.480,18*

Tondela, 07 de novembro de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela

(José António de Jesus)

Reitero os cumprimentos,

Neste período da Ordem do Dia, visto que o ponto seguinte balizará as grandes linhas politicas para o ano de 2015, parece-me pertinente refletirmos sobre o papel dos agentes culturais enquanto fomentadores de uma estratégia de desenvolvimento local, não focalizada nas grandes obras, mas sim nas pessoas e no seu potencial empreendedor.

A simbiose entre os diferentes elementos da comunidade, instituições públicas, associações, empresas, anónimos, e em particular para esta reflexão, os motores ligados à cultura, são o equilíbrio perfeito para a construção de um projeto de desenvolvimento, que ao invés do que encontramos na maioria dos casos, não é edificado de fora para dentro.

O espetáculo "A viagem do elefante", que percorreu diferentes concelhos da CIM, terminou no passado dia 27 de Setembro em Aguiar da Beira.

Caros Deputados,

Não tenhamos dúvidas que se tratou de um grande sucesso, não apenas pela qualidade dos protagonistas, mas por duas razões muito fortes e que fazem do nosso território uma marca regional, por um lado o caracter comunitário dos espetáculos, envolvendo cidadãos locais, tornando cada sessão única e enquadrada no meio envolvente; por outro o empreendedorismo diferenciador presente na estrutura do elefante, pois este animal de vime e ferro é fruto de uma estratégia e criatividade permanente.

Ainda neste setor, de salientar que começou o Festival Internacional de Teatro da ACERT na passada sexta-feira, e que desta vez será mais prolongado no tempo, durando até ao mês de Dezembro.

Este momento incluirá diferentes espetáculos, teatro dança, exposições, apresentação de livros, entre outros, procurando sempre atrair e construir algo de novo, que o distinga dos demais festivais.

Neste contexto, e visto que está vertido no ponto que se seguirá, e como muitos são os comentários depreciativos e muitas vezes desinformados sobre o projeto do antigo cinema, penso que será importante uma referência à reabilitação do Cinetejá.

O cinetejá está enquadrado no projeto da rede de economias criativas (REC), que envolve diferentes municípios parceiros e que, no meu ponto de vista, é apenas uma peça do puzzle que todos nós queremos construir e que representa os diferentes encaixes, diga-se, diferentes agentes do território, que através da potenciação das suas caraterísticas, criarão aquele que é o nosso modelo de desenvolvimento territorial.

Assim não se pretende que o Cinetejá seja exclusivamente um mero equipamento urbano regenerado, mas sim um espaço aberto à comunidade, e que de acordo com o eixo definido para Tondela, servirá para uma oficina de cenografia.

Esta grande oficina permitirá potenciar a economia local, através dos nossos recursos e coloca-los ao serviço da indústria criativa, de que é exemplo o elefante e todos os projetos que a ACERT tem desenvolvido neste âmbito.

O espaço não será no entanto exclusivo de alguém, e permitirá alojar e construir todos estes elementos diferenciadores e inovadores associados à criação, quer sejam individuais ou coletivos, potenciando inclusive a capacidade exportadora destes projetos únicos.

O Cinetejá será um captador de talentos e de criatividade, com um propósito que é comum a todos, diferenciar!!!

Anexo
15

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Pese embora algum clima de incerteza, designadamente no âmbito do futuro quadro comunitário, designadamente da sua regulamentação, é nossa convicção que o Orçamento trazido a esta casa não deixa de ser ambicioso em diversos domínios e procura responder às aspirações dos tondelenses. Destaco particularmente a aposta na educação e aqui particularizo a prevista requalificação da cobertura dos pavilhões da escola básica de Campo de Besteiros e os montantes que serão investidos no âmbito dos transportes escolares, refeições escolares e regime da fruta escolar e as AEC's.

Destaco ainda, o espirito arrojado e empreendedor do executivo camarário, pois pese embora alguma indefinição ainda existente no âmbito dos quadros comunitários, como supra referenciei, não deixa de continuar atento às necessidades das populações como é exemplo a prevista remodelação da rede de água e esgotos no Caramulo, com uma despesa prevista de € 1.250.000,00.

Este é pois um Orçamento que decididamente contribuirá para a consolidação do bem-estar na nossa região.

Tondela, 17 de Novembro de 2014

Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

Anexo 16

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

SOBRE O ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA DE TONDELA PARA 2015

Exmº Senhor Presidente

Dizer-lhe que da leitura que consegui fazer do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2015, estes documentos me pareceram traduzir orientações politicas de continuidade, não se vislumbrando nas diferentes rubricas do Plano, linhas estratégicas que apontem para o combate ao grande flagelo do nosso concelho. Refiro-me à desertificação das nossas aldeias e lugares e à necessidade de medidas que fixem as populações, que terão de passar necessariamente pela valorização, divulgação e promoção das produções locais, do património e da paisagem, da gastronomia e da etnografia.

Existem algumas medidas avulsas para esta ou aquela freguesia, mas não se percebe um Plano Estratégico pensado a médio prazo para conter e fazer regredir esse fenómeno.

É evidente que uma das formas mais eficazes de obter êxito nesse combate é estabelecer com as Juntas de Freguesia e com as associações parcerias pensadas com esse objectivo, acompanhadas dos necessários meios financeiros e apoios técnicos.

Analisando o Orçamento e o Plano encontro nele verbas interessantes destinadas às freguesias e mesmo para as associações, mas fico sem saber quais os quantitativos que cada uma irá receber e de que forma.

Senhor Presidente, como esta é apenas a minha segunda reunião nesta Assembleia, e como entendo que em matéria de dinheiros públicos eles têm de ser distribuídos com equidade e por forma a manter a coesão social e territorial do concelho, tenho necessidade de lhe fazer as seguintes perguntas, para meu esclarecimento: as verbas a transferir para cada freguesia e para as associações

são calculadas com base em que critérios? Existem Regulamentos que balizem com objectividade, as verbas que cada uma irá receber?

A resposta a estas perguntas é decisiva para a minha avaliação da bondade das verbas inscritas para as freguesias (pelas minhas contas 842.900 euros) e para as associações sem fins lucrativos (924.480 euros).

Relativamente às contas, em concreto, quero valorizar o facto da poupança verificada entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes de mais de 3 milhões de euros, embora saiba que esse é um resultado perverso, conseguido essencialmente à custa da redução de pessoal, dos cortes nos salários e nos subsídios dos trabalhadores, impostos pelo governo do seu partido.

Em suma, não tendo razões de fundo para votar contra, também não encontro motivos suficientes para votar a favor, pelo que me irei abster nesta votação.

Tondela 17/11/2014

O Eleito da CDU

Manuel Veiga

Anexo
14.

Os tempos que vivemos exigem dos órgãos autárquicos uma visão abrangente e uma articulação entre todos, que vise o respeito pela autonomia de cada um, colaborando sempre entre si e se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de responderem da melhor forma às necessidades das suas populações.

Nesta perspetiva, a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências.

Determina este normativo que os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais e que a transferência de tais competências opera-se através da celebração de contratos interadministrativos que devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, e são aprovados pela Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal.

Num contexto de escassez de recursos, devemos rentabilizar os meios disponíveis, com sentido de responsabilidade, cooperação e solidariedade, tendo sempre em atenção a necessidade de encontrar as melhores respostas para os problemas e dificuldades com que no dia-a-dia nos deparamos nas nossas freguesias e, desta forma,

1

responder com maior proximidade aos problemas e necessidades das nossas populações.

É pois, com este atual enquadramento legal que entre o nosso Município e estas freguesias são elaborados os presentes contratos interadministrativos de delegação de competências que hoje aqui apreciamos, discutimos e votamos que, estamos certos, permitirão melhorar as nossas condições de trabalho e prestar um melhor serviço às nossas populações, promovendo a coesão territorial do Concelho, a descentralização, o reforço da relação de proximidade com as populações e uma maior celeridade, economia e eficiência das decisões administrativas.

Estou certo que os contratos interadministrativos de delegação de competências serão, no futuro, um instrumento importante na colaboração com as freguesias e serão uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento das mesmas.

Muito Obrigado.

José António de Oliveira Dias

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

MOÇÃO

A lei 75/2013 define, no seu art.º 108º, n.º 1 que:

"A constituição das associações de autarquias locais de fins específicos compete aos órgãos executivos colegiais dos municípios.....ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelos respectivos órgãos deliberativos".

O regime jurídico, consagrado no art.º 110º, diz: *"as associações de autarquias locais regem-se pelo disposto na presente Lei e na demais legislação aplicável à pessoas coletivas públicas,....estando sujeitas a:*

a) Aos princípios constitucionais de direito administrativo,
b) Aos princípios gerais da atividade administrativa,
c) .....

A mesma Lei 75/2013, no seu art.º 24º, nº 2 , estabelece as competências da assembleia municipal.

a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados,.....das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local...

.....

d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município .....
f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de quqleur dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização.

Na sequência de vários requerimentos efetuados ao abrigo da legislação em vigor, e em conformidade com os direitos dos membros da assembleia

municipal, os deputados do Partido Socialista fizeram um Requerimento dirigido à Associação de Municípios da região do Planalto Beirão (AMRPB).

Esse Requerimento inicial foi entregue ao senhor presidente da assembleia municipal, em 11 de agosto de 2014 que agiu em conformidade com o disposto na alínea e) do art.º 29º.

Foi necessária a insistência do senhor presidente para que a AMRPB enviasse uma resposta, cumprindo o prazo a que se obriga, resposta essa que não satisfez o pedido dos socialistas.

Esse facto deu origem a um segundo e um terceiro Requerimento, mas que não surgiram algum efeito prático.

Houve, assim, um incumprimento por parte do Presidente do Conselho Executivo da AMRPB que assumiu a responsabilidade de uma não-resposta!

Nesse sentido, ao abrigo da alínea f) do art.º 25º da Lei 75/2013, a assembleia municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária, no dia 17 de novembro de 2014, delibera:

1 – Emitir um voto de indignação, dirigido ao senhor Presidente do Conselho Executivo da AMRPB, pelo desrespeito à assembleia municipal de Tondela.

2 – Exigir à AMRPB a disponibilização da informação que lhe foi solicitado por membros desta assembleia municipal.

3 – Caso esta moção seja aprovada, deve ser enviada aos órgãos executivos e deliberativos de todos os municípios integrantes da associação.

Assembleia Municipal de Tondela, 17 de novembro de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista.